



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

# Matérias Relevantes de Auditoria relatadas pelas empresas cotadas na *Euronext Lisbon*

Trabalho Final na modalidade de Dissertação  
apresentado à Universidade Católica Portuguesa  
para obtenção do grau de mestre em Auditoria e Fiscalidade

por

Ângela Cabral Pereira

sob orientação de  
Professora Doutora Maria José Fonseca  
Professor Doutor Paulo Alves

Universidade Católica Portuguesa, Católica Porto Business School  
Abril 2019

Para o meu avô

“When everything seems to be going against you, remember that  
the airplane takes off against the wind, not with it.”

*Henry Ford*

# Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Maria José Fonseca e ao meu coorientador, Professor Doutor Paulo Alves, por toda a ajuda e disponibilidade demonstradas, que foram cruciais para o desenvolvimento desta dissertação.

Aos meus pais por nunca me terem deixado desistir e acreditarem sempre em mim, pelos valores que sempre me inculcaram e por toda a dedicação e esforço que permitiram que eu pudesse chegar até aqui.

À minha avó Maria pelo carinho, apoio diário e pela transmissão de confiança que me deu em todos os momentos.

Aos meus amigos Teresa e Dinis, que considero como família, por estarem sempre a torcer por mim, pela paciência nas horas mais complicadas e por todo o apoio que me deram no decorrer deste período.

A todos os meus amigos por todo o apoio, amizade e animação constante nesta etapa.

Aos meus colegas de trabalho da BDO, pela cooperação e disponibilidade concedida no decurso desta caminhada, em prol do meu sucesso académico.

À Universidade Católica Portuguesa pela excelência de ensino que proporciona aos alunos desta instituição.

Muito obrigada a todos!



# Resumo

Na sequência de vários escândalos financeiros, surgiu a necessidade, por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras, de um relatório de auditoria mais informativo e relevante, tendo sido criada a *International Standard on Auditing* (ISA) 701 para dar resposta a essa carência. Neste âmbito, o presente estudo tem como objetivo analisar as Matérias Relevantes de Auditoria (MRA) relatadas pelas empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa – *Euronext Lisbon*, nos exercícios de 2016 e 2017, bem como o impacto da sua divulgação na tomada de decisões de investimento. O estudo de natureza qualitativa-quantitativa foi efetuado com base na análise documental dos relatórios de auditoria das empresas que constituem a amostra, tendo sido apuradas 157 MRA e 167 MRA, nos exercícios de 2016 e 2017, respetivamente. Estas MRA foram, então, agrupadas em 19 categorias, no sentido de identificar as mais frequentes e analisar possíveis relações entre as MRA e duas variáveis geralmente utilizadas na literatura - a indústria onde se inserem as empresas da amostra e as empresas que prestam os serviços de auditoria. No sentido de averiguar a reação do mercado à divulgação das MRA foi desenvolvido um estudo de evento, no qual foi utilizada uma regressão com corte transversal de dados (*cross section*), que tem como variável dependente o retorno anormal acumulado (CAR) e, como variáveis independentes, a quantidade de MRA divulgadas nos relatórios de auditoria, bem como as categorias de MRA estabelecidas para este estudo. Os resultados obtidos não apresentam evidências de que exista uma relação estatisticamente significativa entre a constituição de retornos anormais e qualquer uma das variáveis independentes utilizadas nesta análise.

Palavras-chave: Matérias Relevantes de Auditoria; Auditoria; ISA 701; Novo Relatório de Auditoria; Retorno Anormal.



# Abstract

Following several financial scandals, the need of a more informative and relevant auditing report arose by the financial statements' users, what led to the creation of International Standard on Auditing (ISA) 701 to fill this lack. In this scope, this study aims to analyze the Key Audit Matters (KAM) reported by companies listed on the Lisbon Stock Exchange – Euronext Lisbon, in 2016 and 2017, as well as the impact of their disclosure in making investments decisions. The qualitative-quantitative study was performed based on the audit reports documental analysis of the sample companies, where was observed 157 KAM and 167 KAM, in 2016 and 2017, respectively. Moreover, these KAM were clustered into 19 categories, in order to identify the most frequent ones and to analyze the possible relationship between the KAM and two other common variables used in literature – the company industry and the company that provide the audit service. For the purpose of find out the market reaction of the KAM disclosure, an event study was developed through a cross section regression, with the cumulative abnormal return (CAR) as the dependent variable and the amount of KAM disclosed in the audit reports and the KAM categories defined for this study as the independent variables. The results do not show evidence that there is a significant statistically relationship between the generation of abnormal returns and any other independent variables used in this analysis.

**Keywords:** Key Audit Matters; Auditing; ISA 701; New Audit Report; Abnormal Return.



# Índice

Agradecimentos .....	iii
Resumo.....	v
Abstract .....	vii
Índice de figuras .....	xii
Índice de tabelas.....	xiv
Lista de abreviaturas .....	xv
Capítulo 1 – Introdução .....	1
Capítulo 2 – Revisão de literatura .....	4
2.1 A auditoria face à crise financeira e escândalos financeiros .....	4
2.2 Introdução das matérias relevantes de auditoria.....	8
2.3 ISA 701 – “Comunicar matérias relevantes de auditoria no relatório do auditor independente” .....	11
2.4 Evidências empíricas.....	13
Capítulo 3 – Metodologia .....	19
3.1 Amostra.....	19
3.2 Metodologia de análise das MRA .....	20
3.3 Metodologia do estudo de evento.....	24
Capítulo 4 – Estudo empírico .....	30
4.1 Matérias relevantes de auditoria relatadas .....	30
4.2 Matérias relevantes de auditoria por setor .....	36
4.3 Matérias relevantes de auditoria relatadas por auditor.....	40
4.4 Análise do estudo de evento .....	44
4.4.1 Estatísticas descritivas .....	44
4.4.2 Correlação das variáveis .....	45
4.4.3 Resultados .....	48
Capítulo 5 – Conclusão .....	54
Bibliografia.....	57
Anexos.....	65





# Índice de figuras

<b>Figura 1:</b> Matérias relevantes auditoria, adaptado de PWC (2015, p.4) .....	12
<b>Figura 2:</b> Distribuição da quantidade de MRA relatadas por empresa.....	32
<b>Figura 3:</b> Distribuição por categoria de MRA .....	33
<b>Figura 4:</b> Distribuição das MRA por setor (2016) .....	38
<b>Figura 5:</b> Distribuição das MRA por setor (2017) .....	39
<b>Figura 6:</b> Distribuição das empresas da amostra por auditor.....	40
<b>Figura 7:</b> Distribuição das MRA relatadas por auditor.....	41
<b>Figura 8:</b> Frequência das MRA por categoria e auditor (2016) .....	42
<b>Figura 9:</b> Frequência das MRA por categoria e auditor (2017) .....	43



# Índice de tabelas

<b>Tabela 1:</b> Amostra por setor .....	20
<b>Tabela 2:</b> MRA relatadas por setor .....	37
<b>Tabela 3:</b> Estatísticas descritivas .....	45
<b>Tabela 4:</b> Matriz de correlação de <i>Spearman</i> entre as variáveis independentes.	46
<b>Tabela 5:</b> Matriz de correlação de <i>Spearman</i> entre as variáveis independentes e variáveis de controlo .....	46
<b>Tabela 6:</b> Matriz de correlação de <i>Spearman</i> entre as variáveis independentes e variáveis dependentes.....	47
<b>Tabela 7:</b> Resultados do modelo I.....	48
<b>Tabela 8:</b> Resultados do Modelo II .....	50
<b>Tabela 9:</b> Resultados do Modelo I.I .....	51
<b>Tabela 10:</b> Resultados do Modelo II.I.....	52



# Lista de abreviaturas

CAM – *Critical Audit Matters*

CAR – *Cumulative Abnormal Return*

CE – Comissão Europeia

EIP – Entidades de Interesse Público

EY – *Ernst & Young*

FRC – *Financial Reporting Council*

IAASB – *International Audit and Assurance Standards Board*

ICB – *Industry Classification Benchmark*

ISA – *International Standard on Auditing*

JOA – Justificações das Avaliações

KAM – *Key Audit Matters*

MRA – Matérias Relevantes de Auditoria

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

PCAOB – *Public Company Accounting Oversight Board*

PWC – *PricewaterhouseCoopers*

SAD – Sociedade Anónima Desportiva

SROC – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



# Capítulo 1 – Introdução

Nos dias de hoje, observa-se uma crescente globalização da economia, onde a informação se tornou um dos trunfos cruciais para a tomada de decisões dos investidores. Nesta sequência, a auditoria assume especial relevância, como intermediária informacional, uma vez que através desta os investidores são habilitados com uma opinião fidedigna, a qual garante credibilidade e adequabilidade das demonstrações financeiras divulgadas pelas empresas.

No entanto, com os escândalos financeiros constantes e com a crise financeira global sentida em 2008, acentuou-se a assimetria informacional característica do mercado. Ademais, houve um crescente criticismo associado à forma e conteúdo do relatório de auditoria, uma vez que os investidores esperavam informações mais relevantes, nomeadamente, relacionadas com o risco, materialidade e outros assuntos em torno da auditoria (Gray et al., 2011; Mock et al., 2013).

Em consequência do referido, houve reuniões e discussões entre alguns órgãos reguladores, nomeadamente o *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), o *Financial Reporting Council* (FRC), o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) e a Comissão Europeia (CE), com o intuito de colmatar as deficiências apontadas pelos utilizadores do relatório de auditoria, de forma a alterar o modelo do relatório de auditoria até então em vigor, no sentido de o tornar mais informativo e útil para tomada de decisão (PCAOB, 2013; Köhler et al., 2016).

Desta forma, foram introduzidas alterações ao relatório de auditoria, das quais se destaca a inclusão de uma nova secção, estabelecida pela nova ISA 701, à qual o IAASB denominou de *Key Audit Matters* (KAM) e o PCAOB de "*Critical Audit Matters*" (CAM), e que aqui se traduz para Matérias Relevantes de Auditoria (MRA), sendo essa a denominação utilizada doravante neste estudo.

As MRA têm por objetivo destacar as matérias que, segundo o julgamento profissional do auditor, exigiram maior atenção e cuidado, durante o trabalho de auditoria realizado.

Neste sentido, surgiram questões e dúvidas relativas ao incremento da relevância das informações relatadas através das MRA, bem como as eventuais reações e efeitos verificados no mercado de capitais, bem como na melhoria da qualidade de auditoria. Vários autores, dos quais se destacaram Bédard et al. (2014), Gutierrez et al. (2015), Reid et al. (2015), Lennox et al. (2017), Leal (2018) contribuíram com os seus estudos na tentativa de responder a essas questões. No entanto, estes estudos apontam pouca ou nenhuma evidência quanto à relevância do novo modelo de relatório de auditoria.

Diante do contexto apresentado, este estudo pretende dar resposta a 2 questões de investigação relativas às MRA relatadas nos relatórios de auditoria das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa - *Euronext Lisbon*, em 2016 e 2017, que correspondem aos primeiros anos de obrigatoriedade da ISA 701 em Portugal. Primeiramente, pretende-se verificar quais são as MRA relatadas, através de uma categorização das mesmas, procurando analisar a existência de tendências ao nível de relato das MRA face ao setor de atividade e à empresa de auditoria responsável pela elaboração do relatório de auditoria. Posteriormente, pretende-se aferir o impacto que a divulgação das MRA tem no retorno das ações negociadas na *Euronext Lisbon*.

Este estudo visa contribuir para aprimorar as pesquisas em auditoria no cenário nacional e internacional. Ademais, o período analisado envolve o primeiro e o segundo ano da introdução da divulgação das MRA, tratando-se, assim, de um assunto recente, ainda por explorar.

Face ao exposto, a dissertação desenrola-se com a estrutura em seguida apresentada. No capítulo 1 é feita uma breve contextualização sobre o tema abordado, são apresentadas as questões de investigação e respetivos objetivos.

No capítulo 2 é apresentada uma análise à literatura relevante que servirá de apoio para o desenvolvimento do trabalho. No capítulo 3 são descritas a metodologia adotada, a amostra e as variáveis utilizadas na investigação. De seguida, no capítulo 4 são apresentados os resultados, bem como a análise aos mesmos. Por fim, no capítulo 5 são sintetizadas as principais conclusões, as limitações do estudo e pistas para investigação futura.

# Capítulo 2 – Revisão de literatura

Este capítulo tem como objetivo contextualizar e analisar a literatura relativa ao tema em estudo. Neste sentido, apresentam-se os motivos que levaram ao aparecimento da nova norma relativa às MRA, seguidamente, referem-se os pontos-chave da referida norma, bem como a legislação associada à mesma.

Por fim, na última parte deste capítulo, são apresentados estudos que investigaram quais as MRA mais frequentes em empresas cotadas nas bolsas de diversos países e o impacto ao nível das reações do mercado, qualidade de auditoria, alteração das decisões de investimento por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras e responsabilidade legal dos auditores.

Adicionalmente, as tabelas presentes no anexo 1 sintetizam as principais conclusões, bem como a amostra e variáveis consideradas, para cada um dos estudos considerados na revisão de literatura.

## 2.1 A auditoria face à crise financeira e escândalos financeiros

A auditoria é definida como uma atividade que consiste na revisão das informações financeiras, certificando a credibilidade das mesmas. Assim, o auditor, ao emitir o relatório de auditoria, surge como o elemento que proporciona a fiabilidade e confiança, não apenas para os acionistas, mas, também, para os demais *stakeholders* que precisam de uma opinião dos auditores que retrate, com fidedignidade, a situação económica e patrimonial de uma empresa.

Ao longo dos anos, a auditoria tem vindo a evoluir de forma a dar resposta a um mundo cada vez mais globalizado, a uma sociedade marcada por grandes grupos empresariais e a um desenvolvimento económico que originou uma grande complexidade na administração e gestão das empresas. Esta atual realidade económica contribui para que gestores e investidores obtenham, em tempo real, maior acesso a informação, o que resulta num maior grau de exigência por parte destes.

Neste seguimento e conforme referido, a função da auditoria, que tem um claro e evidente interesse público, tem sido alvo de alterações, visto que tem passado por um período de crise e severas críticas, essencialmente, ao nível da confiança social. Estas alterações têm tido como finalidade colmatar eventuais deficiências que possam surgir no processo de comunicação entre o auditor e os utilizadores das demonstrações financeiras, garantindo a defesa dos interesses dos *stakeholders*, bem como o aumento da transparência e credibilidade na auditoria.

Este crescente criticismo surgiu, uma vez que, os utilizadores das demonstrações financeiras consideravam que a informação prestada pelos auditores não deveria apenas expressar se as demonstrações financeiras transmitiam, ou não, uma imagem fidedigna, mas deveria ter um carácter mais abrangente, informativo e de maior relevância. No fundo, o que se pretendia era relatórios de auditoria relevantes e, sobretudo, que fossem uma fonte útil e rica em informação para os seus utilizadores, isto é, informação com capacidade de fazer a diferença na tomada de decisão.

Esta questão atingiu níveis sem precedentes com a recessão económica e a crise financeira de 2008, devido aos escândalos financeiros e falências fraudulentas de um conjunto de empresas, em diferentes partes do mundo, como foram os casos mediáticos das empresas *Enron* e *Parmalat*, e, mais recentemente, em Portugal, o Banco Espírito do Santo, entre outras instituições bancárias. Todos estes

acontecimentos prejudicaram e fragilizaram, ainda mais, a reputação dos auditores, uma vez que a maior parte das causas dessas falências se deveu a fraude e atos ilegais, através da manipulação e ocultação de ativos e passivos das demonstrações financeiras, de forma lesiva para os utilizadores dessa informação, o que suscitou dúvidas quanto à independência e competência dos auditores, bem como a ética profissional demonstrada pelos mesmos (Lohlein, 2015).

Assim, durante este período, tanto a atuação, como o papel dos auditores na sociedade atual foram fortemente criticados e questionados, nomeadamente pela apatia e ausência de avisos face à situação financeira das empresas auditadas, acabando os auditores por serem identificados como um dos elementos com responsabilidades nestes escândalos financeiros (Motahary & Emami, 2016). Tudo isto estimulou o interesse dos utilizadores em quererem saber mais sobre as auditorias realizadas, questionando a contribuição do auditor, em relação à confiabilidade e segurança das informações divulgadas pelas empresas (Cooper & Grose, 2010).

Nesta sequência, é ainda importante mencionar que a ocorrência destes eventos trouxe de novo, à ordem do dia, a discussão relativa ao não cumprimento da auditoria com o que é esperado por parte do público. Este fenómeno, já persistente ao longo dos anos, foi por Liggio (1974) e Porter (1993) denominado como *expection gap*, o qual consiste nas diferenças de expectativas, na profissão de auditoria, entre os próprios auditores e os utilizadores das demonstrações financeiras auditadas.

Por conseguinte, surgiu uma grande preocupação face ao que sucedeu nos mercados financeiros – a transparência da informação (FEE, 2010), uma vez que os escândalos financeiros originaram uma reflexão sobre o exercício da atividade de auditoria e da supervisão dos mercados financeiros, no que se refere à emissão de pareceres sobre as demonstrações financeiras, nos quais os utilizadores

confiam para a tomada das suas decisões. Desta forma, tornou-se cada vez mais evidente de que a regulamentação em vigor não correspondia às exigências dos mercados financeiros globais (Lohlein, 2015), o que desencadeou uma preocupação generalizada sobre as práticas de auditoria, assim como a necessidade de analisar e rever os seus pressupostos de atuação.

Muitos reguladores e investigadores já tinham debatido mudanças no relatório de auditoria, com vista a melhorar o seu valor informativo (e.g., Geiger, 1994; Humphrey et al., 2009; Francis, 2011; Mock et al., 2012). Church et al. (2008) afirmam que o relatório de auditoria tem um valor simbólico, no entanto, não fornece muito valor informativo. Gray et al. (2011) recomendam a divulgação de elementos chave na realização do trabalho do auditor e respetiva discussão com o órgão de gestão, para assim haver uma diminuição do *expectation gap*. Caso fossem efetuadas alterações no conteúdo e na estrutura do relatório, o valor informativo poderia melhorar significativamente (Simnett & Huggins, 2014).

Neste sentido, aliado ao criticismo em redor do documento em questão, os utilizadores das demonstrações financeiras começaram a exigir informações adicionais sobre as entidades auditadas, afirmando que a natureza dos relatórios de auditoria era demasiado padronizada, tendo um valor informativo limitado sobre a opinião do auditor (PCAOB, 2013). O relatório de auditoria era visto como um formulário, no qual não transpareciam os juízos e julgamentos do auditor, sobre as áreas mais críticas com as quais se debruçou, para chegar à conclusão transmitida.

Nascia, assim, uma necessidade de mudança ao nível de medidas estruturais e mecanismos de supervisão, no setor de auditoria, relativamente ao relatório do auditor, uma vez que as empresas se encontravam a operar em ambientes cada vez mais exigentes, hostis e competitivos, onde os fatores de risco e incerteza eram uma constante.

Na tentativa de responder a esta preocupação, de reestabelecer a confiança dos utilizadores, de reduzir o *expectation gap* e de reforçar a transparência e combate à fraude, vários órgãos reguladores de auditoria, de diferentes jurisdições, tomaram medidas para melhorar a transparência do relatório de auditoria, dando origem a um processo de reforma, no que se refere à regulação das práticas de auditoria.

## 2.2 Introdução das matérias relevantes de auditoria

Perante a recessão económica global e a ocorrência de grandes escândalos, as entidades de supervisão e as entidades de normalização contabilística e de auditoria desempenharam um papel imprescindível na restituição da confiança nos mercados financeiros e na credibilização do setor de auditoria. A recuperação da credibilidade passou em parte pelo aumento da exigência de rigor aos órgãos de gestão na elaboração das demonstrações financeiras e, também, da integridade e competência profissional, que devem reger os auditores na prática das suas funções.

Na tentativa de responder às críticas do relatório de auditoria e, conseqüente, necessidade de mudança do relatório de auditoria evocada pelos utilizadores, os organismos reguladores, nomeadamente, o IAASB, o PCAOB, o FRC e a CE apresentaram e desenvolveram estudos e projetos para uniformizar e harmonizar a transparência, fiabilidade e independência que regem a atuação dos auditores, no sentido de melhorar a qualidade da auditoria e a eficácia do relatório do auditor, na busca de reaver a confiança e credibilidade entretanto debilitadas (Simnett & Huggins, 2014).

De realçar os documentos elaborados pelo PCAOB e pelo IAASB, "*Concept Release on Possible Revisions to PCAOB Standards Related to Reports on Audited*

*Financial Statement*” (PCAOB, 2011) e *“Enhancing the Value of Auditor Reporting: Exploring Options for Change”* (IAASB, 2011), respetivamente. Ambos os documentos discutem a questão da utilidade do relatório do auditor e propõem alternativas ao modelo do mesmo. De entre as recomendações dadas, destaca-se o fornecimento de informações adicionais sobre a auditoria e as demonstrações financeiras da empresa, para permitir aos investidores terem uma visão mais relevante das mesmas e, assim, conseguirem avaliar o impacto e a repercussão que as mudanças na economia poderão implicar no desempenho e futura condição financeira da empresa. De salientar ainda que estas divulgações adicionais são uma forma de contribuir para a diminuição do *expectation gap*.

Deste modo, iniciou-se um processo de reestruturação quanto à regulação das práticas de auditoria, no qual se destacou a reforma das Normas Internacionais de Auditoria, que levou a alterações no relatório do auditor, relativamente à estrutura e às novas componentes a incluir no mesmo, para, assim, assegurar a qualidade da auditoria e restaurar o clima de confiança abalado pela crise.

O país onde se verificaram, efetivamente, as primeiras modificações ao relatório de auditoria foi no Reino Unido. O FRC, organismo regulador de auditoria do Reino Unido, exigiu alterações significativas, sendo que, em 2013, anunciou a revisão da ISA 700 – *“The Independent Auditor’s Report on Financial Statements”*. Esta revisão introduziu novos requisitos, nomeadamente o relato e a respetiva descrição de riscos de distorção material relevantes, tendo em conta a auditoria realizada à empresa.

Após as alterações efetuadas no Reino Unido, o IAASB e o PCAOB tomaram medidas no mesmo sentido, emitindo propostas para a revisão das normas de auditoria em vigor. De salientar a exigência, por parte dos dois órgãos de regulação, de comunicação das MRA, denominadas de *“Key Audit Matters”* (KAM), pelo IAASB e *“Critical Audit Matters”* (CAM), pelo PCAOB. As MRA são

semelhantes aos requisitos de divulgação, aplicados no Reino Unido, em relação aos riscos significativos de distorções relevantes.

Conseqüentemente, em janeiro de 2015, o IAASB publicou a ISA 701 - *“Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor’s Report”* (IAASB, 2015), aplicável às auditorias de entidades cotadas, em que o auditor passa a ter a responsabilidade de comunicar as MRA no seu relatório.

*“Esta inovação no relatório do auditor é radical, como alguns a denominam. Isto vai tornar o trabalho do auditor mais transparente e relevante para os utilizadores. [...] Elaboradas após uma extensa pesquisa e com a apreciação global dos investidores, reguladores, órgãos de fiscalização, organismos de normalização nacionais, auditores, responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, membros de comités de auditoria, entre outros, estas Normas Internacionais de Auditoria, agora finalizadas, representam um importante e inédito passo.”*

*Prof. Arnold Schilder, Presidente do IAASB (OROC, 2014)*

Esta norma veio dar resposta a pedidos de maior transparência, na sequência da crise financeira, dando uma visão mais abrangente de todo o processo de auditoria aos utilizadores das demonstrações financeiras, sendo uma oportunidade para as organizações fortalecerem a sua reputação. De salientar, ainda, que os investidores ao receberem estas informações adicionais relevantes conseguem tomar decisões mais sustentadas e fundamentadas (Smith, 2016), esperando-se, desta forma, que o novo modelo do relatório de auditoria seja um “fator de mudança” a nível do valor informativo, renovando o setor da auditoria (EY, 2016).

*“Estas mudanças vão dar novo ímpeto à auditoria, dado que os auditores irão mudar substantivamente o seu comportamento e o modo como comunicam o seu trabalho.”*

*Prof. Arnold Schilder, Presidente do IAASB (OROC, 2014)*

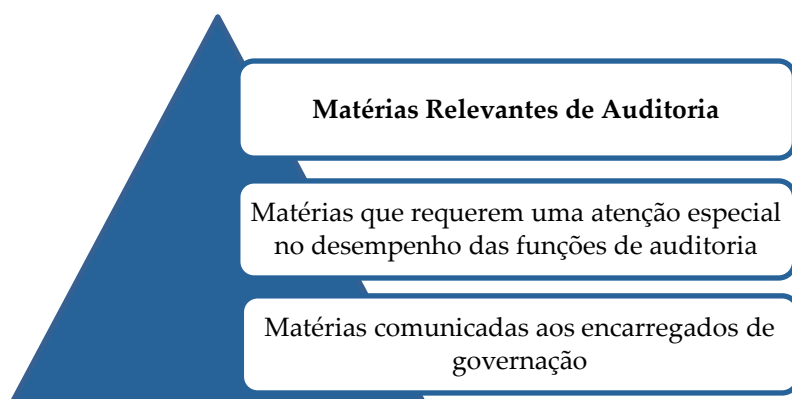
## 2.3 ISA 701 – “Comunicar matérias relevantes de auditoria no relatório do auditor independente”

De acordo com a nova ISA 701, o relatório de auditoria passa a incluir uma nova secção relativa à divulgação das MRA, para auditorias realizadas a demonstrações financeiras de entidades cotadas que terminem o período contabilístico em ou após 15 de dezembro de 2016.

O objetivo desta comunicação no relatório de auditoria é o aumento do valor informativo do mesmo, proporcionando maior transparência sobre a auditoria realizada, uma vez que os utilizadores conseguem compreender as matérias que, no entender do auditor, tiveram maior relevância num determinado período (IAASB, 2015). Por conseguinte, ao comunicar as MRA, o relatório de auditoria torna-se mais concreto e específico da entidade (Deloitte, 2015), sendo que este permite a partilha de conhecimento da auditoria realizada às demonstrações financeiras da empresa, nomeadamente os diferentes juízos elaborados pelo auditor na realização do seu trabalho.

Segundo a ISA 701, parágrafo 8, as MRA são “as matérias que, no julgamento profissional do auditor, foram as de maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. As matérias relevantes de auditoria são selecionadas das matérias objeto de comunicação com os encarregados de governação”. Por outras palavras, as MRA são, com base na formação, conhecimento e experiência do auditor, questões suscetíveis de serem relevantes para a compreensão do utilizador ao ler as demonstrações financeiras auditadas.

No que concerne à seleção das MRA, esta pode ser dividida em três fases (parágrafos 9 e 10 da ISA 701), conforme indica a figura seguinte.



**Figura 1:** Matérias relevantes auditoria, adaptado de PWC (2015, p.4)

O primeiro nível inclui todas as matérias que são comunicadas aos órgãos de gestão e fiscalização. Contudo, não é expectável que todas elas sejam consideradas MRA, dado que a determinação das MRA está concebida para seleccionar um número reduzido das mesmas. Assim sendo, as MRA serão seleccionadas a partir das matérias que envolvem uma atenção especial, por parte dos auditores. Destacam-se no segundo nível, como referido, áreas com maior risco de distorção material ou áreas com erros significativos, onde é exigido o julgamento e o ceticismo profissional do auditor. Por fim, cabe ao auditor decidir de entre os riscos que considera mais significativos, quais são os que revelam maior interesse para os utilizadores das demonstrações financeiras e que devem ser classificados como MRA.

Não obstante, não existem limitações quanto ao número de MRA a divulgar. A quantidade de MRA a incluir no relatório é uma questão de julgamento/arbítrio profissional. Contudo, pode ser afetada por diversos fatores, como a dimensão, a complexidade ou a natureza do negócio da empresa em questão (Figueiredo, 2015; FRC, 2015). Em certos casos, o auditor pode chegar à conclusão que não existem MRA a comunicar no relatório de auditoria, tendo, ainda assim, de comunicar a razão que levou a não serem determinadas quaisquer MRA. Já noutros casos, pode existir uma extensa lista de MRA, no

entanto é provável que essas situações reduzam a eficácia da comunicação e, conseqüentemente, do valor informativo do relatório do auditor.

De salientar ainda que a ISA 701 foi introduzida, em Portugal, em abril de 2014, na sequência da publicação do Regulamento 537/2014 (UE). Uma das mudanças mais significativa consagrada no novo Regulamento, presente no artigo 10º do mesmo, é, precisamente, a obrigação para as EIP, as quais englobam as empresas cotadas, de incluir uma nova secção no relatório de auditoria, no qual são referidas as MRA. Este novo enquadramento legal vigora em Portugal desde 1 janeiro de 2016.

Desta forma, a adoção, por parte do normativo português, do Regulamento 537/2014 (UE) concedeu a oportunidade de se reforçar a qualidade das auditorias no mercado português, visando aumentar a segurança e fiabilidade, para os utilizadores das demonstrações financeiras.

## 2.4 Evidências empíricas

A introdução da comunicação de mais informações relevantes para os utilizadores das demonstrações financeiras, nomeadamente das MRA, nos relatórios de auditoria foi já objeto de estudo por vários autores.

A divulgação das MRA foi, primeiramente, introduzida no Reino Unido, seguido da Holanda, o que possibilitou aos outros países terem já uma perceção daquilo que iriam encontrar com a introdução do relato das MRA (Percy, 2015).

Ainda antes dos dois países supramencionados, em França já se divulgavam “Justificações das Avaliações” (JOA), desde 2003, contudo, a implementação desta divulgação, segundo Bédard et al. (2014), teve apenas um efeito temporário e limitado no mercado financeiro, tendo esta divulgação um valor mais simbólico

do que prático, uma vez que só se verificou um impacto positivo no mercado no primeiro ano de divulgação, o qual foi medido através do nível de *accruals* inesperados.

Porém, de acordo com estudos do FRC (2015, 2016), tendo por base a experiência britânica, a introdução das MRA permitia que os auditores fossem mais específicos nos relatórios de auditoria, tornando-os mais informativos e transparentes para os utilizadores das demonstrações financeiras, principalmente para empresas sobre as quais escasseiam fontes alternativas de informação. De entre as MRA divulgadas pelas maiores empresas cotadas no Reino Unido, destacam-se com maior frequência de relato as MRA relacionadas com imparidade de ativos, questões relacionadas com ativos por impostos diferidos e imparidades do *goodwill*. De realçar ainda que o número e tipos de MRA diferem entre setores de atividade, dimensão das empresas auditadas e, também, em função da empresa que presta os serviços de auditoria (FRC, 2015).

O modelo e a configuração dos relatórios de auditoria do Reino Unido atraíram a atenção a nível internacional, sendo que os investidores apreciaram a perceção e a utilidade do relatório de auditoria, na sua forma mais ampliada (KPMG, 2015). Neste sentido, vários países, e.g. Espanha, Noruega, Brasil, Singapura e Hong Kong, foram objeto de comparações, a diversos níveis, com o Reino Unido, quanto às diferenças existentes ao nível do relatório de auditoria (KPMG, 2017; Marques & Souza, 2017; Monteiro, 2017; PWC, 2017a; PWC, 2017b; Tavares, 2017; Mota, 2018; Roger, 2018; Silva, 2018; Wisnik, 2018), sendo de realçar a influência verificada pelo setor de atividade nas MRA divulgadas no relatório de auditoria.

Relativamente à quantidade de MRA divulgadas, esta não é influenciada pelo desempenho financeiro da empresa (Schiavo, 2017), assim como as categorias de MRA não estão relacionadas com o resultado apurado, apesar de a MRA referente a “riscos relacionados com fraude” ocorrer com maior frequência nos

relatórios de auditoria de empresas com prejuízos (Camargo, 2018). No entanto, cada vez mais são evidentes diferenças existentes ao nível das práticas de relato das empresas que prestam os serviços de auditoria, nomeadamente a forma e a descrição como as MRA são comunicadas e descritas nos relatórios de auditoria (Vik & Walter, 2017).

Não obstante, a implementação do relato das MRA gerou controvérsia, uma vez que, por um lado, os seus defensores realçavam uma maior clareza, valor informativo e transparência no processo de auditoria (PCAOB, 2013; Cordos & Fülöp, 2015; Köhler, 2016; Dogan & Arefaine, 2017) e, por outro lado, os opositores afirmavam que os investidores podiam retirar conclusões erradas das MRA mencionadas nos relatórios (Tysiac, 2013), enquanto que as empresas de auditoria expressam preocupações quanto ao relato das MRA poder aumentar a responsabilidade do auditor, bem como os honorários de auditoria, uma vez que esta divulgação adicional implica maior esforço e tempo na elaboração dos relatórios de auditoria (Deloitte, 2015; EY, 2016).

Neste contexto, é relevante referir as evidências observadas, embora não consensuais, quanto ao impacto da amplificação dos relatórios de auditoria, ao nível das reações de mercado, qualidade da auditoria, mudança de decisões de investimento e responsabilidade legal dos auditores.

Quanto às consequências ao nível das reações de mercado a novos requisitos de divulgação, Lennox et al. (2017) e Almulla & Bradbury (2018) evidenciam que as divulgações adicionais não têm importância incremental para o mercado. Além disso, Lennox et al. (2017) mencionam que a falta de conteúdo informacional para o mercado está associada ao conhecimento antecipado, por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras, dos principais riscos relatados na nova seção das MRA. Adicionalmente, embora a divulgação das MRA não forneça conteúdo informacional relevante ao mercado, existem evidências de que o relato de determinadas categorias de MRA, nomeadamente

continuidade operacional e impostos diferidos, podem ser úteis aos investidores (Leal, 2018).

Contrariamente, Reid et al. (2015) demonstram que as MRA influenciam positivamente o mercado, dado que o volume anormal de transações sofre um aumento significativo após a introdução das MRA, o que sugere uma influência positiva, dado que as MRA fornecem informações úteis aos utilizadores. Para Reid et al. (2015), a utilidade da informação consiste na oportunidade de os utilizadores das demonstrações financeiras conseguirem vislumbrar a perspectiva que os auditores têm sobre as empresas, o que os ajuda nas suas tomadas de decisão de investimento, sendo que as MRA auxiliam os utilizadores a concentrar as suas atenções em questões pertinentes para a leitura e compreensão das demonstrações financeiras.

No que diz respeito às consequências em termos da qualidade de auditoria, não foram encontrados benefícios aliados à divulgação das MRA, nem uma melhoria da qualidade da auditoria (Gutierrez et al., 2015; Li, 2017). Todavia, Klueber et al. (2018) sugerem que as MRA servem como um mecanismo benéfico para melhorar a qualidade do relato financeiro, mas apenas quando as MRA têm um nível alto de precisão da informação dada sobre as mesmas. Identicamente, Kipp (2017) conclui que quanto maior a descrição, tanto das MRA, como dos procedimentos de auditoria para mitigar as mesmas, maior a perceção da qualidade da auditoria para os investidores não profissionais.

No entanto, apesar de não haver conformidade nos estudos enunciados, a maior parte dos mesmos sublinha que a divulgação das MRA pode ser onerosa, no sentido de haver um aumento dos honorários de auditoria (Gutierrez et al., 2015; Reid et al., 2015; Li et al., 2018).

No que concerne às alterações das decisões de investimento, os investidores, particularmente os não profissionais, estão mais propensos a alterar as suas decisões de investimento, quando estão perante um relatório de auditoria que

contém a secção das MRA, em comparação com os investidores que leem um relatório de auditoria *standard*, sem a secção referida (Christensen et al., 2014; Lundgren & Oldenborg, 2016).

A expansão do relatório de auditoria conduz ao surgimento de outra temática relacionada com a exposição adicional da responsabilidade legal dos auditores, sendo que o dever de confidencialidade dos mesmos tem impacto na forma como implementam e descrevem as MRA nos seus relatórios de auditoria (Dogan & Arefaine, 2017). Nesta perspetiva, as MRA ao servirem como um “aviso” aos investidores, reduzem a responsabilidade do auditor (Brasel et al., 2016; Brown et al., 2015), sendo que quando o auditor não encontra nenhuma matéria para ser identificada, poderá haver maior responsabilidade por parte do mesmo (Kachelmeier et al., 2014; Brasel et al., 2016; Gimbar et al., 2016). Outras situações que acarretam maior responsabilidade ao auditor são a remoção de uma MRA, comparativamente à divulgação da mesma, a divulgação de uma MRA, durante vários anos, face ao relato da MRA apenas durante um ano (Vinson et al., 2018), bem como a divulgação de uma MRA genérica, ao invés de ser específica à atividade da empresa (Gimbar et al., 2016). Ademais, existe uma maior probabilidade de julgamento da responsabilidade dos auditores, por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras, quando as MRA vêm acompanhadas de uma descrição dos procedimentos de auditoria a realizar para resolver especificamente as MRA indicadas (Backof et al., 2014).

No que respeita à comunicação das MRA, verifica-se que o facto de estarem destacadas numa secção à parte no relatório de auditoria realça, por um lado, a atenção dos utilizadores aquando da leitura das demonstrações financeiras e, por outro lado, reduz o nível de atenção dedicado a outras partes ou divulgações das demonstrações financeiras consideradas menos relevantes, o que traduz uma melhoria na eficiência da procura de informação, uma vez que a divulgação das

MRA influencia a forma como os utilizadores consultam as demonstrações financeiras (Sirois et al., 2016).

Face aos resultados dos estudos mencionados, observa-se que a temática da divulgação das MRA é ainda controversa, no entanto, é necessário que os utilizadores das demonstrações financeiras tenham em conta que embora o auditor exerça um papel importante na proteção do interesse dos investidores, este não consegue eliminar todo o risco inerente à entidade auditada (Cordos & Fülöp, 2015).

# Capítulo 3 – Metodologia

No âmbito de um processo de investigação, deve haver uma explicação detalhada referente aos princípios metodológicos e procedimentos a adotar para responder à questão de investigação. Assim sendo, este capítulo visa descrever os métodos de investigação utilizados.

Numa primeira etapa, é apresentada a amostra, no que concerne à recolha e tratamento de dados. Numa segunda parte, são apresentados os procedimentos metodológicos que foram aplicados no estudo, visando responder às questões de investigação.

Adicionalmente, é elaborado um estudo de evento com o intuito de analisar se a divulgação das MRA influencia o retorno das ações negociadas na *Euronext Lisbon*.

## 3.1 Amostra

No que se refere à amostra, analisamos as empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa – *Euronext Lisbon*, nos exercícios de 2016 e 2017, os anos decorridos desde a introdução da divulgação das MRA. Neste sentido, foram consultados os boletins de subscrição da *Euronext Lisbon* dos dois períodos em análise, tendo sido consideradas 47 empresas, em 2016, e 45 empresas<sup>1</sup>, em 2017, conforme o anexo 2.

---

<sup>1</sup> De 2016 para 2017, verifica-se uma diminuição do número de empresas cotadas, de 47 para 45, uma vez que tanto a Cimpor – Cimentos de Portugal como o Montepio pediram a perda da qualidade de sociedade aberta, tendo saído da bolsa, a 28 de setembro de 2017 e 15 de setembro de 2017, respetivamente.

Ademais, na tabela 1, está representada a distribuição de empresas por setor de atividade, conforme o *Industry Classification Benchmark* (ICB)<sup>2</sup>, onde se verifica que os setores predominantes na amostra, em ambos os exercícios em análise, são o da indústria e serviços ao consumidor.

Código - ICB	Indústria	2016		2017	
		Número de empresas	%	Número de empresas	%
1	Petróleo & Gás	1	2%	1	2%
1000	Materiais básicos	4	9%	4	9%
2000	Indústria	12	26%	11	24%
3000	Bens de consumo	3	6%	3	7%
4000	Cuidados de saúde	1	2%	1	2%
5000	Serviços ao consumidor	12	26%	12	27%
6000	Telecomunicações	2	4%	2	4%
7000	Serviços de utilidade pública	3	6%	3	7%
8000	Financeiro	5	11%	4	9%
9000	Tecnologia	4	9%	4	9%
		47	100%	45	100%

**Tabela 1:** Amostra por setor

### 3.2 Metodologia de análise das MRA

O presente estudo classifica-se como exploratório, uma vez que tem como objetivo a análise das MRA relatadas pelas empresas cotadas, visando a formulação de problemas ou hipóteses de forma mais precisa e direcionada (Gil, 2008), sendo, dessa forma, uma tipologia de estudo que se adequa a cenários de investigação em que o conhecimento sobre o tema é ainda reduzido (Aaker et al., 2001).

<sup>2</sup> O ICB é um sistema de classificação de atividades industriais, o qual foi concebido pela *Dow Jones* e pela *Financial Times Stock Exchange*.

Quanto à forma de abordagem do problema, trata-se de uma abordagem qualitativa-quantitativa, visto que existe uma complementaridade das duas abordagens. Segundo Raupp & Beuren (2006), enquanto na pesquisa qualitativa se realizam análises mais profundas em relação ao fenómeno que está a ser estudado, a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo uso de instrumentos, sobretudo estatísticos, na recolha e tratamento dos dados. Deste modo, a utilização conjunta dos métodos qualitativo e quantitativo é a abordagem mais adequada para este estudo, enriquecendo, dessa forma, a análise e seus resultados, dado que será realizada a análise dos relatórios de auditoria e a quantificação dos dados obtidos.

Por um lado, é aplicado o método qualitativo aquando da leitura e análise de conteúdo dos relatórios de auditoria das empresas que constituem a amostra, bem como da categorização das MRA. Por outro lado, o método quantitativo é utilizado quando é feita a estatística descritiva e respetiva quantificação dos dados, onde foram aplicadas técnicas de análise quantitativa, tais como tabelas e gráficos, para uma melhor exploração, apresentação, descrição e exame aos resultados obtidos.

Esta abordagem foi também adotada por diversos autores, suprarreferidos no capítulo 2, de entre os quais se destacam Batista (2017), Dogan & Arefaine (2017), Marques & Souza (2017), Monteiro (2017), Tavares (2017), Leal (2018), Mota (2018) e Wisnik (2018).

Relativamente ao procedimento de recolha dos dados, é realizada uma pesquisa documental, uma vez que através da recolha dos relatórios de auditoria das empresas cotadas na *Euronext Lisbon* se procura evidenciar e analisar quais as matérias relevantes de auditoria relatadas, bem como os motivos que levam ao relato das mesmas – análise descritiva.

Os relatórios de auditoria<sup>3</sup> foram consultados nos Relatórios e Contas de cada uma das empresas, referentes aos exercícios de 2016 e 2017, que foram recolhidos no *site* da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Houve, assim, uma análise de conteúdo dos relatórios de auditoria, sendo que as informações retiradas dos mesmos foram (i) o número de MRA que estavam a ser divulgadas, (ii) a natureza das mesmas (na descrição de cada MRA, geralmente, é indicada a respetiva nota explicativa às demonstrações financeiras, o que auxiliou a posterior categorização das MRA) e (iii) a empresa de auditoria e eventual mudança da mesma entre os exercícios de 2016 e 2017.

Posto isto, após a leitura das MRA presentes nos relatórios de auditoria, foi aplicada uma análise de estatística descritiva sobre os dados reunidos, designadamente análise da média, desvio-padrão e coeficiente de variação das MRA relatadas, nos dois períodos em estudo. Seguidamente, tendo em conta o conteúdo referido nos relatórios de auditoria sobre cada MRA (conforme os anexos 3 e 4), estas foram divididas e agrupadas em 18 categorias, em 2016, e 19 categorias, em 2017, da seguinte forma:

1. Ativos biológicos: mensuração e imparidades;
2. Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis (AFT/AI): mensuração, valorização, imparidades, recuperabilidade, reconhecimento, capitalização de gastos e determinação da vida útil;
3. Ativos não correntes detidos para venda (ANCDV): valorização, recuperabilidade e imparidades;
4. Auditoria: riscos relacionados com a auditoria *per se*, nomeadamente a realização de uma auditoria por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) pela primeira vez na empresa;

---

<sup>3</sup> Os Relatórios e Contas consultados são referentes às demonstrações financeiras anuais encerradas a 31 de dezembro, à exceção das Sociedades Anónimas Desportivas (SAD) – Futebol Clube do Porto Sport Lisboa e Benfica e Sporting Clube de Portugal, são referentes ao período findo a 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2018, uma vez que têm um período anual de relato que não coincide com o ano civil.

5. Benefícios a empregados: pensões/reformas e benefícios pós-emprego;
6. Contas a receber: reconhecimento, mensuração, recuperabilidade e imparidades;
7. Especificidade: questões específicas à atividade de uma empresa, como direitos de transmissão de conteúdos, desvios tarifários, exposição internacional, entre outros;
8. Financiamentos obtidos;
9. Fundo de resolução (instituições bancárias);
10. *Goodwill*: valorização, mensuração, recuperabilidade, imparidades, reconhecimento e determinação da vida útil;
11. Incentivos e descontos comerciais (Inc. & desc. comerciais);
12. Instrumentos financeiros: instrumentos financeiros derivados e operações de troca de passivos;
13. Inventários: valorização, mensuração, recuperabilidade, reconhecimento, imparidades e divulgação;
14. Investimentos noutras empresas: assuntos relacionados com investimentos, aquisições ou vendas de outras empresas tais como subsidiárias, associadas, concentrações e consolidações de contas;
15. Matérias fiscais: reconhecimento de impostos, ativos/passivos por impostos diferidos, contingências e litígios de natureza fiscal;
16. Propriedades de investimento: valorização e imparidades;
17. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Prov., PC e AC): matérias relacionadas com a norma internacional de contabilidade IAS 37;
18. Rédito: reconhecimento e mensuração;
19. Risco de liquidez.

### 3.3 Metodologia do estudo de evento

De forma complementar à análise das MRA divulgadas pelas empresas cotadas na *Euronext Lisbon* e tendo em consideração a literatura sobre o valor informativo das MRA para o mercado e para os investidores (e.g., Bédard et al., 2014; Reid, 2015; Gutierrez et al., 2015; Lennox et al., 2017; Li, 2017; Leal, 2018), é elaborado um estudo adicional, com o intuito de verificar se a divulgação das MRA tem valor informativo para os investidores.

O valor informativo é medido pelo retorno das ações negociadas no mercado da Bolsa de Valores de Lisboa. Segundo Kothari et al. (2009), a divulgação de riscos inerentes às empresas tende a diminuir o respetivo valor de mercado.

Para a amostra deste estudo adicional foram consideradas as ações principais das empresas negociadas na Bolsa de Valores de Lisboa – *Euronext Lisbon*, a 31 de dezembro de 2016<sup>4</sup>. Os dados foram retirados da *Thomson Reuters Datastream*.

A metodologia utilizada teve por base um estudo de evento, de forma a identificar possíveis variações anormais nos retornos das ações nos períodos pré e pós divulgação das MRA, definindo-se, para isso, uma janela temporal (janela de evento), a qual engloba dias próximos (em torno) do dia em que é divulgado o relatório de auditoria que corresponde ao dia do anúncio ou evento, e uma janela de estimação, a qual corresponde ao período no qual os valores esperados dos retornos serão estimados.

A série temporal utilizada para o estudo de evento tem por base o estudo de DeFond (2017) que considera 100 dias de negociação como sendo a janela de estimação, compreendida especificamente entre 120 dias e 21 dias antes da data do evento (dia em que é divulgado o relatório de auditoria) – [-120;-21]. As janelas

---

<sup>4</sup> Para a realização do estudo de evento foram desconsideradas as ações referentes ao Banco Santander e EDP Renováveis, uma vez que estas não relataram MRA nos relatórios de auditoria, referentes ao exercício de 2016.

de evento a serem testadas englobam diferentes períodos: três dias [-1; +1], quatro dias [-2; +1], cinco dias [-3; +1], sete dias [-5; +1] e onze dias [-5; +5].

De acordo com MacKinlay (1997), e tendo por base a racionalidade do mercado, a metodologia inerente ao estudo de evento permite quantificar um evento específico no valor da empresa, conseguindo-se, assim, avaliar o impacto de um acontecimento económico no valor de mercado de uma empresa, mais concretamente no comportamento dos preços e dos retornos das ações das empresas.

Neste sentido e, de acordo com Bédard et al. (2014), Lennox et al. (2017) e Leal (2018), o objetivo deste estudo adicional é testar a seguinte hipótese:

**H1:** *A divulgação das MRA, nos relatórios de auditoria de empresas cotadas, resultante da aplicação da ISA 701, não traz conteúdo informativo adicional ao mercado de ações.*

A associação entre a divulgação das MRA e o retorno anormal das ações será analisada com uma regressão linear múltipla. A razão económica adjacente a este modelo reside no possível poder explicativo que possa existir entre as MRA e respetivas categorias, face à possibilidade de origem de retornos anormais, contribuindo para o fornecimento de conteúdo informativo útil ao mercado e seus investidores. Para o efeito, são consideradas as duas equações formuladas de seguida, tendo em vista testar relação com a quantidade de MRA (I) e a quantidade por categoria de MRA (II).

$$(I) \quad CAR_i = \alpha + \beta_1 MRA_i + \beta_2 DIM_i + \beta_3 MUD_i + \beta_4 END_i + \beta_5 ANA_i + \beta_6 REN_i + \beta_7 Big4_i + \beta_8 PSI20_i + \varepsilon_i$$

$$(II) \quad CAR_i = \alpha + \beta_1 CAT_i + \beta_2 DIM_i + \beta_3 MUD_i + \beta_4 END_i + \beta_5 ANA_i + \beta_6 REN_i + \beta_7 Big4_i + \beta_8 PSI20_i + \varepsilon_i$$

Por um lado, o primeiro modelo de regressão resulta de uma adaptação dos modelos utilizados pelos autores suprarreferidos (Bédard et al., 2014; Reid, 2015; Gutierrez et al., 2015; Lennox et al., 2017; Li, 2017).

Por sua vez, o segundo modelo tem em consideração o estudo realizado por Leal (2018), que verifica se existe relação entre as quantidades observadas por categorias de MRA evidenciadas no relatório de auditoria e a geração de retornos anormais, podendo indiciar a divulgação de informação relevante ao mercado, através do relato de determinadas categorias de MRA.

A variável dependente, em ambos os modelos, é o retorno anormal acumulado (CAR) que considera a capitalização diária obtida nos dias de cotação para as janelas de evento consideradas. O CAR resulta da diferença obtida entre o retorno real e o retorno normal (esperado) das ações das empresas da amostra.

As variáveis independentes de interesse são a quantidade total de MRA relatadas (modelo 1) e a quantidade por categoria (CAT) de MRA (modelo 2).

Adicionalmente, tendo em consideração a literatura relevante, são incluídas nos modelos variáveis de controlo, as quais correspondem a itens, financeiros e não financeiros, com potencial impacto no CAR:

- a) Dimensão (DIM): a *proxy* a ser utilizada é o logaritmo natural do ativo das empresas da amostra. Com base em Bamber (1986, 1987) a dimensão das empresas está negativamente associada a retornos anormais. Contudo, nos últimos anos, têm sido encontradas evidências opostas para a relação existente entre estas duas variáveis (Barron et al., 2009; Bamber et al., 2011; Landsman et al., 2012; Reid, 2015).
- b) Mudança de auditor (MUD): corresponde a uma variável *dummy*, igual a 1 caso a empresa tenha trocado de auditor. De acordo com Hennes et al. (2013), o mercado tende a reagir de forma negativa às mudanças de auditores, uma vez que essa mudança pode ser encarada como a existência de discordância entre os encarregados de governação e os auditores. No entanto, a Diretiva 2006/43/CE instituiu a rotatividade obrigatória dos auditores independentes, sendo que o exercício de funções, por partes destes, tem um período mínimo de 2 anos e um período máximo de 8 ou 9

anos, ainda que, sob proposta do órgão de fiscalização, o período máximo pode ser prorrogado até 10 anos (artigo 54º, EOROC).

- c) Endividamento (END): a *proxy* utilizada consiste na divisão do passivo exigível pelo ativo total de cada uma das empresas da amostra. Nos estudos de Landsman et al. (2012) e Bédard et al. (2014), verificou-se uma associação positiva entre as empresas que possuem maiores dificuldades financeiras (níveis de endividamento elevados) e os retornos anormais.
- d) Analistas (ANA): corresponde ao número de analistas que acompanham a empresa no exercício de 2016. Segundo DeFond et al. (2007) e Landsman et al. (2012), o número de analistas está positivamente associado a retornos anormais das ações das empresas.
- e) Rentabilidade (REN): a *proxy* utilizada é o retorno sobre os ativos (ROA). Quanto maior for a rentabilidade, maior será a atratividade da empresa, o que torna a empresa mais aliciante aos investidores, uma vez que a taxa de retorno é maior. Logo, o ROA está positivamente associado aos retornos anormais das ações (Martani et al., 2009; Botika, 2012).
- f) *Big4*: corresponde a uma variável *dummy*, igual a 1 caso a empresa seja auditada por uma Big4, e 0 caso contrário. De acordo com estudos já realizados (DeAngelo, 1981; Francis & Krishnan, 1999; Lennox, 1999), as empresas que são auditadas pelas Big4 transmitem maior fiabilidade e credibilidade aos seus investidores, o que por sua vez sugere que exista uma relação entre os retornos anormais das ações consoante as MRA identificadas nos relatórios de auditoria, principalmente quando o relatório de auditoria é da autoria de uma Big4.
- g) Empresas pertencentes ao PSI-20 (PSI20): corresponde a uma variável *dummy*, igual a 1 caso a empresa da amostra pertença ao PSI 20, e 0 caso contrário. Esta variável é tida em consideração uma vez que as empresas pertencentes ao PSI 20 correspondem às maiores empresas cotadas na

*Euronext Lisbon*, as quais são, frequentemente, mencionadas como os “pilares da economia”. Por esta razão, existe uma maior divulgação de informação no que concerne a estas empresas (DeFond & Hund, 2003), o que pode influenciar os retornos anormais das ações, em torno do dia da divulgação do relatório de auditoria.

A variável CAR foi calculada da seguinte forma:

$$r_{i,t} = \ln \left( \frac{P_{i,t}}{P_{i,t-1}} \right)$$

Onde,  $r$  é a taxa de retorno com capitalização composta contínua da ação,  $P_t$  é o preço de fecho da ação. Os subscritos  $t$  e  $i$ , denotam o dia e a empresa, respetivamente.

Relativamente ao retorno de mercado, este é calculado da mesma forma que o retorno das ações, sendo a fórmula de cálculo a seguinte:

$$RM_t = \ln \left( \frac{C_t}{C_{t-1}} \right)$$

Onde  $RM_t$  é o retorno do mercado,  $C$  é a cotação da carteira de mercado.

O próximo passo corresponde ao cálculo do valor esperado do retorno. Para isso, foi considerado o modelo de mercado, o qual relaciona os retornos de uma ação, com os retornos de um portfólio de mercado, que no caso do presente estudo foi escolhido como parâmetro o retorno do índice PSI Geral.

De acordo com MacKinlay (1997), o modelo de mercado é calculado a partir da seguinte equação:

$$R_{it} = \alpha_i + \beta_i RM_t + \varepsilon_{it}$$

MacKinlay (1997) defende que a utilização do modelo de mercado pode aumentar a capacidade de deteção dos efeitos de um determinado evento. Neste sentido, o cálculo do retorno anormal é descrito com base na seguinte equação:

$$AR_{it} = R_{it} - \alpha_i - \beta_i RM_t$$

Onde  $AR_{it}$  corresponde ao retorno anormal da ação  $i$  na data  $t$ .

De forma a analisar os resultados do estudo de evento desenvolvido, procedeu-se ao cálculo do CAR para cada empresa da amostra, de forma a verificar e avaliar a reação da cotação das ações ao longo da janela de evento.

$$CAR_{it} = \sum_{t=-x}^{t=x} AR_{it}$$

Em que  $CAR_{it}$  corresponde aos retornos anormais acumulados da ação.

Adicionalmente, é importante realizar um teste suplementar a esta análise, no sentido de avaliar a magnitude do impacto das MRA no CAR. Para tal, são considerados os valores absolutos dos retornos anormais. Este teste advém do facto de os retornos anormais brutos poderem apresentar valores positivos ou negativos. Como a nossa análise não considera o conteúdo das MRA não se pode inferir sobre a relação entre as MRA e o impacto no mercado. Ao considerar o valor absoluto podemos avaliar a magnitude do eventual impacto independentemente do sinal do mesmo.

# Capítulo 4 – Estudo empírico

Este capítulo destina-se à apresentação, interpretação e discussão dos resultados da pesquisa.

Primeiramente, realiza-se a análise descritiva do conteúdo dos relatórios de auditoria das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa - *Euronext Lisbon*, referentes ao exercício de 2016 e 2017, os dois primeiros anos de obrigatoriedade de relato das MRA, sendo que é efetuada uma categorização das MRA, de modo a averiguar quais as mais recorrentes e os motivos subjacentes ao seu relato. Posteriormente, é executada a análise da distribuição das MRA conforme a indústria e o tipo de auditor

Por fim, é apresentada uma análise complementar, utilizando a metodologia de um estudo de evento, com o objetivo de verificar a influência exercida pela divulgação das MRA no retorno das ações negociadas na Bolsa de Lisboa.

## 4.1 Matérias relevantes de auditoria relatadas

A divulgação de MRA teve o seu início em 2016, contudo, da análise efetuada, com referência aos exercícios de 2016 e 2017, verificou-se que, em ambos os períodos, todas as empresas pertencentes à Bolsa de Valores de Lisboa divulgaram MRA, à exceção, em 2016, da empresa EDP Renováveis e do Banco Santander Totta, dado que ambos estão sediados em Madrid e, por tal motivo, seguem as normas de auditoria do país em questão. Em Espanha, a revisão das normas de auditoria levou à criação da NIA-ES 701 - *"Comunicación de las cuestiones clave de la auditoría en el informe de auditoría emitido por un auditor"*

*independiente*”, semelhante à ISA 701, mas cuja aplicação só teve início para as auditorias referente ao ano de 2017 (ICAC, 2016).

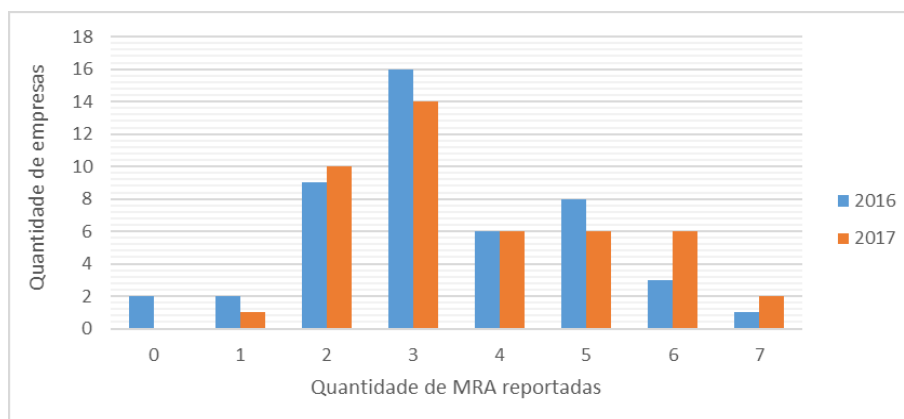
Em 2016, o primeiro ano da aplicação da ISA 701 em Portugal, foram relatadas, no total, 157 MRA, sendo que cada relatório de auditoria, das empresas que constituem a amostra, apresentou, em média, 3,34 MRA. O grau de dispersão relativamente à média, isto é, o desvio-padrão situou-se em 1,53, a que corresponde um coeficiente de variação de 0,46. Em 2016, de acordo com a figura 2, a maioria das empresas (39) divulga entre 2 a 5 MRA, sendo que o número mais frequente é de 3 MRA.

O valor mínimo observado na amostra pertence à EDP Renováveis e ao Banco Santander, com 0 MRA relatadas, pelas razões expostas anteriormente. Segue-se a Imobiliária Construtora Grão-Pará e a SL Benfica SAD que divulgaram, cada uma, apenas 1 MRA. Relativamente aos relatórios de auditoria que referiram 6 ou mais MRA, salienta-se a empresa Sonae com 7 MRA.

Excluindo da análise as 2 empresas que, em 2016, não apresentaram MRA (EDP Renováveis e Banco Santander), a média passa para 3,49 MRA por relatório de auditoria, sendo o desvio-padrão de 1,39 e o coeficiente de variação de 0,40.

De 2016 para 2017, observa-se um aumento do número de MRA referidas nos relatórios de auditoria, registando-se um total de 167 MRA (157 em 2016). Contribuiu para este aumento o facto de, em 2017, já não existirem exceções à aplicabilidade da ISA 701, por parte das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa, bem como o incremento do número médio de MRA relatadas, que se fixou em 3,71 MRA por relatório de auditoria. No que concerne à dispersão, constata-se que a amostra referente ao exercício de 2017 é mais homogénea do que a de 2016, uma vez que apesar de uma pequena subida do desvio-padrão, de 1,53 para 1,54, o coeficiente de variação (0,42) é menor que o registado no ano anterior (0,46).

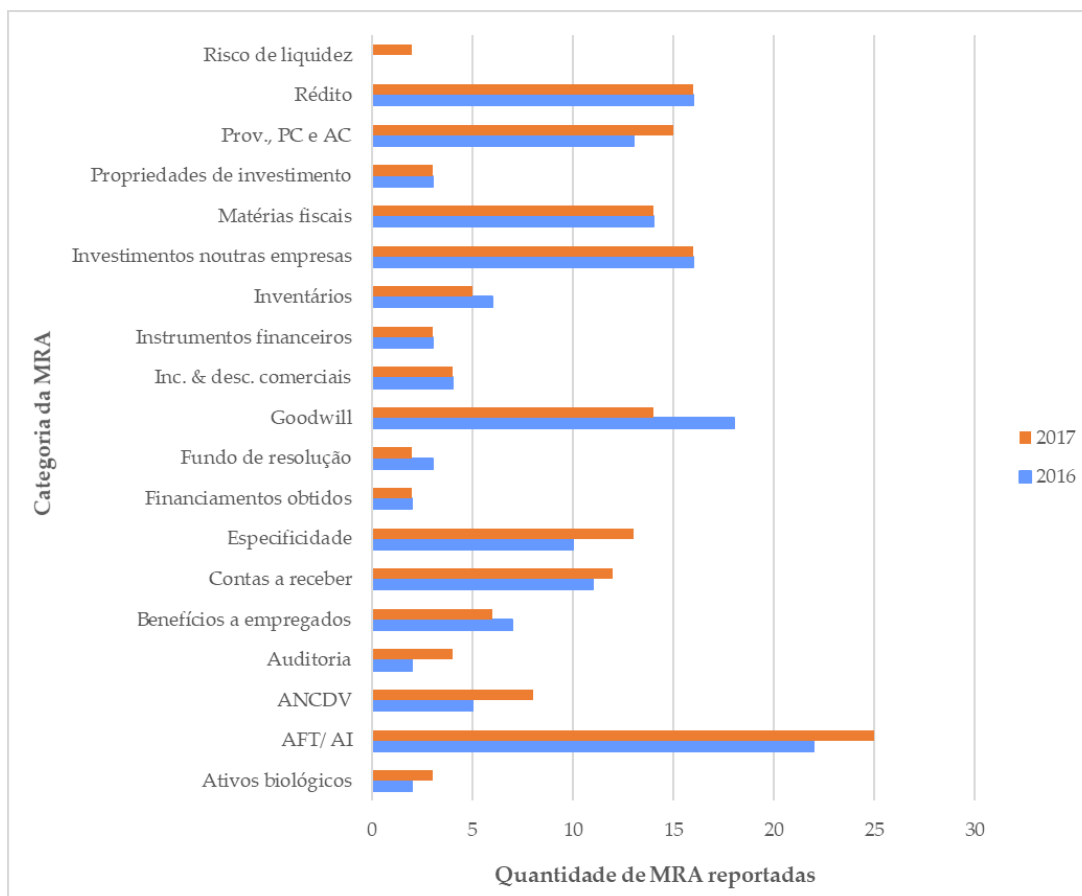
Em 2017, a empresa que apresenta o número mínimo de MRA divulgadas é, novamente, a Imobiliária Construtora Grão-Pará, com 1 MRA. As restantes empresas da amostra situam-se no intervalo de 2 a 6 MRA, à exceção da EDP e do Banco Santander que apresentam o maior número de MRA relatadas (7).



**Figura 2:** Distribuição da quantidade de MRA relatadas por empresa

Os resultados supramencionados evidenciam o cumprimento da ISA 701 no que se refere à secção das MRA nos relatórios de auditoria, contribuindo, assim, para a expectativa geral de que esta divulgação adicional de informação permita relatórios mais detalhados e de fácil leitura, proporcionando uma melhoria do valor informativo do relatório, bem como uma maior transparência e credibilidade do trabalho realizado pelos auditores.

De acordo com a categorização realizada às MRA, verifica-se que, em ambos os períodos analisados, a categoria referente aos ativos fixos tangíveis/ativos intangíveis foi a que obteve maior representação nos relatórios de auditoria das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa (ver figura 3). Para além da referida categoria, o *goodwill*, os investimentos em outras empresas, o rédito, as matérias fiscais e as provisões, passivos contingentes e ativos contingentes obtiveram posição relevante em ambos os períodos em análise.



**Figura 3:** Distribuição por categoria de MRA

A menção de todas estas MRA advém de questões relativas ao reconhecimento e mensuração dos respetivos itens, na medida em que as empresas podem interferir na determinação desses valores, designadamente através de erros contabilísticos, erros de controlo interno, erros operacionais ou, até mesmo, fraude.

Tomando por referência o estudo realizado pelo FRC (2015) no Reino Unido, verifica-se alguma similitude, dado que as 3 MRA mais frequentes no Reino Unido (imparidade de ativos, questões fiscais relacionadas com ativos por impostos diferidos e imparidades de *goodwill*) também foram referidas pelas auditoras nos relatórios de auditoria das empresas pertencentes à Bolsa de Valores de Lisboa, em ambos os períodos em análise.

Neste sentido, afigura-se relevante referir os motivos pelos quais as MRA mais frequentes foram referidas nos relatórios de auditoria das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa.

Relativamente às matérias fiscais, estas são consideradas regularmente como MRA devido à dimensão, estrutura e dispersão das atividades operacionais das empresas, o que origina um acréscimo na complexidade do registo dos impostos nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, há empresas que operam em diversas localizações, o que implica que estejam sujeitas a diferentes enquadramentos fiscais, aumentando o nível de incerteza associado ao desfecho das divergências com as Autoridades Tributárias.

As provisões, os passivos contingentes e os ativos contingentes, relacionados com a norma internacional de contabilidade IAS 37, abrangem situações que envolvem estimativas e complexidade na mensuração, uma vez que resultam de acontecimentos passados que não estão sob o total controlo das empresas. Isto resulta em incertezas quanto ao possível ganho ou perda e, conseqüentemente, em riscos significativos importantes a serem comunicados aos utilizadores das demonstrações financeiras. Complementarmente, esta MRA está, também, relacionada com a categoria das matérias fiscais, uma vez que o relato de assuntos relacionados com a IAS 37 pode ter por base o julgamento efetuado pela administração da empresa relativamente a matérias fiscais e divergências com as Autoridades Tributárias.

Em relação ao *goodwill*, a maioria das empresas refere a complexidade e o nível de julgamento inerente aos modelos adotados para o cálculo de imparidades e valor recuperável do *goodwill*. Estes modelos requerem a assunção, por parte da administração, de diversas estimativas e pressupostos de rentabilidade futura prospetivada para os negócios, taxas de crescimento de curto e longo prazo, planos de investimento e taxas de desconto a utilizar.

No que se refere aos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, estes são referidos como MRA uma vez que existe um elevado nível de complexidade dos modelos de avaliação e julgamento das imparidades e recuperabilidade dos ativos, consubstanciado nos pressupostos utilizados para os respetivos cálculos. A relevância destes assuntos resulta da existência de imprevisibilidade das estimativas adotadas, aliada a eventuais variações nos pressupostos, o que pode provocar alterações significativas e relevantes nas demonstrações financeiras.

No que diz respeito ao rédito, este foi mencionado nos relatórios de auditoria por diversos motivos, em função das atividades desenvolvidas, sendo que a aplicação das normas de contabilidade sobre o reconhecimento do rédito é complexa e envolve um conjunto de estimativas e julgamentos importantes. Em algumas empresas, como por exemplo os CTT, o rédito foi apresentado como MRA pelo facto de atuarem em diferentes áreas de negócio (correio, expresso e encomendas, serviços financeiros e bancários) sendo as políticas de reconhecimento do rédito distintas para cada uma delas. Outras empresas consideram o rédito como uma das principais áreas de foco na auditoria, em razão da significativa utilização e dependência dos sistemas de informação para garantir a integridade, existência e precisão do rédito registado, como é o caso da NOS. Existem, ainda, outras empresas, nomeadamente a Mota Engil e Sonae Capital, em que o rédito é mensurado com base na percentagem de acabamento de contratos de construção, o que acarreta incerteza inerente a estimativas e pressupostos utilizados para o cálculo da percentagem de acabamento. E, ainda, o Grupo Media Capital e a Impresa, que apresentam o rédito como MRA, visto que a mensuração das receitas geradas pela televisão, que são as principais fontes de receita destas empresas, dependem, fundamentalmente, da medição e perfil das audiências, que tem inerente o risco de ser medida e/ou registada incorretamente.

No que concerne à categoria investimentos noutras empresas, esta engloba tanto a aquisição de participações financeiras e capital social de empresas, como transações com interesses não controláveis e componentes da própria empresa. O registo contabilístico destas operações é complexo e envolve julgamento na alocação do preço e mensuração das respetivas transações.

De assinalar que todas as MRA mencionadas são referentes a assuntos relacionados com a atividade das empresas e ambiente económico das mesmas, envolvendo, assim, julgamento e estimativas complexos, que podem originar *earnings management*, isto é, manipulação de resultados. Esta evidência está em conformidade com a literatura relacionada com a qualidade da auditoria e normas contabilísticas aplicadas, pois, segundo Healy & Wahlen (1999), a manipulação de resultados tem como principal impulsionadora a subjetividade na interpretação das normas contabilísticas e flexibilidade das mesmas, que, assim, influenciam a elaboração das demonstrações financeiras e a perceção dos *stakeholders* sobre o desempenho da empresa. Por conseguinte, as operações que envolvem maior incerteza e que podem originar manipulação de resultados são aquelas sobre as quais os auditores dedicam maior atenção, visto que existe maior probabilidade de distorção e, conseqüentemente, o aumento do risco de auditoria.

## 4.2 Matérias relevantes de auditoria por setor

Face à diversidade de MRA relatadas nos relatórios de auditoria é relevante analisar se existe alguma relação entre as categorias de MRA e o setor onde se inserem as empresas da amostra, com base no ICB.

Indústria	2016			2017		
	Quantidade MRA	%	Média	Quantidade MRA	%	Média
Petróleo & Gás	4	3%	4,00	3	2%	3,00
Materiais básicos	13	8%	3,25	15	9%	3,75
Indústria	38	24%	3,17	42	25%	3,82
Bens de consumo	7	4%	2,33	9	5%	3,00
Cuidados de saúde	3	2%	3,00	3	2%	3,00
Serviços ao consumidor	39	25%	3,25	37	22%	3,08
Telecomunicações	7	4%	3,50	7	4%	3,50
Serviços de utilidade pública	11	7%	3,67	16	10%	5,33
Financeiro	21	13%	4,20	22	13%	5,50
Tecnologia	14	9%	3,50	13	8%	3,25
<b>Total</b>	<b>157</b>	<b>100%</b>	<b>3,34</b>	<b>167</b>	<b>100%</b>	<b>3,71</b>

**Tabela 2:** MRA relatadas por setor

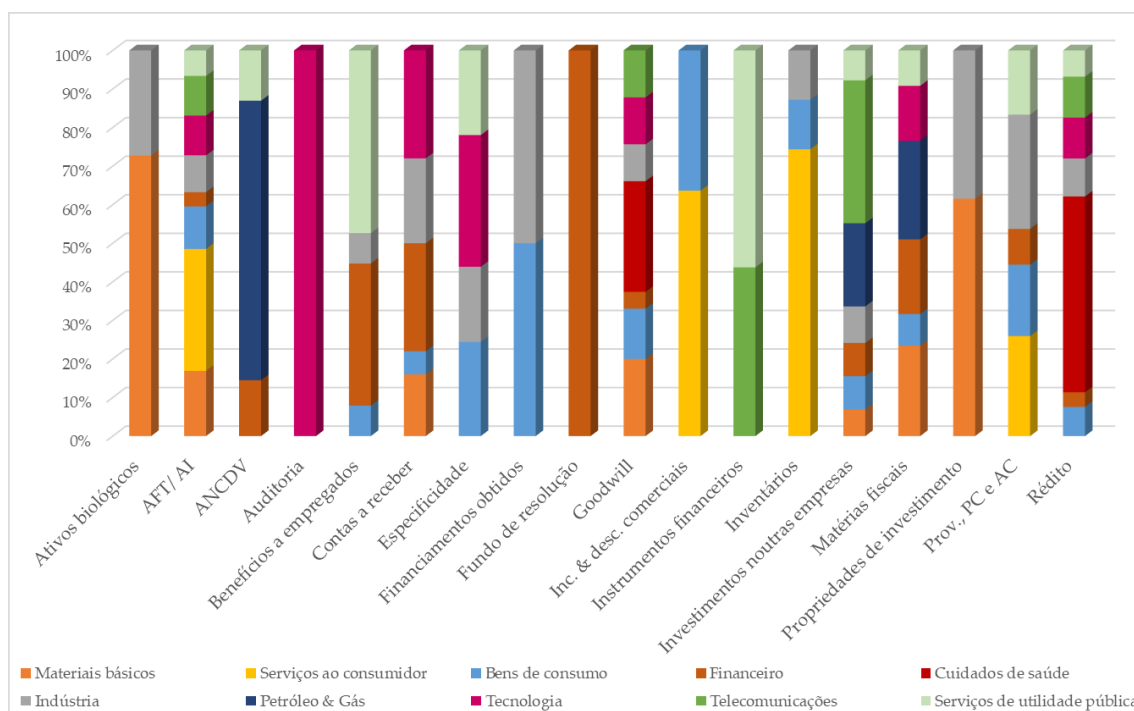
Mediante a tabela 2, constata-se que o setor que apresentou maior quantidade de MRA foi divergente nos períodos em análise, dado que, em 2016, o setor serviços ao consumidor, foi o que reportou mais MRA (39), enquanto, em 2017, foi o setor da indústria (42). Porém, este resultado é coerente com o facto de estes dois setores serem os que integram o maior número de empresas da amostra, conforme a tabela 1.

Não obstante, o setor com maior média de MRA divulgadas por relatório de auditoria é o setor financeiro, com 4,20 MRA por relatório de auditoria, em 2016, e 5,50 MRA por relatório de auditoria, em 2017, o que pode ser justificado não só pela grande preocupação dos auditores face aos últimos escândalos financeiros em instituições bancárias, como também pelo risco inerente à atividade bancária, pela sua natureza específica, que implica, inevitavelmente, a exposição da instituição a diversos riscos financeiros (crédito, mercado, liquidez) e riscos não financeiros (negócio/estratégia, país, *compliance*, fraude).

Apesar de não se verificarem diferenças significativas nas médias de MRA em cada setor, existem algumas evidências relevantes a destacar.

Primeiramente, os setores serviços ao consumidor e indústria foram os que apresentaram mais categorias de MRA, 12 das 18 categorias existentes (ver figura 4), o que é compreensível visto que são setores que englobam o maior número de

empresas (ver tabela 1). Verifica-se, igualmente, que as categorias de MRA predominantes em 2016 (ativos fixos tangíveis/ ativos intangíveis, *goodwill*, investimentos noutras empresas, matérias fiscais, provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e rédito), uma vez que são pontos-chave e críticos em qualquer atividade, foram abordadas nestes dois setores (à exceção das matérias fiscais que não foram referidas nos relatórios de auditoria das empresas do setor indústria).



**Figura 4:** Distribuição das MRA por setor (2016)

Adicionalmente, o setor financeiro apresenta não só as categorias mais frequentes de MRA, mas também categorias específicas desta atividade, tais como contas a receber<sup>5</sup> e fundo de resolução, uma vez que o setor financeiro tem uma regulação muito rígida, de modo a evitar riscos associados a fraude e colapsos financeiros. Relativamente ao crédito a clientes, este está relacionado

<sup>5</sup> Neste contexto, a categoria contas a receber diz respeito a crédito a clientes concedidos pelas instituições bancárias, sendo o seu peso nesta categoria de 27% e 33%, em 2016 e 2017, respetivamente.

com o risco de o banco não reconhecer tempestivamente imparidades na sua carteira de crédito, envolvendo, deste modo, julgamentos e premissas subjetivas, por parte dos bancos, o que pode impactar as demonstrações financeiras.

O setor dos serviços ao consumidor evidencia MRA relacionadas com o julgamento do auditor, bem como estimativas e operações onde são exigidas escolhas contabilísticas, como o cálculo do montante de descontos comerciais e das avaliações da recuperabilidade de montantes investidos em ativos fixos tangíveis, entre outros.

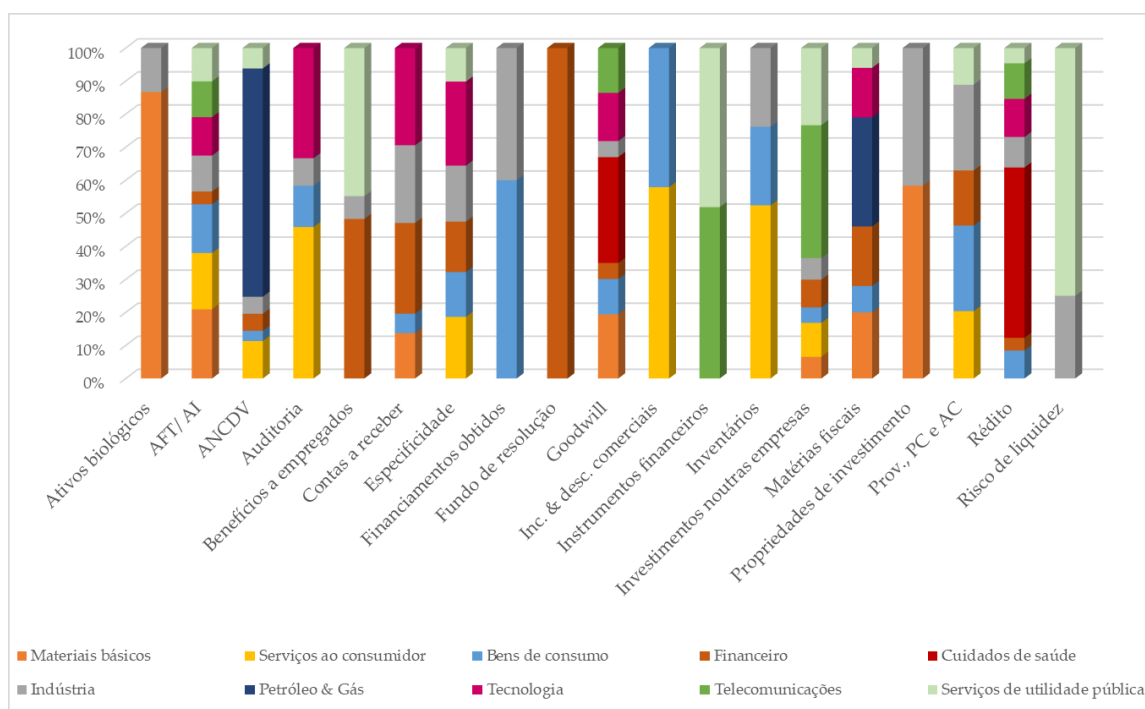


Figura 5: Distribuição das MRA por setor (2017)

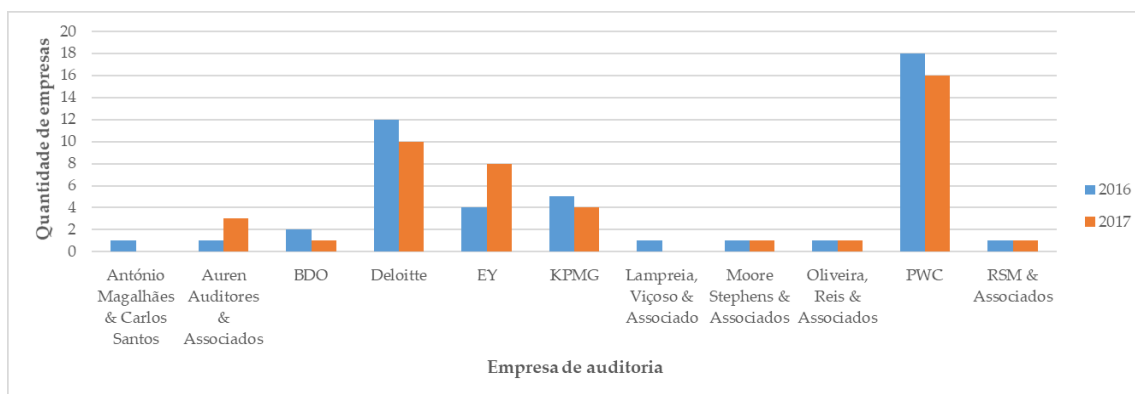
Em 2017, não se verificaram alterações significativas face ao período homólogo, tendo sido os mesmos setores a liderar a variedade de categorias de MRA - serviços ao consumidor (13) e indústria (16).

Os restantes setores não evidenciaram participações significativas por categoria de MRA, o que espelha uma elevada dispersão no relato das MRA por setor.

### 4.3 Matérias relevantes de auditoria relatadas por auditor

Outra das análises realizadas tem por objetivo verificar se existem diferenças ao nível do relato das MRA por auditor, nomeadamente entre as *Big4*<sup>6</sup> e as restantes empresas de auditoria do mercado<sup>7</sup>.

Das empresas da amostra, 39 foram auditadas pelas *Big4*, em 2016, sendo que, em 2017, esse número diminuiu para 38. Todavia, é notória a preferência das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa pelas *Big4*, o que está em linha com estudos já realizados sobre a concentração do mercado de auditoria nestas 4 grandes firmas multinacionais, pois segundo DeAngelo (1981), no caso das empresas cotadas, o reconhecimento, a imagem e o prestígio têm influência aquando da escolha da empresa de auditoria. A quantidade de empresas auditadas por cada SROC está explicitada na figura 6, sendo que, em ambos os períodos em análise, foi a PWC que apresentou o maior número de empresas auditadas.



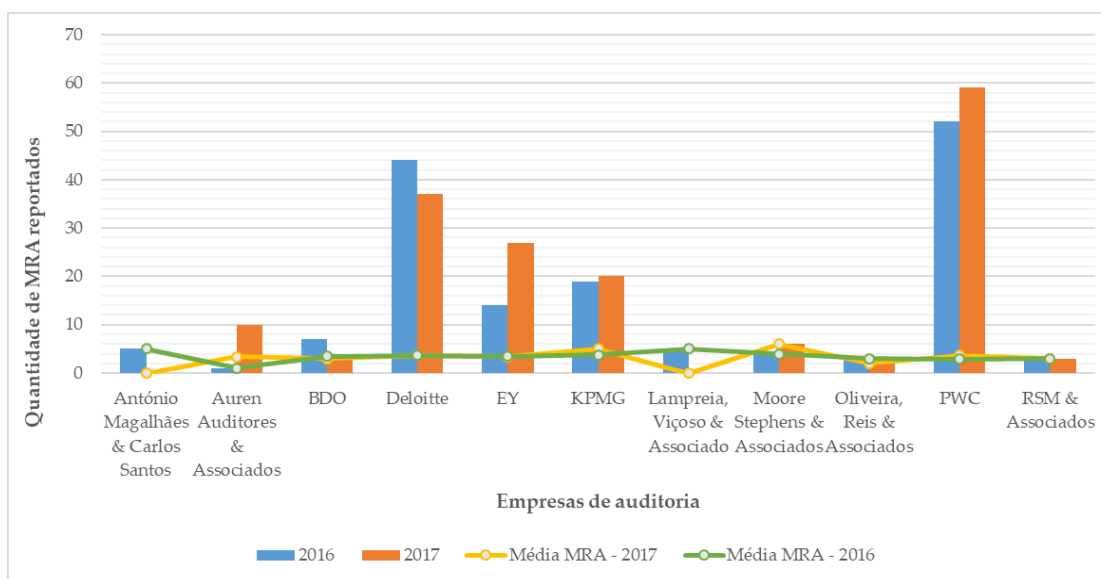
**Figura 6:** Distribuição das empresas da amostra por auditor

<sup>6</sup> *Big4* é a nomenclatura utilizada para as quatro maiores empresas especializadas em auditoria e consultoria do mundo - Deloitte, Ernst & Young, KPMG e PricewaterhouseCoopers.

<sup>7</sup> Particularmente as seguintes empresas: António Magalhães & Carlos Santos, a Auren Auditores & Associados, a BDO, a Lampreia, Viçoso & Associado, a Moore Stephens & Associados, a Oliveira, Reis & Associados e a RSM & Associados.

Ademais, foi, ainda, possível constatar que, de 2016 para 2017, existiram 10 alterações de auditor nas empresas em estudo, sendo que a maioria dessas mudanças foram operadas entre as *Big4*.

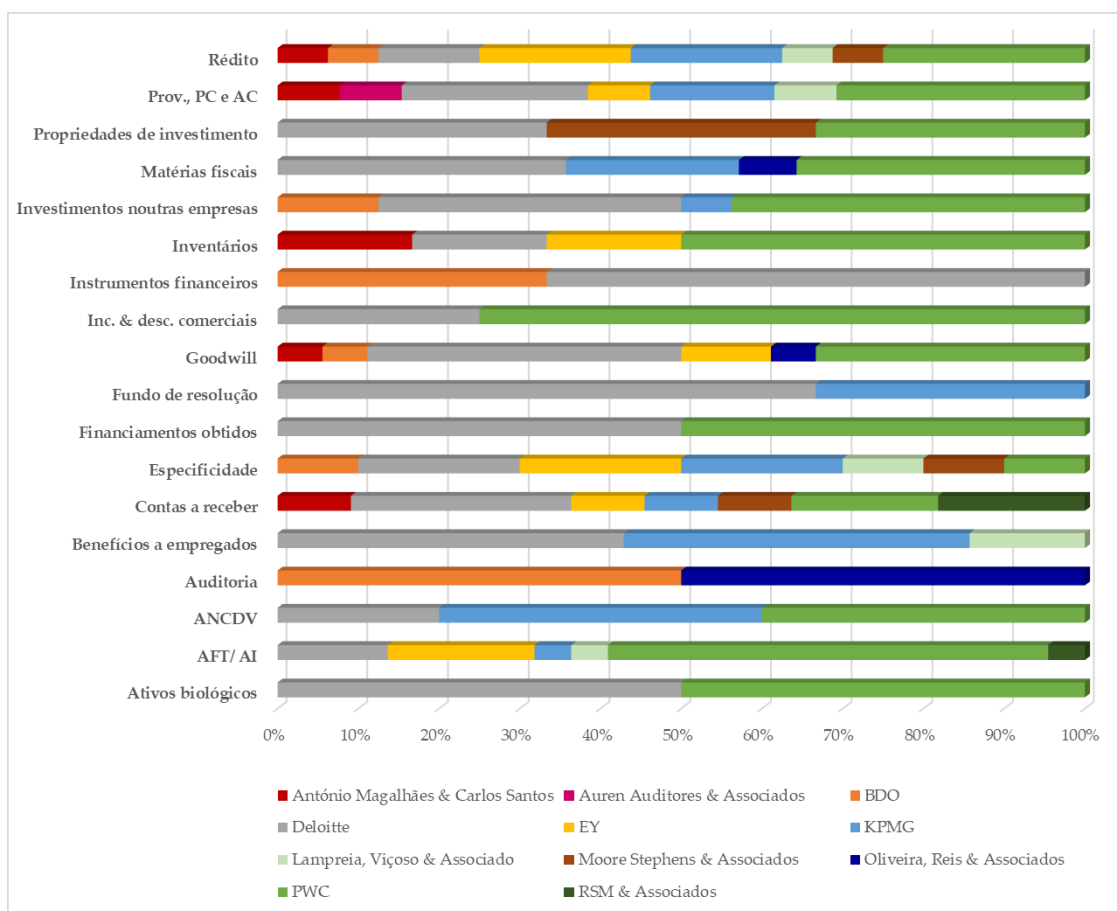
No que diz respeito à divulgação das MRA, os relatórios de auditoria com maior número de MRA relatadas foram emitidos pela PWC, seguida da Deloitte, em ambos os exercícios (ver figura 7).



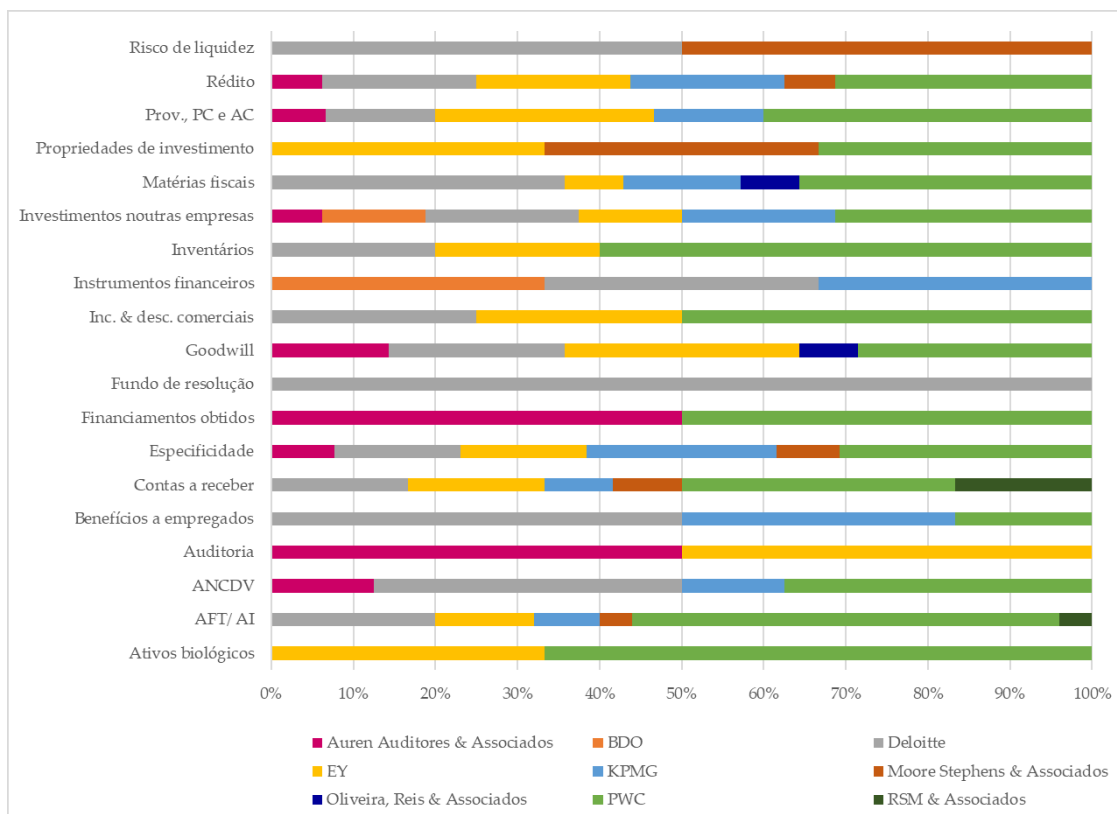
**Figura 7:** Distribuição das MRA relatadas por auditor

Todavia, em termos médios, em 2016, as empresas de auditoria que relataram mais MRA por relatório de auditoria não foram as *Big4*, mas sim a António Magalhães & Carlos Santos (5 MRA/relatório auditoria), Lampreia, Viçoso & Associado (5MRA/relatório auditoria) e Moore Stephens & Associados (4 MRA/relatório de auditoria). Contudo, em 2016, estas empresas apenas prestaram serviços de auditoria a uma empresa da amostra, o que pode enviesar a análise da média de MRA por empresa de auditoria. Em 2017, já se observa uma *Big4* (KPMG), como uma das que mais MRA relata (5 MRA/relatório auditoria).

Relativamente à diversidade de categorias de MRA e de acordo com as figuras 8 e 9, o destaque, em 2016, vai para a Deloitte que apesar de não ser a SROC com maior número de clientes na Bolsa de Valores de Lisboa neste período, foi a que referiu um maior número de categorias (17) nos relatórios de auditoria. Já no exercício de 2017, verifica-se que a diversidade de MRA por auditora foi menor, tendo sido a PWC a auditora com maior número de categorias de MRA (16), seguido da Deloitte (15).



**Figura 8:** Frequência das MRA por categoria e auditor (2016)



**Figura 9:** Frequência das MRA por categoria e auditor (2017)

Os resultados obtidos, particularmente em 2017 com a auditora PWC, sugerem que pode existir uma associação entre as empresas de auditoria que apresentam maior diversidade de categorias de MRA, com as que, simultaneamente, divulgaram um maior número de MRA e possuem uma maior carteira de clientes. Não obstante, é necessário ter em consideração que tanto a quantidade de MRA como a sua diversidade estão dependentes do julgamento profissional de cada auditor.

De salientar ainda que, todas as *Big4* mencionaram, tanto em 2016 como em 2017, as categorias de MRA mais frequentes, sendo que o mesmo não acontece com as demais SROC.

## 4.4 Análise do estudo de evento

Para a realização do estudo de evento é necessário a elaboração de testes para a avaliação da especificação do modelo. Neste sentido, foram realizados testes à normalidade das variáveis a utilizar (*Kolmogorov Smirnov* e o teste não paramétrico de *Spearman*), à multicolinearidade (*Variance Inflation Factor*) e à heterocedasticidade (teste de *White*), sendo que foram validados todos os pré-requisitos necessários à metodologia a aplicar.

### 4.4.1 Estatísticas descritivas

Antes da análise aos resultados obtidos, é pertinente analisar e comentar algumas estatísticas descritivas, com o intuito de caracterizar a amostra estatisticamente.

De acordo com a tabela 3, é possível concluir que em média são relatadas entre 3 e 4 MRA nos relatórios de auditoria das empresas. Além disso, a empresa com menor número de MRA apresentou apenas 1 MRA e, pelo contrário, a que obteve maior número evidenciou 7 MRA. Tendo em conta a categorização das MRA, verifica-se que a quantidade de MRA por categoria em cada unidade de observação variou entre 0 e 2, o que significa que não houve muitas observações associadas a cada categoria.

No que concerne às variáveis de controlo, estas fornecem uma visão mais abrangente da situação financeira das empresas da amostra, havendo 3 evidências a serem realçadas: ao nível da dimensão e nível de endividamento, a amostra é simétrica, apresentando uma distribuição normal, dado que as medianas são aproximadamente iguais às respetivas médias; as empresas apresentam um elevado nível de financiamento, chegando a atingir um rácio de endividamento de 87% (máximo observado na amostra); a taxa de retorno sobre

o total de ativo é, em média, negativa (-0,5%), contudo a mediana (1,5%) é superior à média, significando, assim, que esta variável segue uma distribuição assimétrica negativa, onde existem resultados líquidos do período negativos a reduzir, substancialmente, a média dos resultados apresentados.

Variáveis	Média	Desvio padrão	Mín	Mediana	Max
Quantidade MRA	3,489	1,408	1	3	7
Ativos biológicos	0,044	0,208	0	0	1
AFT/ AI	0,489	0,626	0	0	2
ANCDV	0,111	0,383	0	0	2
Auditoria	0,044	0,208	0	0	1
Benefícios a empregados	0,156	0,367	0	0	1
Contas a receber	0,244	0,484	0	0	2
Especificidade	0,222	0,420	0	0	1
Financiamentos obtidos	0,044	0,200	0	0	1
Fundo de resolução	0,067	0,252	0	0	1
Goodwill	0,400	0,495	0	0	1
Inc. & desc. Comerciais	0,089	0,288	0	0	1
Instrumentos financeiros	0,067	0,330	0	0	2
Inventários	0,133	0,344	0	0	1
Investimentos noutras empresas	0,356	0,609	0	0	2
Matérias fiscais	0,311	0,514	0	0	2
Propriedades de investimento	0,067	0,252	0	0	1
Prov.,PC e AC	0,289	0,458	0	0	1
Rédito	0,356	0,529	0	0	2
Tamanho	13,573	1,889	9,790	13,073	18,036
Endividamento	0,391	0,210	0	0,402	0,873
Rentabilidade	-0,005	0,087	-0,291	0,015	0,143
Analistas	3,622	6,702	0	0	27
Mudança auditoria	0,133	0,344	0	0	1
Big 4	0,822	0,387	0	1	1
PSI 20	0,378	0,490	0	0	1

**Tabela 3:** Estatísticas descritivas

#### 4.4.2 Correlação das variáveis

Na análise da correlação entre as variáveis do modelo é utilizado o coeficiente de correlação de *Spearman*. Os resultados variam entre -1 e 1 e, quanto mais próximos forem os resultados destes valores, maior a relação entre as variáveis.

Variáveis	Quant. MRA	Ativos biológicos	AFT/ AI	ANCDV	Auditoria	Benefícios a empregados	Contas a receber	Especificidade	Financiamentos obtidos	Fundo de resolução	Goodwill	Inc. & desc. Com.	Instrumentos financeiros	Inventários	Investimentos noutras empresas	Matérias fiscais	Propriedades de investimento	Prov., PC e AC	Rédito
Quantidade de MRA		0,094	0,055	,347**	0,034	,514***	,338**	0,238	-0,060	,347**	0,133	-0,084	0,098	-0,078	0,239	,484***	0,042	0,092	,347**
Ativos biológicos	0,094		0,109	-0,067	-0,047	-0,093	-0,115	-0,115	-0,047	-0,058	,264*	-0,067	-0,046	-0,085	-0,136	0,095	-0,058	0,100	-0,152
AFT/ AI	0,055	0,109		-0,261*	-0,181	-0,132	0,005	0,047	0,019	-0,224	-0,226	0,028	0,023	-0,153	-0,277	-0,050	-0,059	0,011	-0,080
ANCDV	0,347*	-0,067	-0,261*		-0,067	0,498***	0,191	-0,167	-0,067	0,528***	-0,255*	-0,097	-0,067	-0,122	0,128	0,472***	-0,083	-0,031	-0,062
Auditoria	0,034	-0,047	-0,181	-0,067		-0,093	-0,115	0,144	-0,047	-0,058	0,264***	-0,067	-0,046	-0,085	-0,136	0,095	-0,058	-0,137	0,071
Benefícios a empregados	0,514***	-0,093	-0,132	0,498***	-0,093		0,203	0,213	-0,093	,623***	-0,350**	-0,134	0,212	-0,168	0,018	0,254***	-0,115	0,132	0,078
Contas a receber	0,338**	-0,115	0,005	0,191	-0,115	0,203		-0,034	-0,115	,484***	-0,222	-0,166	-0,115	-0,056	-0,091	-0,002	0,484***	-0,110	0,055
Especificidade	0,238	-0,115	0,047	-0,167	0,144	0,213	-0,034		-0,115	-0,143	0,000	-0,167	0,150	-0,210	-0,228	-0,224	0,071	0,013	0,396**
Financiamentos obtidos	-0,060	-0,047	0,019	-0,067	-0,047	-0,093	-0,115	-0,115		-0,058	0,044	-0,067	-0,046	-0,085	0,084	-0,137	-0,058	0,100	-0,152
Fundo de resolução	0,347**	-0,058	-0,224	0,528***	-0,058	0,623***	0,484***	-0,143	-0,058		-0,218	-0,083	-0,058	-0,105	0,069	0,405**	-0,071	-0,170	-0,188
Goodwill	0,133	0,264***	-0,226	-0,255***	0,264	-0,350**	-0,222	0,000	0,044	-0,218		-0,096	-0,176	-0,053	0,161	0,095	-0,218	-0,020	0,206
Inc. & desc. comerciais	-0,084	-0,067	0,028	-0,097	-0,067	-0,134	-0,166	-0,167	-0,067	-0,083	-0,096		-0,067	0,337**	0,011	0,187	-0,083	-0,199	-0,220
Instrumentos financeiros	0,098	-0,046	0,023	-0,067	-0,046	0,212	-0,115	0,150	-0,046	-0,058	-0,176	-0,067		-0,085	0,145	-0,137	-0,058	-0,137	-0,152
Inventários	-0,078	-0,085	-0,153	-0,122	-0,085	-0,168	-0,056	-0,210	-0,085	-0,105	-0,053	,337**	-0,085		-0,073	-0,067	-0,105	0,038	-0,006
Investimentos noutras empresas	0,239	-0,136	-0,277*	0,128	-0,136	0,018	-0,091	-0,228	0,084	0,069	0,161	0,011	0,145	-0,073		0,184	0,013	-0,102	-0,163
Matérias fiscais	,484***	0,095	-0,050	,472***	0,095	0,254***	-0,002	-0,224	-0,137	,405**	0,095	0,187	-0,137	-0,067	0,184		-0,170	-0,194	-0,151
Propriedades de investimento	0,042	-0,058	-0,059	-0,083	-0,058	-0,115	0,484***	0,071	-0,058	-0,071	-0,218	-0,083	-0,058	-0,105	0,013	-0,170		-0,170	0,180
Prov., PC e AC	0,092	0,100	0,011	-0,031	-0,137	0,132	-0,110	0,013	0,100	-0,170	-0,020	-0,199	-0,137	0,038	-0,102	-0,194	-0,170		0,159
Rédito	0,347**	-0,152	-0,080	-0,062	0,071	0,078	0,055	,396**	-0,152	-0,188	0,206	-0,220	-0,152	-0,006	-0,163	-0,151	0,180	0,159	

Nota: (\*) p-values <0,10 ; (\*\*) p-values < 0,05 ; (\*\*\*) p-values < 0,01.

Tabela 4: Matriz de correlação de Spearman entre as variáveis independentes

Variáveis	Quant. MRA	Ativos biológicos	AFT/ AI	ANCDV	Auditoria	Benefícios a empregados	Contas a receber	Especificidade	Financiamentos obtidos	Fundo de resolução	Goodwill	Inc. & desc. Com.	Instrumentos financeiros	Inventários	Investimentos noutras empresas	Matérias fiscais	Propriedades de investimento	Prov., PC e AC	Rédito
Dimensão	0,490***	0,166	-0,220	0,480***	-0,257*	0,411**	0,125	-0,136	0,042	0,418**	0,056	0,222	0,046	0,060	0,200	0,488***	-0,041	-0,068	0,013
Endividamento	-0,168	0,216	0,266*	-0,141	-0,091	-0,217	0,103	-0,025	0,307**	-0,240	0,087	-0,271*	-0,060	-0,191	-0,084	-0,373**	0,268*	0,053	-0,160
Rentabilidade	0,059	0,191	-0,081	-0,112	-0,183	0,019	-0,203	0,062	-0,299**	-0,178	0,196	0,120	-0,153	0,101	-0,028	0,148	-0,007	0,166	0,194
Analistas	0,499***	0,189	-0,220	0,389**	-0,189	0,400**	0,042	-0,016	-0,072	0,250*	0,123	0,098	0,064	0,019	0,200	0,502***	-0,235	0,199	-0,008
Mudança de Auditoria	-0,088	-0,085	0,035	0,102	0,233	0,012	-0,056	-0,052	-0,085	0,157	0,080	0,107	-0,085	0,038	-0,114	0,172	-0,105	-0,250*	-0,141
Big4	-0,055	0,100	0,174	0,145	-0,464***	0,039	-0,192	-0,171	0,100	0,124	0,024	0,145	-0,175	0,011	0,138	0,170	-0,109	-0,088	-0,153
PSI20	0,561***	0,277*	-0,190	0,401**	-0,168	0,424**	0,122	-0,086	-0,168	0,343**	0,019	0,079	0,277*	0,099	0,156	0,519***	-0,208	0,211	-0,075

Nota: (\*) p-values <0,10 ; (\*\*) p-values < 0,05 ; (\*\*\*) p-values < 0,01.

Tabela 5: Matriz de correlação de Spearman entre as variáveis independentes e variáveis de controlo

Variáveis	CAR [-5;+5]	CAR [-5;+1]	CAR [-3;+1]	CAR [-2;+1]	CAR [-1;+1]	CAR [0]
Quantidade de MRA	-0,029	-0,058	-0,065	-0,091	-0,084	-0,017
Ativos biológicos	0,008	0,108	-0,158	-0,133	0,050	,282 **
AFT/ AI	0,024	-0,077	-0,039	-0,215	-0,172	-0,052
ANCDV	0,009	0,052	0,176	0,135	0,129	-0,035
Auditoria	-0,183	-0,249 *	0,025	-0,033	-0,108	-0,116
Benefícios a empregados	0,071	-0,061	-0,052	-0,080	-0,071	0,038
Contas a receber	-0,068	-0,083	-0,055	-0,111	-0,181	-0,165
Especificidade	-0,099	-0,210	-0,173	-0,206	-0,074	-0,132
Financiamentos obtidos	0,241	0,075	0,091	0,017	0,000	-0,025
Fundo de resolução	0,062	0,014	0,185	0,171	0,062	0,089
Goodwill	0,035	0,070	-0,017	0,119	0,045	0,003
Inc. & desc. comerciais	-0,090	0,102	0,114	0,054	0,096	0,379 **
Instrumentos financeiros	-0,188	-0,238	-0,238	-0,229	-0,213	-0,214
Inventários	0,091	0,151	0,146	0,201	0,116	0,076
Investimentos noutras empresas	-0,178	-0,011	-0,024	0,237	0,197	0,107
Matérias fiscais	-0,092	0,071	0,259*	0,075	0,121	0,068
Propriedades de investimento	-0,199	-0,110	-0,110	-0,096	-0,069	-0,144
Prov., PC e AC	0,196	-0,004	-0,264 *	-0,159	-0,076	-0,026
Rédito	0,157	0,124	0,011	0,077	-0,010	-0,052

**Tabela 6:** Matriz de correlação de *Spearman* entre as variáveis independentes e variáveis dependentes

Considerando as matrizes de correlação apresentadas nas tabelas 4, 5 e 6, verifica-se a existência apenas de correlações consideradas fracas e moderadas entre as variáveis em estudo, não existindo, por isso, indícios de multicolinearidade. No que concerne aos sinais dos coeficientes, estes apresentaram-se conforme o esperado.

De mencionar ainda que, analisando isoladamente as correlações consideradas significativas, existem poucas categorias de MRA que podem estar relacionadas com possíveis efeitos observados nos retornos das ações das empresas consideradas para este estudo.

### 4.4.3 Resultados

A tabela 7 apresenta os resultados do modelo I.

Variáveis		Janela de evento [-5;+5]	Janela de evento [-5;+1]	Janela de evento [-3;+1]	Janela de evento [-2;+1]	Janela de evento [-1;+1]	Janela de evento [0]
<b>Constante</b>	coeficiente	-0,145	0,047	0,035	-0,145 *	-0,122	-0,015
	<i>p-value</i>	0,514	0,744	0,792	0,060	0,154	0,850
<b>Quantidade de MRA</b>	coeficiente	0,015	-0,012	-0,012	0,009	0,009	-0,001
	<i>p-value</i>	0,457	0,367	0,345	0,205	0,243	0,877
<b>Dimensão</b>	coeficiente	-0,026	0,113	0,099	0,021	-0,015	-0,048
	<i>p-value</i>	0,847	0,207	0,230	0,648	0,773	0,317
<b>Endividamento</b>	coeficiente	-0,241	0,094	0,039	0,149	0,131	0,063
	<i>p-value</i>	0,405	0,618	0,823	0,132	0,238	0,534
<b>Rentabilidade</b>	coeficiente	-0,005	0,002	0,002	0,000	-0,001	0,001
	<i>p-value</i>	0,303	0,500	0,550	0,893	0,594	0,619
<b>Analistas</b>	coeficiente	-0,127 *	-0,026	0,013	-0,002	-0,012	0,006
	<i>p-value</i>	0,089	0,588	0,761	0,924	0,656	0,819
<b>Mudança de auditoria</b>	coeficiente	0,025	0,077 *	0,081 **	0,046 **	0,025	0,044 *
	<i>p-value</i>	0,687	0,069	0,038	0,034	0,292	0,051
<b>Big4</b>	coeficiente	0,002	-0,011	-0,018	-0,034	-0,016	-0,027
	<i>p-value</i>	0,975	0,826	0,704	0,192	0,588	0,334
<b>PSI 20</b>	coeficiente	-0,004	0,003	0,006	-0,003	-0,005	0,001
	<i>p-value</i>	0,858	0,822	0,601	0,655	0,524	0,864
<i>R</i> <sup>2</sup>		0,192	0,225	0,224	0,312	0,171	0,189
<i>R</i> <sup>2</sup> ajustado		0,039	0,053	0,051	0,159	0,014	0,026
<i>p-value</i>		0,412	0,272	0,276	0,069 *	0,509	0,449

(\*) *p-values* < 0,10 ; (\*\*) *p-values* < 0,05 ; (\*\*\*) *p-values* < 0,01

**Tabela 7:** Resultados do modelo I

Da sua análise, verifica-se que foi encontrada uma regressão com *p-value* significativo a 10%, para a janela que compreende o período [-2;+1]. Não obstante, o *R*<sup>2</sup> ajustado obtido é relativamente baixo, o que indicia que apenas aproximadamente 16% das alterações ocorridas no retorno anormal das ações das empresas analisadas são explicadas pelas variáveis explicativas adotadas para o presente modelo.

Todavia, a variável quantidade de MRA não obteve significância em nenhuma das janelas de evento testadas, o que sugere a não rejeição da hipótese formulada neste estudo de evento - *a divulgação das MRA, nos relatórios de auditoria de empresas*

*cotadas, resultante da aplicação da ISA 701, não traz conteúdo informativo adicional ao mercado de ações.*

Estes resultados estão de acordo com os estudos efetuados por Bédard et al. (2014), Gutierrez et al. (2016), Lennox et al. (2017) e Leal (2018), uma vez que os estudos elaborados por estes autores concluem que a divulgação de um maior ou menor número de MRA nos relatórios de auditoria não evidencia valor informativo adicional.

Resultados semelhantes são obtidos na tabela 8, modelo 2, relativamente às categorias de MRA relatadas nos relatórios de auditoria. O principal objetivo deste modelo é aferir a possibilidade de existência de retornos anormais face ao relato de categorias específicas no relatório de auditoria.

Os resultados obtidos indiciam, novamente, que nenhuma das regressões efetuadas para cada janela de evento foram significativas e, nesse seguimento, não é possível constatar que determinadas categorias de MRA possam impactar os retornos anormais acumulados nas janelas de evento em estudo.

Contudo, é relevante salientar que na janela de evento que engloba apenas o dia da divulgação do relatório de auditoria, existem determinadas categorias de MRA que parecem ser significativas, designadamente o *goodwill*, incentivos e descontos comerciais, investimentos noutras empresas, bem como os inventários, o que pode ser um indicador de que essas categorias possam fornecer conteúdo informacional ao mercado. De referir ainda que, a obtenção de coeficientes negativos nestas categorias, à exceção dos incentivos e descontos comerciais, prenunciam que as divulgações, nos relatórios de auditoria, relacionadas com estas categorias possam originar retornos anormais negativos.

Variáveis		Janela de evento [-5;+5]	Janela de evento [-5;+1]	Janela de evento [-3;+1]	Janela de evento [-2;+1]	Janela de evento [-1;+1]	Janela de evento [0]
Constante	coeficiente	0,617	0,511	0,468	-0,038	-0,053	0,211
	<i>p-value</i>	0,217	0,188	0,199	0,849	0,829	0,210
Ativos biológicos	coeficiente	-0,111	-0,032	-0,051	-0,024	0,009	0,064
	<i>p-value</i>	0,464	0,770	0,625	0,686	0,895	0,194
AFT/ AI	coeficiente	0,037	0,007	0,013	0,003	-0,024	-0,022
	<i>p-value</i>	0,269	0,853	0,716	0,903	0,356	0,199
ANCDV	coeficiente	0,105	0,003	0,019	-0,001	0,002	0,014
	<i>p-value</i>	0,303	0,968	0,786	0,985	0,974	0,648
Auditoria	coeficiente	-0,160	-0,077	-0,002	0,025	0,004	0,013
	<i>p-value</i>	0,257	0,517	0,988	0,698	0,953	0,803
Benefícios a empregados	coeficiente	0,142	0,064	0,020	-0,026	-0,016	0,006
	<i>p-value</i>	0,100	0,502	0,820	0,605	0,789	0,894
Contas a receber	coeficiente	-0,160	-0,086	-0,064	-0,053	-0,036	-0,004
	<i>p-value</i>	0,100	0,243	0,354	0,178	0,449	0,894
Especificidade	coeficiente	-0,041	-0,034	-0,022	-0,011	0,009	0,022
	<i>p-value</i>	0,530	0,503	0,644	0,689	0,779	0,324
Financiamentos obtidos	coeficiente	0,042	0,035	0,050	0,001	-0,029	0,043
	<i>p-value</i>	0,783	0,765	0,653	0,992	0,701	0,410
Fundo de resolução	coeficiente	0,433	0,242	0,232	0,139	0,043	0,011
	<i>p-value</i>	0,129	0,267	0,257	0,232	0,753	0,904
Goodwill	coeficiente	0,128	0,047	0,006	0,018	-0,017	-0,054 *
	<i>p-value</i>	0,161	0,502	0,929	0,617	0,703	0,082
Inc. & desc. comerciais	coeficiente	0,052	0,037	0,058	0,002	0,016	0,066 *
	<i>p-value</i>	0,630	0,656	0,463	0,970	0,772	0,081
Instrumentos financeiros	coeficiente	-0,080	-0,065	-0,052	-0,004	-0,010	-0,011
	<i>p-value</i>	0,452	0,430	0,498	0,926	0,849	0,754
Inventários	coeficiente	0,084	0,058	0,040	0,033	0,003	-0,054 **
	<i>p-value</i>	0,330	0,383	0,523	0,356	0,946	0,007
Investimentos noutras empresas	coeficiente	-0,097	-0,027	0,000	-0,006	0,003	0,042 *
	<i>p-value</i>	0,139	0,580	0,993	0,829	0,928	0,060
Matérias fiscais	coeficiente	-0,013	0,005	-0,003	-0,005	0,008	-0,001
	<i>p-value</i>	0,856	0,926	0,959	0,868	0,834	0,976
Propriedades de investimento	coeficiente	0,141	0,046	0,030	0,044	-0,003	-0,028
	<i>p-value</i>	0,316	0,671	0,769	0,448	0,964	0,551
Prov., PC e AC	coeficiente	-0,045	-0,057	-0,062	0,008	0,004	-0,035
	<i>p-value</i>	0,574	0,357	0,290	0,798	0,926	0,193
Rédito	coeficiente	0,008	0,048	0,064	0,012	0,015	0,033
	<i>p-value</i>	0,923	0,429	0,265	0,712	0,698	0,221
Dimensão	coeficiente	-0,046	-0,051	-0,051	-0,002	0,001	-0,023
	<i>p-value</i>	0,309	0,149	0,127	0,911	0,964	0,142
Endividamento	coeficiente	0,099	0,281	0,316	0,071	0,064	0,098
	<i>p-value</i>	0,728	0,211	0,137	0,549	0,964	0,313
Rentabilidade	coeficiente	-0,401	0,052	0,182	0,119	0,126	0,378 *
	<i>p-value</i>	0,476	0,904	0,654	0,607	0,650	0,055
Analistas	coeficiente	0,002	0,007	0,005	0,002	-0,001	-0,001
	<i>p-value</i>	0,796	0,221	0,389	0,442	0,651	0,587
Mudança de auditoria	coeficiente	-0,160	-0,014	0,044	-0,002	0,001	0,060
	<i>p-value</i>	0,176	0,880	0,602	0,966	0,835	0,136
Big4	coeficiente	-0,082	0,007	0,029	0,031	0,022	0,039
	<i>p-value</i>	0,431	0,932	0,700	0,469	0,985	0,264
PSI 20	coeficiente	0,071	0,064	0,100	-0,023	0,001	0,057
	<i>p-value</i>	0,661	0,609	0,402	0,732	0,666	0,307
$R^2$		0,609	0,558	0,549	0,581	0,579	0,632
$R^2$ ajustado		0,129	0,028	0,008	0,078	0,074	0,148
<i>p-value</i>		0,309	0,401	0,459	0,330	0,372	0,278

(\*) *p-values* < 0,10 ; (\*\*) *p-values* < 0,05 ; (\*\*\*) *p-values* < 0,01

Tabela 8: Resultados do Modelo II

Dessarte, no geral, esta análise indica que, para o ambiente informativo da Bolsa de Valores de Lisboa, as categorias de MRA não são relevantes nos efeitos que possam surgir relativamente aos retornos anormais das ações, o que permite a não rejeição da hipótese formulada neste estudo. De referir ainda que, desta vez, os resultados divergem dos divulgados por Leal (2018), em estudo similar realizado para o mercado brasileiro, uma vez que este aponta para a existência de evidências de conteúdo informativo de algumas categorias específicas, nomeadamente, continuidade operacional e escândalos corporativos, em janelas de evento próximas do dia de divulgação.

Relativamente ao teste suplementar com o objetivo de verificar a magnitude do impacto das MRA nos retornos anormais, foram elaboradas, novamente, as regressões evidenciadas no capítulo 3, sendo agora a variável dependente o valor absoluto dos CAR.

Variáveis		Janela de evento [-5;+5]	Janela de evento [-5;+1]	Janela de evento [-3;+1]	Janela de evento [-2;+1]	Janela de evento [-1;+1]	Janela de evento [0]
<b>Constante</b>	coeficiente	0,566 *	0,311 *	0,285 *	0,091	0,065	-0,003
	<i>p-value</i>	0,071	0,071	0,097	0,537	0,609	0,969
<b>Quantidade de MRA</b>	coeficiente	0,004	-0,005	-0,002	-0,006	-0,007	-0,002
	<i>p-value</i>	0,889	0,738	0,891	0,642	0,530	0,728
<b>Dimensão</b>	coeficiente	-0,027	-0,008	-0,011	0,007	0,006	0,003
	<i>p-value</i>	0,344	0,609	0,489	0,600	0,604	0,647
<b>Endividamento</b>	coeficiente	0,055	0,035	0,041	-0,001	0,042	0,039
	<i>p-value</i>	0,769	0,736	0,686	0,990	0,587	0,394
<b>Rentabilidade</b>	coeficiente	-1,241 ***	-0,439 **	-0,398 *	-0,139	-0,028	-0,061
	<i>p-value</i>	0,003	0,050	0,075	0,472	0,866	0,529
<b>Analistas</b>	coeficiente	-0,005	-0,002	-0,002	-0,003	-0,002	-0,001
	<i>p-value</i>	0,375	0,503	0,622	0,362	0,354	0,338
<b>Mudança de auditoria</b>	coeficiente	-0,051	-0,013	-0,029	-0,027	-0,011	-0,007
	<i>p-value</i>	0,612	0,817	0,598	0,581	0,792	0,786
<b>Big4</b>	coeficiente	-0,073	-0,100 *	-0,073	-0,102 **	-0,106 ***	-0,036 *
	<i>p-value</i>	0,402	0,042	0,131	0,019	0,005	0,095
<b>PSI 20</b>	coeficiente	0,129	0,045	0,049	0,023	0,044	0,027
	<i>p-value</i>	0,233	0,447	0,402	0,657	0,322	0,299
<i>R</i> <sup>2</sup>		0,390	0,332	0,273	0,217	0,252	0,195
<i>R</i> <sup>2</sup> ajustado		0,255	0,184	0,112	0,043	0,086	0,016
<i>p-value</i>		0,014 **	0,047 **	0,134	0,302	0,186	0,516

\* *p-values* < 0,10 ; \*\* *p-values* < 0,05 ; \*\*\* *p-values* < 0,01

**Tabela 9:** Resultados do Modelo I.I<sup>8</sup>

<sup>8</sup> A variável dependente é o valor absoluto dos retornos anormais acumulados, nas respetivas janelas de evento em estudo.

Variáveis		Janela de evento [-5;+5]	Janela de evento [-5;+1]	Janela de evento [-3;+1]	Janela de evento [-2;+1]	Janela de evento [-1;+1]	Janela de evento [0]
<b>Constante</b>	coeficiente	0,211	0,121	0,030	-0,303	-0,374	-0,267 *
	<i>p-value</i>	0,210	0,693	0,922	0,247	0,111	0,096
<b>Ativos biológicos</b>	coeficiente	0,064	-0,032	-0,057	-0,030	-0,030	-0,042
	<i>p-value</i>	0,194	0,723	0,531	0,685	0,647	0,353
<b>AFT/ AI</b>	coeficiente	-0,022	0,040	0,041	0,030	0,002	0,022
	<i>p-value</i>	0,199	0,217	0,210	0,262	0,917	0,183
<b>ANCDV</b>	coeficiente	0,014	-0,037	-0,044	-0,044	-0,039	-0,014
	<i>p-value</i>	0,648	0,525	0,460	0,377	0,371	0,643
<b>Auditoria</b>	coeficiente	0,013	-0,126	-0,109	-0,096	-0,081	0,005
	<i>p-value</i>	0,803	0,198	0,266	0,240	0,259	0,922
<b>Benefícios a empregados</b>	coeficiente	0,006	0,034	0,040	0,007	-0,013	-0,004
	<i>p-value</i>	0,894	0,662	0,603	0,918	0,813	0,925
<b>Contas a receber</b>	coeficiente	-0,004	0,027	0,047	0,047	0,083 *	0,012
	<i>p-value</i>	0,894	0,644	0,426	0,340	0,067	0,694
<b>Especificidade</b>	coeficiente	0,022	-0,113 **	-0,110 **	-0,080 **	-0,055 *	-0,023
	<i>p-value</i>	0,324	0,011	0,013	0,027	0,078	0,261
<b>Financiamentos obtidos</b>	coeficiente	0,043	-0,105	-0,093	-0,063	-0,082	-0,042
	<i>p-value</i>	0,410	0,278	0,336	0,434	0,256	0,386
<b>Fundo de resolução</b>	coeficiente	0,011	0,047	-0,020	-0,067	-0,133	-0,034
	<i>p-value</i>	0,904	0,786	0,910	0,646	0,305	0,700
<b>Goodwill</b>	coeficiente	-0,054	0,071	0,083	0,087	0,060	0,045
	<i>p-value</i>	0,082	0,211	0,147	0,073	0,153	0,123
<b>Inc. &amp; desc. comerciais</b>	coeficiente	0,066 *	-0,037	-0,075	-0,106	-0,078	-0,038
	<i>p-value</i>	0,081	0,590	0,275	0,074	0,132	0,278
<b>Instrumentos financeiros</b>	coeficiente	-0,011	0,005	0,004	0,037	0,033	0,007
	<i>p-value</i>	0,754	0,939	0,953	0,506	0,501	0,824
<b>Inventários</b>	coeficiente	-0,085 ***	0,159 ***	0,169 ***	0,167 ***	0,119 ***	0,079 ***
	<i>p-value</i>	0,007	0,007	0,004	0,001	0,006	0,008
<b>Investimentos noutras empresas</b>	coeficiente	0,042 *	-0,054	-0,064	-0,069 **	-0,065 **	-0,039 *
	<i>p-value</i>	0,060	0,186	0,118	0,048	0,036	0,065
<b>Matérias fiscais</b>	coeficiente	-0,001	-0,031	-0,020	-0,011	0,003	-0,005
	<i>p-value</i>	0,976	0,499	0,666	0,765	0,918	0,814
<b>Propriedades de investimento</b>	coeficiente	-0,028	-0,019	-0,021	0,006	-0,050	0,012
	<i>p-value</i>	0,551	0,828	0,812	0,939	0,441	0,782
<b>Prov., PC e AC</b>	coeficiente	-0,035	0,030	0,012	0,054	0,056	0,042
	<i>p-value</i>	0,193	0,542	0,807	0,201	0,135	0,107
<b>Rédito</b>	coeficiente	0,033	-0,002	-0,010	-0,039	-0,041	-0,032
	<i>p-value</i>	0,221	0,960	0,832	0,343	0,269	0,199
<b>Dimensão</b>	coeficiente	-0,023	0,012	0,016	0,045 *	0,047 **	0,027 *
	<i>p-value</i>	0,142	0,668	0,574	0,062	0,032	0,063
<b>Endividamento</b>	coeficiente	0,098	-0,099	-0,140	-0,280 *	-0,213	-0,111
	<i>p-value</i>	0,313	0,578	0,436	0,072	0,117	0,224
<b>Rentabilidade</b>	coeficiente	0,378 *	-0,875 **	-0,899 **	-0,699 **	-0,551 **	-0,375 **
	<i>p-value</i>	0,055	0,020	0,017	0,026	0,044	0,044
<b>Analistas</b>	coeficiente	-0,001	0,004	0,004	0,003	0,000	0,000
	<i>p-value</i>	0,587	0,384	0,359	0,499	0,931	0,970
<b>Mudança de auditoria</b>	coeficiente	0,060	-0,062	-0,095	-0,103	-0,083	-0,061
	<i>p-value</i>	0,136	0,393	0,197	0,102	0,133	0,104
<b>Big4</b>	coeficiente	0,039	-0,137 **	-0,095	-0,101 **	-0,080	-0,027
	<i>p-value</i>	0,264	0,044	0,152	0,073	0,108	0,420
<b>PSI 20</b>	coeficiente	0,057	-0,089	-0,086	-0,160 *	-0,127	-0,059
	<i>p-value</i>	0,307	0,386	0,401	0,071	0,103	0,257
$R^2$		0,632	0,777	0,756	0,761	0,758	0,641
$R^2$ ajustado		0,148	0,483	0,435	0,447	0,440	0,169
<i>p-value</i>		0,278	0,017 **	0,03 **	0,026 **	0,028 **	0,249

\* p-values <0,10; \*\* p-values <0,05; \*\*\* p-values <0,01

**Tabela 10: Resultados do Modelo II.I<sup>9</sup>**

<sup>9</sup> A variável dependente é o valor absoluto dos retornos anormais acumulados, nas respetivas janelas de evento em estudo.

De acordo com a tabela 9, não existem evidências de que a quantidade de MRA possa influenciar significativamente a variável dependente em estudo.

Tendo em conta as categorias de MRA (conforme evidencia a tabela 10), apesar das regressões testadas serem, na sua maioria, estatisticamente significativas, são poucas as categorias de MRA que obtém impacto expressivo na geração de retornos anormais. Por conseguinte, é de realçar, nomeadamente, as categorias inventários e contas a receber (em geral, com uma magnitude de impacto positiva) e as categorias especificidade e investimentos em empresas (em geral, com uma magnitude de impacto negativa, uma vez que envolvem investimentos elevados e riscos inerentes ao negócio das empresas).

# Capítulo 5 – Conclusão

A qualidade da auditoria é um tema da ordem do dia, uma vez que face às constantes mudanças dos mercados financeiros, é necessário garantir a sua confiança e credibilidade, por parte dos utilizadores. Surgiu assim, o ponto de partida para o desenvolvimento desta dissertação, onde o foco se concentrou numa nova secção introduzida aos relatórios de auditoria – a divulgação das MRA, aplicada às empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa – *Euronext Lisbon*.

O modelo do relatório de auditoria foi, recentemente, modificado com a intenção de fornecer um maior valor informativo, contribuindo, da mesma forma, para um aumento da transparência e confiança das demonstrações financeiras, para os utilizadores das mesmas. Uma das grandes alterações foi a divulgação das MRA, por parte dos auditores, estando essa obrigatoriedade expressa na ISA 701. Em Portugal, os primeiros relatórios de auditoria com a introdução da secção das MRA foram emitidos no exercício de 2016.

Neste enquadramento, o presente estudo teve como principal objetivo, identificar e analisar quais as MRA divulgadas nos relatórios de auditoria das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa – *Euronext Lisbon*, nos exercícios de 2016 e 2017.

Através da leitura da secção das MRA nos relatórios de auditoria, verificou-se que as MRA mais relatadas foram referentes aos ativos fixos tangíveis/ativos intangíveis, *goodwill*, investimentos em outras empresas, rédito, matérias fiscais e provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Todas estas categorias mencionadas envolvem estimativas e julgamentos, bem como uma elevada complexidade ao nível da sua mensuração, que, por sua vez, podem influenciar e alterar a tomada de decisão dos utilizadores das demonstrações financeiras

(Christensen et al., 2014; Sirois et al., 2016). Ademais, face ao estudo realizado pelo FRC (2015), observa-se alguma semelhança no relato das MRA, dado que as 3 MRA mais frequentes no Reino Unido (imparidade de ativos, questões fiscais relacionadas com ativos por impostos diferidos e imparidades do *goodwill*) foram, de igual forma, MRA regularmente referidas nos relatórios de auditoria das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa, em ambos os períodos em análise.

No que concerne à análise das MRA por setor de atividade, verifica-se que é o setor financeiro que apresenta uma média mais elevada de MRA por relatório de auditoria, fruto não só do risco associado à atividade bancária, como também dos escândalos em instituições financeiras, que têm marcado este setor, em Portugal, nos últimos anos. Quanto às categorias de MRA, poucas evidências foram encontradas para afirmar a existência de determinadas MRA características de cada setor, o que sugere uma elevada dispersão ao nível do relato das MRA por indústria.

Relativamente às SROC que prestam serviços de auditoria às empresas da amostra, observa-se que a maioria pertence às Big4, tendo sido a PWC que mais MRA relatou. Supletivamente, no que se refere às categorias de MRA mais frequentes nos períodos em análise, verificou-se que todas as Big4 mencionaram as mesmas, o que não se constatou com as restantes SROC.

No que diz respeito ao estudo de evento, com o objetivo de verificar a reação do mercado à introdução das MRA no exercício de 2016, este foi efetuado mediante a aplicação da técnica estatística de regressão transversal de dados (*cross section*). Os resultados obtidos vão de encontro aos estudos já realizados e citados ao longo da dissertação (Bédard et al., 2014; Gutierrez et al., 2016; Lennox et al., 2017; Leal, 2018), visto que apontam no sentido da divulgação das MRA não evidenciar conteúdo informacional útil para o mercado, dado que, de um

modo geral, a quantidade de MRA e/ou categorias de MRA não têm relação estatisticamente significativa com a geração de retornos anormais.

De mencionar ainda que os resultados obtidos sugerem que os investidores possam já ter conhecimento das potenciais MRA a ser relatadas nos relatórios de auditoria, tal como indicado no estudo de Lennox et al. (2017), onde é referido que os principais riscos divulgados através das MRA já tinham sido assimilados pelo mercado antes da sua divulgação. Esta conjuntura pode ser corroborada com o facto de o anúncio preliminar de resultados ser comunicado dias antes da difusão conjunta do Relatório e Contas e relatório de auditoria. Assim, o anúncio preliminar pode servir de ferramenta aos investidores na tomada de decisão, dado que conseguem aferir a situação financeira das empresas, bem como conjecturar eventuais riscos passíveis de serem relatados pelos auditores.

Como limitação do estudo surge, primeiramente, o facto de a obrigatoriedade das MRA ser um tema recente, dado a sua introdução em Portugal no exercício de 2016, o que não permite fazer análises com uma série temporal mais alargada, de forma a tornar os resultados mais consistentes. Para além disso, destaca-se a amostra utilizada, que apesar de compreender todas as empresas pertencentes ao PSI Geral negociado na Bolsa de Valores de Lisboa, não deixa de ter uma dimensão reduzida, podendo gerar conclusões enviesadas.

Para pesquisas futuras sugere-se o aumento do período de tempo em análise, de modo a obter inferências mais robustas. Complementarmente, podem ainda ser introduzidas outras variáveis de controlo no sentido de isolar os possíveis efeitos estranhos à regressão.

# Bibliografia

Aaker, D. A, Kumar, V., & Day. G. S. (2001). *Pesquisa de Marketing*. (2ª edição). São Paulo: Atlas.

Alderman, J. (2015). Do Audit Report Disclosures Lead to Increased Liability Exposure? An Investigation of Jurors' Consideration of Auditors' Disclosure of Significant Deficiencies in Internal Control.

Backof, A., Bowlin, K., & Goodson, B. (2017). The impact of proposed changes to the content of the audit report on jurors' assessments of auditor negligence.

Barbosa, S. I. D. L. (2015). *O relato financeiro e a contabilidade forense*. Dissertação de Mestrado. **Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto**.

Batista, M. J. C. (2017). *Enforcement das IAS/IFRS em Portugal: entidades envolvidas, mecanismos e matérias relevantes*. Dissertação de Mestrado. **ISCTE Business School**.

Bédard, J., Gonthier-Besacier, N., & Schatt, A. (2014, January). Costs and benefits of reporting Key Audit Matters in the audit report: The French experience. In *International Symposium on Audit Research*.

Borgia, F. (2005). Corporate Governance & Transparency Role of Disclosure: How Prevent New Financial Scandals and Crimes. *American University Transnational Crime and Corruption Center School of International Service*.

Botika, M. (2012). The use of DuPont analysis in abnormal returns evaluation: Empirical study of Romanian market. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 62, 1179-1183.

Bradbury, M. E. (2018). Auditor, Client, and Investor Consequences of the Enhanced Auditor's Report.

Brasel, K., Doxey, M. M., Grenier, J. H., & Reffett, A. (2016). Risk disclosure preceding negative outcomes: The effects of reporting critical audit matters on judgments of auditor liability. *The Accounting Review*, 91(5), 1345-1362.

Brouwer, A., Eimers, P., & Langendijk, H. (2016). The relationship between key audit matters in the new auditor's report and the risks reported in the

management report and the estimates and judgments in the notes to the financial statements. *Maandblad Voor Accountancy en Bedrijfseconomie*, 90, 503.

Brown, T., Majors, T., & Peecher, M. (2015). *The Influence of Evaluator Expertise, a Judgment Rule, and Critical Audit Matters on Assessments of Auditor Legal Liability*. Working paper, University of Illinois at Urbana–Champaign.

Carver, B. T., & Trinkle, B. S. (2017). Nonprofessional Investors' Reactions to the PCAOB's Proposed Changes to the Standard Audit Report.

Christensen, B. E., Glover, S. M., & Wolfe, C. J. (2014). Do critical audit matter paragraphs in the audit report change nonprofessional investors' decision to invest? *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 33(4), 71-93.

Church, B. K., Davis, S. M., & McCracken, S. A. (2008). The auditor's reporting model: A literature overview and research synthesis. *Accounting Horizons*, 22(1), 69-90.

Cooper, B. J., & Grose, R. (2010). Trust Me: I'm An Auditor! *International Review of Business Research Papers*, 6(5).

Cordoş, G. S., & Fülöp, M. T. (2015). Understanding audit reporting changes: introduction of Key Audit Matters. *Accounting & Management Information Systems/Contabilitate si Informatica de Gestiune*, 14(1).

Costa, C. B. (2014). *Auditoria Financeira: Teoria & Prática*. (10<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Rei dos Livros.

DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3(3), 183-199.

DeFond, M., Hung, M. (2003). Investor protection and analysts' cash flow forecasts around the world. University of Southern California.

DeFond, M., Hung, M., & Trezevant, R. (2007). Investor protection and the information content of annual earnings announcements: International evidence. *Journal of Accounting and Economics*, 43(1), 37-67.

Deloitte. (2015). Clear, Transparent Reporting: The New Auditor's Report.

Dogan Bozan, B., & Arefaine, B. (2017). The implementation of ISA 701-key audit matters: Empirical evidence on auditors adjustments in the new audit report.

EY. (2016). Enhanced auditor's reporting: Assurance – Special Edition.

Fama, E. F., Fisher, L., Jensen, M. C., & Roll, R. (1969). The adjustment of stock prices to new information. *International economic review*, 10(1), 1-21.

FEE – Fédération des Experts Comptables Européens (2010) – *The Accountancy Profession's Contribution to the Debate on the Crisis (VI) – Key issues for management and auditors for the 2009 year-end financial reporting*. Policy Statement, January 2010.

Figueiredo, O. (2015). A nova ISA 701 – Comunicar Matérias Relevantes de Auditoria no Relatório do Auditor Independente e o novo conteúdo do relatório de auditoria. *Revisores e Auditores*, Outubro-Dezembro 2015, 71, 8-15.

FRC. (2015). Extended auditor's report: A review of experience in the first year.

FRC. (2016). Extended auditor's reports: A further review of experience.

Francis, J.R., & Krishnan, J. (1999). Accounting accruals and auditor reporting conservatism. *Contemporary Accounting Research*, 16(1), 135-65.

Francis, J. R. (2011). A framework for understanding and researching audit quality. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 30(2), 125-152.

Freire, M. (2016). "O Reporte do Auditor". *Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários*, 55, 65-81.

Geiger, M. A. (1994). Investor views of audit assurance: Recent evidence of the expectation gap. *Journal of accountancy*, 60.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6ªed.). São Paulo: Atlas.

Gimbar, C., Hansen, B., & Ozlanski, M. E. (2015). Early evidence on the effects of critical audit matters on auditor liability. *Current Issues in Auditing*, 10(1), A24-A33.

Gray, G. L., Turner, J. L., Coram, P. J., & Mock, T. J. (2011). Perceptions and misperceptions regarding the unqualified auditor's report by financial statement preparers, users, and auditors. *Accounting Horizons*, 25(4), 659-684.

Gutierrez, E., Minutti-Meza, M., Tatum, K., & Vulcheva, M. (2015). Consequences of Changing the Auditor's Report: Early Evidence from the UK. *International Symposium on Audit Research*.

Healy, P. M., & Palepu, K. G. (2003). The fall of Enron. *Journal of Economic Perspectives*, 17(2), 3-26.

Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, 13(4), 365-383.

Hennes, K. M., Leone, A. J., Miller, B. P. (2013). Determinants and market consequences of auditor dismissals after accounting restatements. *The Accounting Review*, 89 (3), 1051-1082.

IAASB. (2015). *International Standard on Auditing (ISA) 701, Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report*. New York, N.Y

Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas (ICAC). (2016). *NIA-ES 701. Comunicación de las cuestiones clave de auditoría en el informe de auditoría emitido por un auditor independiente*.

Jones, M. (Ed.). (2011). *Creative accounting, fraud and international accounting scandals*. John Wiley & Sons.

Kachelmeier, S. J., Schmidt, J. J., & Valentine, K. (2014). The effect of disclosing critical audit matters in the auditor's report on perceived auditor responsibility for misstatements. Working paper, The University of Texas at Austin.

Klueber, J., Gold, A., & Pott, C. (2018). Do Key Audit Matters Impact Financial Reporting Behavior?

Köhler, A., Ratzinger-Sakel, N. V., & Theis, J. (2016). The Effects of Key Audit Matters on the Auditor's Report's Communicative Value: Experimental Evidence from Investment Professionals and Non-Professional Investors.

KPMG. (2015). *The New Auditor's Report: Greater Transparency, More Relevant*.

KPMG. (2017). *The value of Enhanced Auditor's Reports – A Review of Expanded Disclosures*

Kothari, S. P., Li, X., & Short, J. E. (2009). The effect of disclosures by management, analysts, and business press on cost of capital, return volatility, and analyst forecasts: A study using content analysis. *The Accounting Review*, 84(5), 1639-1670.

Le Maux, J., & Morin, D. (2011). Black and white and red all over: Lehman Brothers' inevitable bankruptcy splashed across its financial statements. *International Journal of Business and Social Science*, 2(20).

Lennox, C. (1999). Are large auditors more accurate than small auditors? *Accounting and Business Research*, 29(3), 217-227.

Lennox, C. S., Schmidt, J. J., & Thompson, A. (2018). Is the expanded model of audit reporting informative to investors? Evidence from the UK.

Li, H. (2017). The Benefit of Adding Key Audit Matters to the Auditing Report

Li, H. A., Hay, D., & Lau, D. (2018). Assessing the Impact of the New Auditor's Report.

Liggio, C., (1994), "The Expectation Gap: The Accountant's Waterloo", *Journal of Contemporary Business*, 3, 27-44.

Lundgren, L., & Oldenborg, M. (2016). The public interest paradox of the Swedish auditing profession: A quantitative study of potential effects of the Swedish implementation of ISA 700 (revised) and ISA".

MacKinlay, A.C. (1997). "Event studies in Economics and Finance", *Journal of Economic Literature*, 35 (1), 13-39.

Maia, A. I. S. (2014). " Earnings Management" na Banca Portuguesa-Os Casos do BCP, BES e BPI. Dissertação de Mestrado. *Universidade de Economia do Porto*.

Markham, J. W. (2015). *A financial history of the United States: From Enron-era scandals to the subprime crisis (2004-2006); From the subprime crisis to the Great Recession (2006-2009)*. Routledge.

Marques, V. A., & de Souza, M. K. P. Principais assuntos de auditoria e opinião sobre o risco de descontinuidade: uma análise das empresas do Ibovespa. *RIC-Revista de Informação Contábil-ISSN: 1982-3967*, 11(4), 1-22.

Martani, D., Khairurizka, R., & Khairurizka, R. (2009). The effect of financial ratios, firm size, and cash flow from operating activities in the interim report to the stock return. *Chinese Business Review*, 8(6), 44-55.

Melis, A. (2005). Corporate governance failures: To what extent is Parmalat a particularly Italian case? *Corporate Governance: An International Review*, 13(4), 478-488.

Moore, S. D. (2007). *The basic Practice of Statistics*. New York, Freeman.

Monteiro, É. G. (2017). *Novo relatório dos auditores independentes: uma análise dos principais assuntos de auditoria abordados nas empresas listadas no índice IBRX100 da BM&FBOVESPA*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Mota, P. R. (2018). *Novo relatório do auditor independente: uma análise dos principais assuntos de auditoria evidenciados nas empresas do setor aéreo brasileiro*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Uberlândia.

Motahary, H., & Emami, T. (2016). Key audit matters-the answer? An exploratory study investigating auditors possibility to accomplish the purpose of the new audit report.

OROC. (2014). IAASB Emite Normas Finais para Melhorar o Relato de Auditoria. *Revisores e Auditores*, Outubro-Dezembro 2014, 67, 72-73.

Palmon, O., Sun, H. L., & Tang, A. P. (1994). The Impact of Publication of Analysts' Recommendations on Returns and Trading Volume. *The Financial Review*, 29(3), 395-417.

Peecher, M. E., Schwartz, R., & Solomon, I. (2007). It's all about audit quality: Perspectives on strategic-systems auditing. *Accounting, Organizations and Society*, 32(4-5), 463-485.

Percy, S. (2015). Key Issues. *EY Reporting Magazine*, 10, 4-7.

Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB). (2013). *Proposed Auditing Standards – The Auditor's report on an audit of financial statements when the auditor expresses an unqualified opinion; The auditor's responsibilities regarding other information in certain documents containing audited financial statements and the related auditor's report; and related amendments to PCAOB Standards*. PCAOB Release No. 2013-005.

- PWC. (2015). Delivering the value of the Audit: New insightful audit reports.
- PWC. (2017a). Enhanced auditor's report - Survey of first year experience in Singapore.
- PWC. (2017b). Enhanced auditor's report - Review of first year experience in Hong Kong.
- Ramos, N. M. A. D. S. (2015). *Cobertura jornalística do caso BES: o papel da administração, supervisão e auditoria*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Raupp, M., & Beuren, M. (2006). *Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.
- Reid, L. C. (2015). Are auditor and audit committee report changes useful to investors? Evidence from the United Kingdom.
- Roger, I. P. (2018). Análisis de los nuevos informes de auditoría: cambios y posible consecuencias.
- Simnett, R., & Huggins, A. (2014). Enhancing the auditor's report: to what extent is there support for the IAASB's proposed changes? *Accounting Horizons*, 28(4), 719-747.
- Sirois, L. P., Bédard, J., & Bera, P. (2016). The informational value of key audit matters in the auditor's report: evidence from an Eye-tracking study. *Accounting Horizons*.
- Smith, K. (2016). Tell Me More: A Content Analysis of Expanded Auditor Reporting in the United Kingdom.
- Tavares, L. C. C. (2017). *Novo relatório dos auditores independentes: um estudo sobre os principais assuntos de auditoria nas companhias listadas na BMF&FBOVESPA*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Tysiac, K. (2013). PCAOB's Reporting Model Proposal Poses Risks, Rewards for Audit Firms. *Journal of Accountancy*.

Velte, P. (2018). Does gender diversity in the audit committee influence key audit matters' readability in the audit report? UK evidence. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*.

Vik, C., & Walter, M. C. (2017). *The reporting practices of key audit matters in the big five audit firms in Norway*. Dissertação de Mestrado. BI Norwegian Business School.

Vinson, J., Robertson, J. C., & Cockrell, C. (2018). The Effects of Critical Audit Matter Removal and Duration on Jurors' Assessments of Auditor Negligence.

Wisnik, M. T. (2018). *Relação entre a natureza dos principais assuntos de auditoria apresentados nos relatórios de auditoria independente, setores de atuação e países*. Dissertação de Mestrado. Escola de Administração de empresas de São Paulo.

# Anexos

## Anexo 1: Resumo das evidências empíricas presentes no capítulo 2 – Revisão de Literatura

<u>Autores</u>	<u>Ano</u>	<u>Amostra</u>	<u>Metodologia</u>	<u>Variável dependente</u>	<u>Variáveis independentes</u>	<u>Principais conclusões</u>
Jean Bédard				i) Valor absoluto do retorno anormal acumulado durante os dias de negociação;	i) Reporte de JOA pela 1ª vez (dummy); ii) Percentagem de novas JOA no relatório de auditoria, no ano corrente;	i) Os JOA tiveram um impacto reduzido ao nível da melhoria de informação dos relatórios de auditoria, bem como dos honorários de auditoria, eficiência e qualidade da mesma;
Nathalie Gonthier-Besacier	2014	953 relatórios anuais de empresas francesas.	Examinar se a divulgação das MRA tem carácter informativo e se essa divulgação tem impacto nos honorários de auditoria, atrasos na elaboração dos relatórios de auditoria e qualidade de auditoria.	ii) Valor absoluto dos accruals inesperados, gerados pelo modelo de Jones;	iii) Capitalização de mercado; iv) Total do ativo; v) Grau de endividamento; vi) Rotação do ativo;	ii) O novo relatório de auditoria tem apenas um mero valor simbólico, uma vez que o mercado não reagiu à alteração do modelo do relatório.
Alain Schatt				iii) Número de dias corridos entre a data do relatório de auditoria e o final de exercício da empresa;  iv) Honorários totais de auditoria cobrados pelos auditores.	vii) Uso de IFRS (variável <i>dummy</i> ); viii) Auditor pertence às Big4 (variável <i>dummy</i> );  ix) Retorno sobre os ativos (ROA); x) Número de dias entre a data do relatório de auditoria e o fim do período de exercício.	
Ann Backof				i) Probabilidade da empresa de auditoria ter realizado o seu trabalho com negligência (escala de 0-10);	i) Linguagem esclarecedora;	i) Os auditores enfrentam uma probabilidade de negligência maior quando o relatório de auditoria identifica e divulga os procedimentos executados para solucionar uma MRA relacionada com uma distorção não detetada;
Kendall Bowlin	2014	242 licenciados em áreas relacionadas com contabilidade, de uma universidade dos EUA.	Analisar se as alterações ao relatório de auditoria podem afetar a exposição relativa à responsabilidade dos auditores.	ii) Decisões quanto à negligência (culpado, não culpado);	ii) Parágrafo das MRA.	ii) Quando uma distorção não é detetada, os jurados têm menos probabilidade de achar que os auditores foram negligentes no seu trabalho;
Brain Goodson				iii) Nível de garantia fornecido pela empresa de auditoria.		iii) Identificar apenas a MRA não aumenta o risco de litígios dos auditores.
Brant E. Christensen				i) Parar de investir; ii) Facilidade em avaliar; iii) Confiança na empresa; iv) Relato bem executado; v) Risco de distorção.	i) Parágrafo MRA; ii) Relatório de auditoria <i>standard</i> ; iii) Nota de rodapé;  iv) Resolução positiva da MRA; v) Resolução negativa da MRA;	i) As MRA aumentam a propensão a não investir numa empresa, uma vez que existe maior probabilidade de mudanças ao nível das decisões de investimento, quando os investidores recebem relatórios de auditoria com uma secção de MRA, ao invés de investidores que recebem um relatório de auditoria <i>standard</i> ou investidores que recebem a mesma informação da secção de MRA em notas de rodapé.
Steven M. Glover	2014	141 investidores não profissionais que são licenciados, sendo que investem em ações individuais e analisam os dados financeiros de empresas.	Investigar como é que os investidores não profissionais reagem a um parágrafo de MRA num relatório de auditoria, o qual se centra, sobretudo, em estimativas ao justo valor.		vi) Reconhecimento da MRA; vii) Reconhecimento da nota de rodapé.	
Christopher J. Wolfe						
Tim Brown				i) Veredicto de negligência;	i) Regra de julgamento para definir as responsabilidades do auditor;	i) O efeito do padrão de intenção de negligência e danos é moderado por diferenças de conhecimento;
Tracie M. Majors	2015	239 participantes profissionais ligados à área de direito, recrutados no mercado de trabalho on-line Amazon Mechanical Turk e 116 estudantes de direito.	Examinar o efeito de um padrão de intenção/regra de julgamento de negligência (boa vs. má fé do auditor) e observar o efeito do aumento do conhecimento jurídico, comparando os julgamentos jurídicos efetuados por profissionais da área de direito e os estudantes de direito.	ii) Avaliações de negligência;	ii) Relatório de auditoria <i>standard</i> vs. relatório de auditoria atual (com MRA);	ii) A divulgação de MRA podem agir como um aviso aos investidores, o que pode ter como consequência a redução da responsabilidade do auditor;
Mark E. Peecher				iii) Avaliações de danos.	iii) Conhecimentos jurídico dos participantes.	iii) Os assuntos relatados nas MRA reduzem os litígios para as empresas de auditoria.

Lauren Carse Reid	2015	Empresas cotadas no London Stock Exchange.	Verificar se as mudanças do relatório de auditoria fornecem informações mais relevantes para os utilizadores, diminuindo a assimetria de informação.	<p>i) Diferença anormal entre o preço mais alto que um comprador está disposto a pagar por um ativo e o menor preço que um vendedor está disposto a aceitar para o vender;</p> <p>ii) Volume de negócios anormal;</p> <p>iii) 1º ano de adoção do novo relatório de auditoria (variável <i>dummy</i>).</p>	<p>i) Desvio padrão da previsão de ganhos medidos pelo preço das ações;</p> <p>ii) Efeitos fixos do setor de atividade;</p> <p>iii) Número de dias corridos entre a data de anúncio dos ganhos e a data de lançamento do relatório de auditoria;</p> <p>iv) Empresa relatou lucro por ação menor que zero (variável <i>dummy</i>);</p> <p>v) Número de analistas que acompanham a empresa durante o ano do anúncio dos resultados;</p> <p>vi) Desvio padrão do cash flow de operações durante os 5 anos anteriores;</p> <p>vii) Valor absoluto da diferença entre o lucro real por ação e a estimativa média mais recente do lucro antes da divulgação do mesmo;</p>	<p>i) Redução na assimetria de informação para empresas com fraco ambiente informativo, logo as novas alterações ao relatório de auditoria beneficiam sobretudo essas empresas;</p> <p>ii) Auditores que tendem a realizar relatórios de auditoria mais (menos) detalhados têm maior (menor) redução significativa de assimetrias de informação;</p> <p>iii) As divulgações adicionais no relatório de auditoria ajudam e têm impacto na tomada de decisões por parte dos utilizadores.</p>
Elizabeth Gutierrez				<p>i) Valor absoluto dos <i>accruals</i> inesperados, gerados pelo modelo de Jones;</p>	<p>i) Uso do novo relatório de auditoria (variável <i>dummy</i>);</p> <p>ii) Total do ativo;</p> <p>iii) Retorno dos ativos (ROA);</p> <p>iv) Grau de endividamento;</p> <p>v) Percentagem ativos correntes;</p> <p>vi) Número de segmentos de negócio;</p> <p>vii) Valor da materialidade;</p> <p>viii) Número de riscos materialmente relevantes reportados no relatório de auditoria;</p> <p>ix) Número de palavras do relatório de auditoria;</p> <p>x) Empresa auditada por uma <i>Big4</i> (variável <i>dummy</i>);</p> <p>xi) Rotação dos auditores no ano fiscal corrente (variável <i>dummy</i>);</p> <p>xii) Empresa cotada nos índices NYSE, AMEX ou NASDAQ (variável <i>dummy</i>).</p>	<p>i) O novo relatório de auditoria resultou num aumento de, aproximadamente, 7% dos honorários de auditoria para as empresas que adoptaram este novo modelo, em comparação com empresas que não o fizeram;</p> <p>ii) Não foram encontradas evidências que demonstrem que o novo relatório de auditoria tenha tido efeito no 1º ano de aplicação na qualidade de auditoria ou reação dos investidores;</p> <p>iii) A dimensão do relatório de auditoria e o número de riscos reportados estão positivamente associados aos honorários de auditoria;</p> <p>iv) Não foi encontrado impacto no volume anormal de negociação de ações;</p> <p>v) Reação do investidor está positivamente associada ao número de riscos e ao valor da materialidade.</p>
Miguel Minutti-Meza	2015	271 empresas cotadas no London Stock Exchange.	Analisar as consequências do novo relatório de auditoria no Reino Unido em termos dos honorários de auditoria, qualidade de auditoria e reações dos investidores às informações que constam no relatório de auditoria.	<p>ii) Soma do volume de negociação anormal de 3 dias por empresa (<i>abnormal trading volume</i>);</p> <p>iii) Soma de retornos anómalos de 3 dias por empresa (<i>abnormal returns</i>);</p> <p>iv) Honorários de auditoria.</p>		
Kay W. Tatum						
Maria Vulcheva						
Kelsey Brasel				<p>i) Reação a resultados negativos;</p>	<p>i) Negligência (variável <i>dummy</i>).</p>	<p>i) As divulgações das MRA reduzem os julgamentos de responsabilidade do auditor. Contudo, isto só acontece quando existem distorções não detetadas que, sem a divulgação de MRA, são relativamente difíceis de prever;</p>
Marcus Doxey	2016	528 participantes recrutados no Amazon Mechanical Turk.	Investigar o impacto que as MRA têm no julgamento e avaliação de negligência aos auditores.	<p>i) Responsabilidade do auditor em perdas ocorridas;</p> <p>ii) Reação dos utilizadores quando os auditores não detetam uma distorção relevante.</p>		<p>ii) Quando o auditor não divulga nenhuma MRA, pode haver um aumento da responsabilidade do auditor.</p>
Jonathan Grenier						
Andrew Reffett						

Louis-Philippe Sirois				i) Contagem de fixações oculares em áreas de interesse do relatório de auditoria;	i) Secções do relatório de auditoria;	i) A divulgação das MRA influencia a forma como os utilizadores consultam as demonstrações financeiras, dando maior atenção a áreas que os auditores indicam como MRA;
Jean Bédard	2016	98 estudantes licenciados em contabilidade por uma universidade do Canadá.	Verificar como é que a secção das MRA influencia as informações para a tomada de decisão.	ii) Velocidade dos participantes no acesso às demonstrações financeiras.	ii) Divulgações das demonstrações financeiras.	ii) A divulgação de várias MRA diminui o nível de atenção dos utilizadores a outras áreas das demonstrações financeiras;
Palash Bera						iii) As MRA melhoram a eficiência da procura de informações e tomada de decisões, reduzindo a atenção a divulgações menos relevantes.
Annette G. Köhler	2016	Investidores profissionais e investidores não profissionais.	Capturar o valor informativo do relatório de auditoria para os utilizadores.	i) Potencial para alterar a avaliação da situação económica da empresa por parte do utilizador;	n.a	i) A divulgação das MRA não tem implicações negativas, pelo contrário a informação é valorizada positivamente pelos utilizadores das demonstrações financeiras;
Nicole V.S. Rstzinger-Sakel				ii) Confiança do utilizador em fazer essa avaliação.		ii) Para os investidores não profissionais a secção das MRA não evidencia melhorias ao nível do valor informativo dos relatórios de auditoria.
Jochen C. Theis						
Louise Lundgren	2016	Respostas a inquéritos de 100 jovens investidores não profissionais suecos.	Investigar qual é a percepção do novo relatório de auditoria e como é que este vai afetar o uso do mesmo por parte dos utilizadores.	i) Classificação do risco; ii) Uso de demonstrações financeiras;	i) Idade; ii) Sexo; iii) Educação;	i) Embora exista a questão da confidencialidade, a nova secção das MRA é um ponto de partida para o relatório se tornar mais informativo;
Moa Oldenborg				iii) Uso de divulgações; iv) Uso de relatórios de auditoria;	iv) Experiência de investimento; v) Frequência de investimento;	ii) A introdução das MRA aumenta a utilidade dos relatórios de auditoria nas decisões dos jovens investidores, pois têm mais ferramentas para tomarem decisões mais informadas.
				v) Uso de informação específica da empresa.	vi) Leitura dos relatórios de auditoria.	
Hao Li	2017	84 empresas cotadas no índice A+H em 2016.	Analisar dois modelos para entender os benefícios de reporte das MRA para as empresa cotadas no índice A+H da China.	i) Retorno anormal cumulativo durante os dias de negociação;	i) Reporte de MRA (variável <i>dummy</i> ); ii) Dimensão da empresa; iii) Atraso na elaboração do relatório de auditoria;	i) A divulgação das MRA pelos auditores chineses têm efeitos muito limitados, estando de acordo com o conteúdo e forma das MRA de países estrangeiros;
				ii) Valor absoluto dos <i>accruals</i> inesperados, gerados pelo modelo de Jones.	iv) Grau de endividamento; v) Retorno sobre os ativos (ROA); vi) Uso de IFRS (variável <i>dummy</i> ); vii) Capitalização do mercado; viii) Empresa auditada por uma <i>Big4</i> (variável <i>dummy</i> ).	ii) A introdução das MRA não tem efeito significativo no mercado financeiro; iii) A divulgação das MRA tem um valor mais simbólico do que informativo.
Peter Christopher Kipp	2017	Participantes recrutados de um mercado de trabalho on-line - Amazon Mechanical Turk.	Investigar como é que a confiança nas demonstrações financeiras e no relatório de auditoria, dos investidores não profissionais, é influenciada pelas divulgações das MRA específicas da empresa e respetivos procedimentos a realizar para a abordagem das mesmas.	i) Confiança na precisão da matéria divulgada como MRA;	i) Detalhes da divulgação de uma MRA (detalhado/genérico); ii) Descrição dos procedimentos de auditoria a realizar na abordagem da MRA (detalhado/genérico).	i) Quanto maior o detalhe na descrição da MRA, maior a confiança dos utilizadores nas demonstrações financeiras do que numa descrição genérica das MRA;
				ii) Confiança na precisão das demonstrações financeiras como um todo;		ii) Quanto maior o detalhe na descrição dos procedimentos de auditoria a realizar para as MRA divulgadas, maior a percepção da qualidade de auditoria para os investidores não profissionais.
				iii) Avaliações da competência do auditor e qualidade de auditoria;		
				iv) Probabilidade de distorção relevante;		
				v) Decisão de investimento entre 2 empresas concorrentes.		
Valéria Inês Schiavo	2017	Demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2016 de 60 empresas do Brasil.	Analisar quais são as matérias que são relatadas como MRA e testar se a quantidade de MRA reportadas é influenciada pelo desempenho financeiro da empresa.	i) Liquidez geral; ii) Liquidez corrente; iii) Endividamento.	i) Número de MRA reportadas nos relatórios de auditoria.	i) As matérias mais frequentes reportadas são: provisões, passivos e ativos contingentes, avaliação do valor recuperável dos ativos, rédito e realização/recuperabilidade dos impostos diferidos; ii) O desempenho financeiro das empresas não é um fator que influence a quantidade de MRA nos relatórios.

Vagner Antônio Marques	2017	49 empresas cotadas na Bolsa de Valores do Brasil.	Identificar e analisar as MRA reportados nos relatórios de auditoria.	i) Segmento de atividade;	i) MRA reportadas nos relatórios de auditoria.	i) As MRA mais reportadas foram reconhecimento do réditto, contingências, recuperabilidade dos ativos e projeção de resultados futuros para a realização de ativos;
Marcella Pereira de Souza				ii) Nivel de governanças;		ii) Os segmentos de atividade onde se registaram maior número de MRA foram o setor financeiro e o setor de materiais básicos;
				iii) Empresa que realiza a auditoria;		iii) A empresa de auditoria que mais MRA reportou foi a BDO e a que menor reportou foi a Deloitte.
				iv) Empresa que realiza a auditoria pertence às Big4 (variável <i>dummy</i> );		
				v) Segmento económico regulado (variável <i>dummy</i> );		
				vi) Quantidade de páginas do relatório de auditoria;		
				vii) Total de MRA reportadas		
Francielle de Jesus Silva	2018	134 instituições financeiras do Brasil, seleccionadas a partir do relatório <i>IF.Data</i> no site do Banco Central.	Analisar a adopção do novo relatório de auditoria quanto às MRA, nas instituições financeiras.	i) Empresas cotadas vs. não cotadas;	i) Número de relatórios de auditoria com/sem MRA.	i) Todos as instituições cotadas fizeram o reporte de MRA, como refere a nova norma, contudo verificou-se que 10% das instituições financeiras não cotadas fizeram, também, o reporte de MRA;
				ii) Origem do controlo de capital (público, privado nacional, privado com controlo estrangeiro);		ii) Os relatórios de auditoria que contêm mais MRA são os das instituições financeiras que têm um controlo de capital público, de seguida os de controlo privado nacional e por fim os que têm controlo estrangeiro;
				iii) Tipo de opinião (com/sem reservas, adversa, escusa de opinião);		iii) A maioria das MRA reportadas foram identificadas em relatórios de auditoria sem reservas;
				iv) Empresa de auditoria;		iv) As empresas de auditoria que mais MRA reportaram foram a KPMG, seguida da PWC;
				v) Categorias de MRA.		v) As categorias de MRA mais reportadas foram "provisão para crédito de liquidação duvidosa" e "provisões e passivos contingentes".
Johanna Klueber	2018	430 executivos responsáveis pela preparação de DF's, que responderam a questionários.	Examinar se a secção de MRA no relatório do auditor afetam o comportamento do relato financeiro.	i) Comportamento dos executivos responsáveis pela preparação das DF's	i) MRA relatados com conteúdo relacionado com a empresa	A secção das MRA pode reduzir as atividades de earning management, mas apenas quando as MRA são relacionadas com a empresa em questão e sua atividade e bem fundamentadas.
Anna Gold					ii) MRA relatados que não têm conteúdo diretamente específico da empresa	
Christiane Pott					i) Relatórios sem MRA	
Mazen Almulla	2018	132 relatórios de auditoria de empresas de interesse público na Nova Zelândia.	Analisar o impacto dos novos requisitos do relatório de auditoria nos honorários, atrasos, valorização de informação relevante e acréscimo anormais.	i) Logaritmo dos honorários de auditoria de cada ano;	i) Total do ativo;	i) O reporte de MRA não tem nenhum efeito incremental ao nível da qualidade de auditoria nem de acréscimo anormais;
Michael E. Bradbury				ii) Número de dias entre o final do ano fiscal e o dia de assinatura do relatório de auditoria;	ii) Grau de endividamento	
				iii) Preço das ações sete dias após as demonstrações financeiras auditadas serem enviadas e publicadas pela bolsa de valores;	iii) Retorno sobre os ativos (ROA);	
				iv) Valor absoluto dos <i>accruals</i> inesperados, gerados pelo modelo de Jones.	iv) Auditor pertence a uma empresa <i>Big4</i> (variável <i>dummy</i> );	
				v) Data de balanço entre 31 de março e 30 de junho (variável <i>dummy</i> );	v) Empresa pertencente ao setor financeiro (variável <i>dummy</i> );	ii) Não foram encontradas evidências de que o reporte de MRA aumenta os honorários de auditoria nem que aumenta o atraso na emissão dos relatórios de auditoria.
				vi) Empresa pertencente ao setor financeiro (variável <i>dummy</i> );	vi) Resultado líquido por ação;	
				vii) Resultado líquido por ação;	viii) Valor contabilístico por ação.	
Natanel Silva Camargo	2018	96 empresas cotadas no índice IBRX100.	Analisar quais são os assuntos reportados como MRA e verificar se os mesmos se relacionam com o resultado da empresa.	i) Quantidade de relatórios de auditoria.	i) MRA por relatório.	i) Nos relatórios de auditoria de empresas com prejuízos, a média de MRA relatados é superior aos dos relatórios de auditoria que apresentam resultados positivos;
						ii) De forma geral, o resultado apurado de cada empresa não se relaciona especificamente com alguma categoria de MRA, contudo a MRA relativa a "riscos relacionados com fraude" ocorreu com maior frequência nos relatórios com prejuízos.

Hong (Alice) Li				i) Valor absoluto dos <i>accruals</i> inesperados, gerados pelo modelo de Jones;	i) Total do ativo; ii) Retorno sobre os ativos (ROA); iii) Resultado líquido inferior a zero (variável <i>dummy</i> );	i) Houve uma melhoria da qualidade de auditoria, visto que houve uma redução nos <i>accruals</i> anormais absolutos aquando da adopção dos novos requisitos do relatório de auditoria;
David Hay	2018	144 empresas cotadas da Nova Zelândia.	Investigar o impacto das mudanças no relatório de auditoria na qualidade de auditoria e honorários de auditoria.	ii) Honorários de auditoria;	iv) Percentagem de crescimento das vendas; v) Grau de endividamento; vi) Auditora pertence a uma Big4 (variável <i>dummy</i> );	ii) A melhoria na qualidade da auditoria implica um aumento dos custos, logo os honorários de auditoria aumentaram com os novos requisitos do relatório de auditoria;
David Lau				iii) Ano fiscal é o 1º ano de adopção do novo relatório (variável <i>dummy</i> ); iv) Empresa adoptou voluntariamente um dos novos requisitos do relatório de auditoria (variável <i>dummy</i> ).	vii) Número de subsidiárias; viii) Desvio padrão das vendas anuais; ix) Desvio padrão dos cash flows; x) Percentagem dos cash flows operacionais.	iii) Os honorários de auditoria das empresas que adoptaram voluntariamente os novos requisitos são maiores do que os das empresas que têm obrigatoriamente de adoptar esses requisitos.
Jeremy M. Vinson				i) Negligência (escala 0-10);	i) Estado da MRA (relatada vs. removida);	i) Tendo em conta a avaliação dos utilizadores do relatório de auditoria, estes consideram que há uma maior negligência/responsabilidade do auditor quando uma MRA é removida, do que quando é relatada por vários anos. Estes também avaliam com uma maior negligência quando o auditor remove uma MRA depois da sua divulgação durante vários anos.
Jesse C. Robertson	2018	168 participantes dos EUA que foram seleccionados a partir de um mercado de trabalho on-line - Amazon Mechanical Turk.	Investigar os efeitos que a eliminação de uma MRA e os efeitos de reportar uma MRA ao longo de vários anos têm para a responsabilidade/negligência do auditor.	ii) Opinião do participante sobre se é culpado ou não (variável <i>dummy</i> ).	ii) Duração da MRA (reportada apenas 1 ano vs. reportada durante vários anos).	
R. Cameron Cockrell						
Steven J. Kachelmeier				i) Presença da secção das MRA (há secção de MRA vs. há secção de MRA, mas nenhuma foi reportada vs. relatório auditoria tradicional, onde não há divulgação de MRA);	i) Grupos de participantes;	i) A divulgação de MRA diminui a confiança do utilizador em áreas das demonstrações financeiras relacionadas com as MRA antes do conhecimento de uma distorção, diminuindo, assim, a responsabilidade e a exposição legal do auditor por distorções posteriormente reveladas relacionadas com as áreas das MRA;
Jaime J. Schmidt	2014	3 grupos de participantes: 179 estudantes de MBA, 50 analistas financeiros e 70 advogados.	Investigar se a divulgação das MRA protege os auditores, alertando os utilizadores sobre riscos de distorção.	ii) Distorções relacionadas com as MRA (divulgação de MRA em áreas de distorção vs. divulgação de MRA e distorções noutras áreas vs. relatório auditoria tradicional sem MRA); iii) Confiança dos participantes nas divulgações das MRA.	ii) Áreas das demonstrações financeiras.	
Kristen Valentine						ii) Quando o auditor não divulga nenhuma MRA, pode haver maior responsabilidade por parte do auditor.
Clive S. Lennox				i) Retorno anormal cumulativo de 3 dias, no período em que o relatório de auditoria é colocado à disposição dos investidores;	i) Número de analistas que acompanham a empresa no ano corrente; ii) Valor de mercado do capital próprio; iii) Número de subsidiárias;	i) A divulgação das MRA não têm valor adicional informativo;
Jaime J. Schmidt	2018	488 empresas cotadas no London Stock Exchange.	Investigar se a introdução do novo relatório de auditoria com a secção das MRA no Reino Unido é informativo para os investidores.	ii) Número de MRA divulgados no relatório de auditoria;	iv) Valor de mercado da empresa; v) Reporte de resultado líquido negativo (variável <i>dummy</i> ); vi) Relatório de auditoria indica dúvidas de continuidade da empresa (variável <i>dummy</i> ); vii) Número de novas MRA no relatório de auditoria, que não foram divulgadas no ano anterior; viii) Número de MRA reportadas no ano corrente e ano anterior;	ii) As divulgações das MRA carecem de conteúdo de informação incremental, uma vez que a maioria dos riscos relatados já havido sido comunicada pela administração noutras ocasiões (relatório anual ano anterior, assembleia, conferências, entre outros).
Anne M. Thompson				iii) Preço por ação 30 dias após a data de lançamento do relatório anual.		
Fernando Leal	2018	80 ações pertencentes ao índice IBrX 100 da Bolsa de Valores do Brasil	Verificar a influência no retorno das ações exercida pela divulgação das MRA nos relatórios de auditoria.	i) Quantidade de MRA; ii) Quantidade de MRA por categoria.	v) Endividamento; vi) Rentabilidade.	i) Não é possível verificar que a quantidade de MRA relatadas nos relatórios de auditoria fornece conteúdo informacional ao mercado; ii) Algumas categorias de MRA podem estar associadas à geração de retornos anormais, podendo fornecer conteúdo informacional ao mercado.

<b>Autores</b>	<b>Ano</b>	<b>Amostra</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Principais conclusões</b>
George-Silviu Cordos				i) A introdução das MRA no relatório de auditoria aumenta o valor informativo dos mesmos;
Melinda - Timea Fülöp	2015	47 cartas com comentários recebidos pelo IAASB de organizações, órgãos reguladores e indivíduos pertencentes à EU.	Investigar se o utilizadores dos relatórios de auditoria concordam com a proposta do IAASB de incluir a secção das MRA.	ii) Há utilizadores dos relatórios de auditoria que revelam preocupações em relação ao processo de implementação das MRA, nomeadamente no que se refere à elaboração desta secção, à determinação e seleção das MRA e aos possíveis atrasos que possam ocorrer no relato de auditoria.
Arjan Brouwer				i) A natureza das MRA estão relacionadas com itens específicos do balanço de cada empresa;
Peter Eimers	2016	Demonstrações financeiras e relatórios de auditoria de 50 empresas cotadas nos índices Amsterdam Exchange Index (AEX) e Mid Amsterdam Midkap Index (AMX Index).	Análise no sentido de verificar se as MRA relatadas coincidem com os riscos significativos apresentados pelos órgãos de gestão e com as políticas contabilísticas e estimativas apresentadas nas notas anexas às demonstrações financeiras.	ii) As MRA coincidem, regularmente, com as políticas contabilísticas e estimativas identificadas pelos órgãos de gestão nas notas anexas às demonstrações financeiras.
Henk Langendijk				
Christine Gimbar				i) A divulgação de MRA relacionadas directamente com cada empresa podem aumentar a responsabilidade do auditor, quando os padrões contabilísticos são precisos ou quando o auditor divulga procedimentos adicionais para dar resposta aos riscos associados à MRA;
Bowe Hansen	2016	5 estudos realizados: Backof, Bowlin, and Goodson (2014); Brasel, Doxey, Grenier, and Reffett (2016); Brown, Majors, and Peecher (2015); Gimbar, Hansen, and Ozlanski (2016); Kachelmeier, Schmidt, and Valentine (2014).	Revisão de 5 estudos relacionados com a divulgação das MRA e o aumento da reponsabilidade do auditor, a fim de identificar padrões nos resultados e verificar as implicações dessas descobertas para reguladores e profissionais.	ii) Em alguns casos, a divulgação de uma MRA genérica, ao invés de específica da empresa, aumenta a responsabilidade do auditor, principalmente quando comparada a uma MRA relacionada com a atividade da empresa;
Michael E. Ozlanski				iii) Um relatório de auditoria onde não é identificado nenhuma MRA pode expor o auditor a uma responsabilidade maior.
Berivan Dogan				i) A introdução da secção das MRA é benéfica visto que a informação é comunicada de forma mais clara, o que se traduz numa melhor leitura dos relatórios de auditoria por parte dos utilizadores e uma redução do expectation gap;
Bana Arefaine	2017	Entrevistas realizadas a auditores da PWC, EY, Deloitte e Grant Thornton, uma vez que são estas empresas que auditam a maioria das empresas cotadas em Estocolmo.	Entrevistas a auditores com vista a compreender a interpretação e atitude dos auditores em relação ao novo relatório de auditoria, que inclui a secção das MRA.	ii) O dever da confidencialidade tem impacto na forma como os auditores implementam e descrevem as MRA nos seus relatórios.
Caroline Vik				i) O número de MRA reportadas difere entre as 5 auditoras em estudo;
Marte Caroline Walter	2017	137 relatórios de auditoria de empresas cotadas no índice de Oslo Stock Exchange.	Investigar as diferenças nas práticas de relato das MRA entre as 5 principais auditoras na Noruega (BDO, Deloitte, PwC, KPMG, EY), através de entrevistas com vista a perceber as diferenças encontradas.	ii) As categorias de MRA reportadas diferem entre as auditorias em análise, sendo as mais frequentes: imparidade de ativos, imparidade do goodwill e reconhecimento do rédito;
				iii) Existem diferenças relativas às descrições das MRA: descrição detalhada vs. Descrição breve e pouco detalhada.

Miguel João Carço Batista	2017	40 certificações legais de contas de EIP supervisionadas pela CMVM.	Análise das matérias mais recorrentes reportadas como MRA.	<p>i) Os resultados da análise das MRA sugerem que as CLC tendem a referir as matérias que envolvem maior subjetividade e julgamento profissional por parte dos preparadores de informação financeira;</p> <p>ii) As MRA mais frequentes foram o goodwill, questões fiscais e provisões, ativos e passivos contingentes (IAS 37);</p> <p>iii) As MRA mais frequentes estão em concordância com o resultado do relatório efetuado pelo FRC, o que deve ao uso das IFRS e à semelhança entre o ambiente empresarial britânico e português.</p>
Éverton Gomes Monteiro	2017	92 relatórios de auditoria de empresas cotadas na Bolsa de Valores do Brasil.	Analisar quais as MRA reportadas nos relatórios de auditoria.	<p>i) Verificou-se que as categorias de MRA reportadas são bastante diversos, visto que envolvem uma grande subjetividade e dependem também dos riscos inerentes ao próprio negócio;</p> <p>ii) As MRA mais frequentes foram reconhecimento do rédito, imparidade de ativos e passivos contingentes.</p>
KPMG	2017	994 relatórios de auditoria de empresas cotadas na Bolsa de Valores do Reino Unido, Singapura, Hong Kong e Austrália.	Compreender como é que os novos requisitos do relatório de auditoria estão a ser implementados.	i) As MRA não são apenas pontos técnicos divulgados para cumprir os novos requisitos, são assuntos relacionados com o negócio das empresas.
Laisla Câmara Tavares	2017	50 empresas de diferentes segmentos de actividade cotadas na Bolsa de Valores do Brasil.	Analisar quais são as MRA reportadas e avaliar possíveis descumprimentos da ISA 701.	<p>i) MRA mais frequente é o reconhecimento do rédito;</p> <p>ii) Verificou-se que a norma relativa às MRA tem tido uma aplicação adequada, à exceção de 7 empresas onde não são reportadas MRA nos relatórios de auditoria.</p>
Paula Resende Mota	2018	2 empresas do setor aéreo brasileiro cotadas na bolsa de valores: Azul e Gol.	Analisar quais são as MRA reportadas pelos auditores nas empresas do setor aéreo brasileiro.	i) As MRA são convergentes nas duas empresas em análise: reconhecimento do rédito e renovação da frota.
Melissa Tuxen Wisnik	2018	10 empresas do setor bancário, seguros e retalho de 3 países (Brasil, Reino Unido e Hong Kong).	Verificar se há relação entre a natureza das MRA e o setor de atividade das empresas.	<p>i) Existência de uma relação entre a natureza das MRA e os respetivos setores de atividade das empresas;</p> <p>ii) Apesar de não ter sido identificada uma igualdade na totalidade das MRA analisadas, foi identificado um comportamento típico das categorias das MRA em cada setor, entre os países em análise, o que demonstra que há maior semelhança dentro de um setor em diversos países, do que em vários setores num país.</p>

## Anexo 2: Amostra das empresas<sup>10</sup> e respetivo setor (com base no ICB) e empresa de auditoria

2016			2017		
Nome Empresa	Setor (ICB)	Auditora	Nome Empresa	Setor (ICB)	Auditora
Altri	Indústria	Deloitte	Altri	Indústria	EY
BCP - Banco Comercial Português	Financeiro	Deloitte	BCP - Banco Comercial Português	Financeiro	Deloitte
Banco BPI	Financeiro	Deloitte	Banco BPI	Financeiro	Deloitte
Banco Santander	Financeiro	PWC	Banco Santander	Financeiro	PWC
Benfica SAD	Indústria	PWC	Benfica SAD	Serviços ao consumidor	PWC
Cimpor - Cimentos de Portugal	Serviços ao consumidor	Deloitte	Cofina	Tecnologia	EY
Cofina	Tecnologia	Deloitte	Compta - Equip. e Serviços Informática	Bens de consumo	RSM & Associados
Compta - Equip. e Serviços Informática	Bens de consumo	RSM & Associados	Corticeira Amorim	Indústria	EY
Corticeira Amorim	Indústria	PWC	CTT - Correios de Portugal	Serviços de utilidade pública	KPMG
CTT - Correios de Portugal	Serviços de utilidade pública	KPMG	EDP	Serviços de utilidade pública	KPMG
EDP	Serviços de utilidade pública	KPMG	EDP Renováveis	Serviços ao consumidor	KPMG
EDP Renováveis	Serviços ao consumidor	KPMG	Estoril-Sol	Materiais básicos	Deloitte
Estoril-Sol	Materiais básicos	Lampreia, Viçoso & Associado	F. Ramada	Serviços ao consumidor	EY
F. Ramada	Serviços ao consumidor	Deloitte	Futebol Clube do Porto	Petróleo & Gás	EY
Futebol Clube do Porto	Petróleo & Gás	EY	Galp Energia	Tecnologia	PWC
Galp Energia	Tecnologia	PWC	Glintt - Global Intelligent Technologies	Serviços ao consumidor	Oliveira, Reis & Associados
Glintt - Global Intelligent Technologies	Serviços ao consumidor	Oliveira, Reis & Associados	Grupo Media Capital	Serviços ao consumidor	Deloitte
Grupo Media Capital	Serviços ao consumidor	Deloitte	Ibersol	Indústria	PWC
Ibersol	Indústria	PWC	Imobiliária Construtora Grão Pará	Serviços ao consumidor	Auren Auditores & Associados
Imobiliária Construtora Grão Pará	Serviços ao consumidor	Auren Auditores & Associados	Impresa	Materiais básicos	Deloitte
Impresa	Materiais básicos	Deloitte	Inapa	Serviços ao consumidor	Deloitte
Inapa	Serviços ao consumidor	Deloitte	Jerónimo Martins	Indústria	EY
Jerónimo Martins	Indústria	PWC	Lisgráfica	Cuidados de saúde	PWC
Lisgráfica	Cuidados de saúde	PWC	Luz Saúde	Indústria	EY
Luz Saúde	Indústria	EY	Martifer	Indústria	PWC
Martifer	Indústria	EY	Mota Engil	Serviços ao consumidor	PWC
Mota Engil	Serviços ao consumidor	António Magalhães & Carlos Santos	NOS	Tecnologia	EY
NOS	Serviços ao consumidor	António Magalhães & Carlos Santos	Novabase	Telecomunicações	KPMG
Novabase	Telecomunicações	KPMG	Pharol	Tecnologia	BDO
Pharol	Tecnologia	BDO	Reditus	Serviços de utilidade pública	Auren Auditores & Associados
Reditus	Serviços de utilidade pública	BDO	REN	Serviços ao consumidor	Deloitte
REN	Serviços ao consumidor	Deloitte	SAG Gest - Soluções Automóvel Globais	Indústria	PWC
SAG Gest - Soluções Automóvel Globais	Indústria	PWC	SDC Investimentos	Materiais básicos	Deloitte
SDC Investimentos	Materiais básicos	Deloitte	Semapa	Serviços ao consumidor	PWC
Semapa	Serviços ao consumidor	PWC	Soc. Com. Orey Antunes	Indústria	PWC
Soc. Com. Orey Antunes	Indústria	PWC	SONAE	Serviços ao consumidor	Deloitte
SONAE	Serviços ao consumidor	Deloitte	SONAE Capital	Financeiro	PWC
SONAE Capital	Financeiro	PWC	SONAE COM	Telecomunicações	PWC
SONAE COM	Telecomunicações	PWC	SONAE Indústria	Indústria	PWC
SONAE Indústria	Indústria	PWC	Sporting Clube de Portugal	Serviços ao consumidor	PWC
Sporting Clube de Portugal	Serviços ao consumidor	PWC	Sumol Compal	Bens de consumo	PWC
Sumol Compal	Bens de consumo	PWC	Teixeira Duarte	Indústria	Moore Stephens & Associados
Teixeira Duarte	Indústria	Moore Stephens & Associados	The Navigator Company	Materiais básicos	PWC
The Navigator Company	Materiais básicos	PWC	Toyota Caetano	Indústria	PWC
Toyota Caetano	Indústria	PWC	VAA - Vista Alegre Atlantis	Bens de consumo	Deloitte
VAA - Vista Alegre Atlantis	Bens de consumo	EY			

<sup>10</sup> O conjunto de empresas refletidos no anexo, inclui as empresas que constituem o *Portuguese Stock Index* (PSI-20) – principal índice de referência no mercado de capitais português, que agrega as 20 maiores empresas cotadas na *Euronext Lisbon* – que estão assinaladas a sombreado na tabela.

**Anexo 3:** Tabela referente às MRA relatadas nos relatórios de auditoria das empresas cotadas na *Euronext Lisbon*, relativas ao exercício de 2016

<b>Empresa</b>	<b>Descrição MRA</b>	<b>Categoria</b>
<b>Altri</b>	Imparidade do Goodwill	Goodwill
	Imparidade de ativos biológicos	Ativos biológicos
	Contingências fiscais/ Provisões e passivos contingentes	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
<b>BCP - Banco Comercial Português</b>	Imparidade para o crédito a clientes	Contas a receber
	Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos e aplicação do Decreto Regulamentar nº 5/2016	Matérias fiscais
	Responsabilidades com pensões de reforma	Benefícios a empregados
	Valorização de imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda	Ativos não correntes detidos para venda
	Fundo de resolução	Fundo de resolução
<b>Banco BPI</b>	Acordo de venda de 2% do Banco de Fomento Angola, S.A.	Investimentos noutras empresas
	Perda de controlo sobre o Banco de Fomento Angola, S.A.	Investimentos noutras empresas
	Imparidade para o crédito a clientes	Contas a receber
	Responsabilidades com pensões de reforma de pensionistas e colaboradores	Benefícios a empregados
	Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos e aplicação do Decreto Regulamentar nº5/2016	Matérias fiscais
<b>Benfica SAD</b>	Fundo de resolução	Fundo de resolução
<b>Benfica SAD</b>	Mensuração e valorização do plantel de futebol	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis
<b>Cimpor - Cimentos de Portugal</b>	Imparidade do goodwill	Goodwill
	Nível de endividamento e cumprimento de <i>covenants</i>	Financiamentos obtidos
	Transações significativas e não usuais	Investimentos noutras empresas
<b>Cofina</b>	Imparidade do goodwill	Goodwill
	Contingências fiscais	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
	Imparidade de investimentos financeiros em subsidiárias	Investimentos noutras empresas
<b>Compta - Equip. e Serviços Informática</b>	Valorização de ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis
	Recuperabilidade de outros créditos a receber	Contas a receber
	Imparidade de clientes	Contas a receber
<b>Corticeira Amorim</b>	Provisões e contingências	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
	Inventários	Inventários
<b>CTT - Correios de Portugal</b>	Reconhecimento do Rédito	Rédito
	Benefícios aos empregados	Benefícios a empregados
	Provisões	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
	Início de atividade do banco CTT	Especificidade
<b>EDP</b>	Contabilização de vendas estimadas	Rédito
	Valorização das responsabilidades do grupo com pensões e outros benefícios a empregados	Benefícios a empregados
	Imposto sobre o rendimento	Matérias fiscais
	Litígios, riscos regulatórios e legais	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
	Transações com interesses não controláveis	Investimentos noutras empresas
	Valorização de ativos não correntes	Ativos não correntes detidos para venda

<b>Estoril-Sol</b>	Reconhecimento do rédito Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis Benefícios de reforma Processos judiciais e contingências Riscos legais e regulatórios	Réxito Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Benefícios a empregados Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
<b>F. Ramada</b>	Imparidade das contas a receber Imparidade das propriedades de investimento	Especificidade Contas a receber Propriedades de investimento
<b>Futebol Clube do Porto</b>	Regulamento de licenciamento de clubes para as competições da UEFA Valor do plantel - ativo intangível	Especificidade Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis
<b>Galp Energia</b>	Imparidade de ativos não correntes no negócio de exploração e produção petrolífera Recuperabilidade de ativos não correntes em Espanha Litígios e contingências fiscais Operação de venda da Galp Gás Natural Distribuição, S.A (GGND)	Ativos não correntes detidos para venda Ativos não correntes detidos para venda Matérias fiscais Investimentos noutras empresas
<b>Glintt - Global Intelligent Technologies</b>	Goodwill e ativos intangíveis com vida útil indefinida reconhecidos no âmbito de concentrações de atividade empresariais Impostos diferidos Saldos de abertura	Goodwill Matérias fiscais Auditoria
<b>Grupo Media Capital</b>	Imparidade do goodwill Reconhecimento dos gastos com direitos de transmissão de programas de televisão Reconhecimento da receita de publicidade em televisão	Goodwill Especificidade Rédito
<b>Ibersol</b>	Recuperabilidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e do goodwill Concentrações empresariais	Goodwill Investimentos noutras empresas
<b>Imobiliária Construtora Grão Pará</b>	Processos litigiosos	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
<b>Impresa</b>	Imparidade do goodwill Reconhecimento da receita de publicidade em televisão	Goodwill Rédito
<b>Inapa</b>	Imparidade do goodwill Imparidade de ativos intangíveis - marcas Reconhecimento de ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis	Goodwill Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Matérias fiscais
<b>Jerónimo Martins</b>	Descontos comerciais Processos fiscais em curso Ativos fixos - lojas	Incentivos e descontos comerciais Matérias fiscais Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis
<b>Lisgráfica</b>	Imparidade de clientes e conta a receber e outros ativos Recuperabilidade dos ativos fixos tangíveis Recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil definida - contrato de impressão	Contas a receber Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis
<b>Luz Saúde</b>	Reconhecimeto e mensuração do rédito e cumprimento dos requisitos contratuais e regulamentares de prestação de serviços público, dada a complexidade do Contrato de Gestão da Parceria Público-Privada do Hospital de Loures Reconhecimento do rédito de prestação privada dado o elevado volume de transações resultante de um leque de serviços diversificados e complexos prestados em diversas unidades de saúde Imparidade do goodwill	Rédito Rédito Goodwill
<b>Martifer</b>	Reconhecimento de rédito nos contratos de construção Imparidade de goodwill e ativos fixos tangíveis Valorização das propriedades de investimento Alienação do segmento solar Imparidade de saldos a receber	Rédito Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Propriedades de investimento Investimentos noutras empresas Contas a receber

<b>Montepio</b>	Imparidade da carteira de crédito a clientes Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos Mensuração de ativos não correntes detidos para venda e propriedades de investimento Mensuração das responsabilidades com benefícios a empregados Fundo de resolução	Contas a receber Matérias fiscais Ativos não correntes detidos para venda Benefícios a empregados Fundo de resolução
<b>Mota Engil</b>	Reconhecimento do rédito associado a contratos de construção Valorização de contas a receber e reconhecimento de imparidades Imparidade de goodwill e outros ativos não correntes Valorização de inventários imobiliários e propriedades de investimento Provisões e passivos contingentes	Rédito Contas a receber Goodwill Inventários Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
<b>NOS</b>	Reconhecimento e mensuração do rédito dada a complexidade dos sistemas de informação e a existência de contratos com múltiplos elementos Imparidade do goodwill Capitalização de gastos e vidas úteis atribuídas aos ativos fixos tangíveis e intangíveis Reconhecimento, mensuração e divulgação de contingências de natureza fiscal, regulatória e legal Imparidade de saldos a receber de clientes - reconhecimento e mensuração Reconhecimento e mensuração dos direitos de transmissão de conteúdos	Rédito Goodwill Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes Contas a receber Especificidade
<b>Novabase</b>	Reconhecimento do rédito Exposição internacional Valorização de ativos intangíveis e goodwill Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos	Rédito Especificidade Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Matérias fiscais
<b>Pharol</b>	Mensuração do investimento na OI, S.A Mensuração do investimento em títulos de dívida emitidos pela Rio Forte Investments, SA Mensuração da opção de compra sobre as ações da OI	Investimentos noutras empresas Investimentos noutras empresas Instrumentos financeiros
<b>Reditus</b>	Reconhecimento do rédito Imparidade do goodwill Exposição internacional Auditoria a grupos - componentes auditadas por outros auditores	Rédito Goodwill Especificidade Auditoria
<b>REN</b>	Ativos Intangíveis Obrigações de benefícios de reforma e outros Desvios tarifários Instrumentos financeiros derivados Operação de troca de passivos	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Benefícios a empregados Especificidade Instrumentos financeiros Instrumentos financeiros
<b>SAG Gest - Soluções Automóvel Globais</b>	Valorização dos inventários de viaturas usadas e de viaturas entregues a terceiros com acordo de recompra Cálculo da estimativa dos incentivos comerciais obtidos e concedidos	Inventários Incentivos e descontos comerciais
<b>SDC Investimentos</b>	Imparidade de ativos imobiliários Contingências fiscais	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
<b>Semapa</b>	Recuperabilidade do goodwill Recuperabilidade dos ativos de vida útil indefinida - marcas Recuperabilidade dos ativos fixos tangíveis Justo valor dos ativos biológicos Impostos e matérias fiscais	Goodwill Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Ativos biológicos Matérias fiscais
<b>Soc. Com. Orey Antunes</b>	Gestão de insolvências (distressed assets) no Brasil Goodwill Operações em Angola e Moçambique	Investimentos noutras empresas Goodwill Especificidade

<b>Sonae</b>	Imparidade de Goodwill e outros ativos não correntes	Goodwill	
	Mensuração de investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	Investimentos noutras empresas	
	Recuperação de ativos não correntes e impostos diferidos ativos nas operações de retalho do Grupo em Espanha	Matérias fiscais	
	Receitas comerciais obtidas junto de fornecedores	Incentivos e descontos comerciais	
	Imparidade de inventários	Inventários	
<b>Sonae Capital</b>	Contingências fiscais	Matérias fiscais	
	Tratamento contabilístico de transações significativas e não usuais em subsidiárias	Investimentos noutras empresas	
	Recuperabilidade de ativos fixos tangíveis e de inventários - imóveis	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis	
	Recuperabilidade do goodwill	Goodwill	
	Reconhecimento do rédito	Rédito	
<b>Sonae com</b>	Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos	Matérias fiscais	
	Passivos contingentes	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	
	Mensuração de investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	Investimentos noutras empresas	
	Recuperabilidade do goodwill	Goodwill	
	Reconhecimento do rédito	Rédito	
<b>Sonae Indústria</b>	Capitalização de gastos de desenvolvimento	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis	
	Valorização de investimentos em empreendimentos conjuntos	Investimentos noutras empresas	
	Litígios e contingências	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	
	Imparidade de ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis	
	<b>Sporting Clube de Portugal</b>	Recuperabilidade do direito de superfície do Estádio	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis
Valorização e contingências relativas ao plantel de futebol		Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	
Mensuração dos financiamentos obtidos		Financiamentos obtidos	
<b>Sumol Compal</b>		Imparidade do goodwill e dos ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis
		Especialização dos incentivos comerciais concedidos	Incentivos e descontos comerciais
	<b>Teixeira Duarte</b>	Exposição internacional - risco cambial e risco de liquidez	Especificidade
		Reconhecimento do rédito	Rédito
		Valorização das propriedades de investimento	Propriedades de investimento
Imparidade em contas a receber		Contas a receber	
<b>The Navigator Company</b>		Valorização das participações financeiras	Investimentos noutras empresas
	Vida útil do goodwill	Goodwill	
	Impostos e matérias fiscais	Matérias fiscais	
	<b>Toyota Caetano</b>	Especialização do rédito	Rédito
		Valorização de viaturas usadas	Inventários
<b>VAA - Vista Alegre Atlantis</b>		Ativos fixos tangíveis associados ao segmento de cristal/vidro manual	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis
		Valorização de propriedades de investimento e ativos fixos tangíveis mensurados de acordo com o método da revalorização	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis
		Imparidade de inventários	Inventários

**Anexo 4:** Tabela referente às MRA relatadas nos relatórios de auditoria das empresas cotadas na *Euronext Lisbon*, relativas ao exercício de 2017

<u>Empresa</u>	<u>Descrição MRA</u>	<u>Categoria</u>
Altri	Imparidade do goodwill	Goodwill
	Ativos biológicos	Ativos biológicos
	Provisões e contingências	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
BCP - Banco Comercial Português	Imparidade para o crédito a clientes	Crédito a clientes
	Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos	Matérias fiscais
	Recuperabilidade com pensões de reforma	Benefícios a empregados
	Valorização de imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda	Ativos não correntes detidos para venda
	Fundo de resolução	Fundo de resolução
Banco BPI	Perda de controlo sobre o Banco de Fomento Angola, S.A e valorização da participação retida	Investimentos noutras empresas
	Imparidade de crédito a clientes	Crédito a clientes
	Responsabilidades com pensões de reforma de pensionistas e colaboradores	Benefícios a empregados
	Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos	Matérias fiscais
	Fundo de resolução	Fundo de resolução
Banco Santander	Imparidade para o crédito a clientes	Crédito a clientes
	Impacto estimado da nova Circular 4/2017 do Banco de Espanha	Especificidade
	Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos	Matérias fiscais
	Valorização dos compromissos de pensão	Benefícios a empregados
	Provisões por litígios fiscais, legais e laborais	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
	Sistemas de informação - controlo de acesso	Especificidade
	Imparidade do valor dos investimentos do grupo e associadas	Investimentos noutras empresas
Benfica SAD	Mensuração e valorização do plante de futebol	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis
	Processo judicial em curso	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
Cofina	Imparidade do goodwill	Goodwill
	Provisões e contingências	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
Compta - Equip. e Serviços Informática	Valorização de ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis
	Recuperabilidade de outas contas a receber	Contas a receber
	Imparidade de clientes	Contas a receber
Corticeira Amorim	Validação de saldos iniciais	Auditoria
	Aquisição da Bourassé	Investimentos noutras empresas
	Inventários	Inventários
	Provisões e contingências	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
CTT - Correios de Portugal	Reconhecimento do Rédito	Rédito
	Benefícios aos empregados	Benefícios a empregados
	Provisões	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
	Início de atividade do banco CTT	Especificidade
	Plano de transformação operacional	Especificidade
	Concessão de crédito	Crédito a clientes

EDP	Contabilização de vendas estimadas Valorização das responsabilidades do grupo com pensões e outros benefícios de empregados Imposto sobre o rendimento Riscos regulatórios, legais e litígios Valorização de ativos não correntes Alienação do Grupo Naturgás Transações com interesses não controláveis	Rédito Benefícios a empregados Matérias fiscais Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes Ativos não correntes detidos para venda Investimentos noutras empresas Investimentos noutras empresas
EDP Renováveis	Ativos fixos tangíveis e goodwill Transações com interesses não controláveis Valorização e classificação de instrumentos financeiros derivados	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Investimentos noutras empresas Instrumentos financeiros
Estoril-Sol	Reconhecimento da receita de jogo físico de máquinas e bancado Imparidade de ativos afetos à zona de jogo da Póvoa do Varzim Processos em contencioso	Rédito Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
F. Ramada	Imparidade das contas a receber Imparidade das propriedades de investimento Aquisição da Socitrel	Contas a receber Propriedades de investimento Investimentos noutras empresas
Futebol Clube do Porto SAD	Regulamento de licenciamento de clubes para as competições da UEFA Valor do plantel - ativo intangível	Especificidade Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis
Galp Energia	Imparidade de ativos não correntes no negócio de exploração e produção petrolífera Recuperabilidade de ativos não correntes em Espanha Litígios e contingências fiscais	Ativos não correntes detidos para venda Ativos não correntes detidos para venda Matérias fiscais
Glintt - Global Intelligent Technologies	Ativos intangíveis com vida útil indefinida reconhecidos no âmbito de concentrações de atividades empresariais e goodwill Ativos por impostos diferidos	Goodwill Matérias fiscais
Grupo Media Capital	Imparidade do goodwill Reconhecimento dos gastos com direitos de transmissão de programas de televisão Reconhecimento da receita de publicidade em televisão	Goodwill Especificidade Rédito
Ibersol	Recuperabilidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e do goodwill Concentrações empresariais	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Investimentos noutras empresas
Imobiliária Construtora Grão Pará	Processos litigiosos	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
Impresa	Imparidade do goodwill Reconhecimento da receita de publicidade em televisão	Goodwill Rédito
Inapa	Imparidade do goodwill Imparidade de ativos intangíveis - marcas Reconhecimento de ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis	Goodwill Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Matérias fiscais
Jerónimo Martins	Auditoria de primeiro ano Teste de imparidade sobre ativos fixos - lojas Reconhecimento de ganhos suplementares/ descontos comerciais Litígios e contingências fiscais	Auditoria Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Incentivos e descontos comerciais Matérias fiscais
Lisgráfica	Imparidade de clientes e contas a receber e outros ativos Recuperabilidade dos ativos fixos tangíveis Recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil definida - contrato de impressão	Contas a receber Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis
Luz Saúde	Reconhecimento e mensuração do rédito e cumprimento dos requisitos contratuais e regulamentares de prestação de serviços público Reconhecimento e mensuração do rédito de prestação privada Imparidade do goodwill	Rédito Rédito Goodwill

Martifer	Reconhecimento de rédito nos contratos de construção Imparidade de goodwill e ativos fixos tangíveis Valorização das propriedades de investimento Impacto nas demonstrações financeiras da qualificação de Angola como economia hiperinflacionária Imparidade de saldos a receber	Rédito Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Propriedades de investimento Especificidade Contas a receber
Mota Engil	Reconhecimento do rédito de contratos de construção Imparidade de ativos não correntes Valorização de contas a receber e reconhecimento de imparidades Valorização de inventários imobiliários e propriedades de investimento Provisões e contingências Impacto nas demonstrações financeiras da qualificação de Angola como economia hiperinflacionária	Rédito Ativos não correntes detidos para venda Contas a receber Inventários Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes Investimentos noutras empresas
NOS	Reconhecimento e mensuração do rédito dada a complexidade dos sistemas de informação e a existência de contratos com múltiplos elementos Imparidade do goodwill Capitalização de gastos e vidas úteis atribuídas aos ativos fixos tangíveis e intangíveis Reconhecimento, mensuração e divulgação de contingências de natureza fiscal, regulatória e legal Imparidade de saldos a receber de clientes - reconhecimento e mensuração Reconhecimento e mensuração dos direitos de transmissão de conteúdos	Rédito Goodwill Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes Contas a receber Especificidade
Novabase	Reconhecimento do rédito Exposição internacional Valorização de ativos intangíveis e goodwill Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos	Rédito Especificidade Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Matérias fiscais
Pharol	Mensuração do investimento na OI, S.A Mensuração do investimento em títulos de dívida emitidos pela Rio Forte Investments, SA Mensuração da opção de compra sobre as ações da OI	Investimentos noutras empresas Investimentos noutras empresas Instrumentos financeiros
Reditus	Imparidade do goodwill Reconhecimento do rédito Exposição internacional Auditoria a grupos - componentes auditadas por outros auditores	Goodwill Rédito Especificidade Auditoria
REN	Ativos intangíveis Obrigações de benefícios de reforma e outros Desvios tarifários Instrumentos financeiros derivados Concentração de atividades empresariais Ativo corrente inferior ao passivo corrente	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Benefícios a empregados Especificidade Instrumentos financeiros Investimentos noutras empresas Risco de liquidez
SAG Gest - Soluções Automóvel Globais	Valorização dos inventários de viaturas usadas e de viaturas entregues a terceiros com acordo de recompra Cálculo da estimativa dos incentivos comerciais obtidos e concedidos	Inventários Incentivos e descontos comerciais
SDC Investimentos	Imparidade de ativos imobiliários Contingências fiscais	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
Semapa	Recuperabilidade do goodwill Recuperabilidade dos ativos de vida útil indefinida - marcas Recuperabilidade dos ativos fixos tangíveis Justo valor dos ativos biológicos Impostos e matérias fiscais	Goodwill Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Ativos biológicos Matérias fiscais
Soc. Com. Orey Antunes	Goodwill Gestão de insolvências no Brasil (Distressed Assets) Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas Utilização de taxas de desconto baseadas em pressupostos om julgamento complexo - empréstimo obrigacionista "Orey Best Of" Auditoria a grupos - componentes auditadas por outros auditores	Goodwill Investimentos noutras empresas Ativos não correntes detidos para venda Financiamentos obtidos Auditoria

Sonae	Imparidade de goodwill e outros ativos não correntes Mensuração de investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas Recuperação de ativos não correntes e impostos diferidos ativos nas operações de retalho do Grupo em Espanha Receitas comerciais obtidas junto de fornecedores Imparidade de inventários Contingências fiscais	Ativos não correntes detidos para venda Investimentos noutras empresas Matérias fiscais Incentivos e descontos comerciais Inventários Matérias fiscais
Sonae Capital	Recuperabilidade de ativos fixos tangíveis e de inventários - imóveis Recuperabilidade do goodwill Reconhecimento do rédito Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos Passivos contingentes	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Goodwill Rédito Matérias fiscais Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
Sonaecom	Mensuração de investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente Recuperabilidade do goodwill Reconhecimento do rédito Capitalização de gastos de desenvolvimento	Investimentos noutras empresas Goodwill Rédito Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis
Sonae Indústria	Mensuração de investimentos em empreendimentos conjuntos Litígios e contingências Mensuração de ativos fixos tangíveis	Investimentos noutras empresas Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis
Sporting Clube de Portugal SAD	Recuperabilidade do direito de superfície do Estádio Valorização e contingências relativas ao plantel de futebol Mensuração dos financiamentos obtidos	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes Financiamentos obtidos
Sumol Compal	Imparidade do goodwill e dos ativos intangíveis Especialização dos incentivos comerciais concedidos Impacto nas demonstrações financeiras da qualificação de Angola como economia hiperinflacionária	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Incentivos e descontos comerciais Especificidade
Teixeira Duarte	Exposição internacional - risco cambial e risco de liquidez Reconhecimento do rédito Imparidade de contas a receber Valorização e classificação de ativos e passivos detidos para venda Valorização das propriedades de investimento Risco financeiro	Especificidade Rédito Contas a receber Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Propriedades de investimento Risco de liquidez
The Navigator Company	Recuperabilidade do goodwill Recuperabilidade de ativos fixos tangíveis Justo valor dos ativos biológicos Impostos e matérias fiscais	Goodwill Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Ativos biológicos Matérias fiscais
Toyota Caetano	Especialização do rédito Valorização de viaturas usadas	Rédito Inventários
VAA - Vista Alegre Atlantis	Mensuração das propriedades de investimento e ativos fixos tangíveis correspondentes a terrenos e edifícios industriais de acordo com o seu justo valor Recuperação dos ativos não correntes associados ao segmento do cristal/vidro manual	Ativos fixos tangíveis/ Ativos intangíveis Ativos não correntes detidos para venda

## Anexo 5: Definição das variáveis utilizadas no estudo de evento

Variável	Abreviatura	Classificação	Definição	Mensuração
<b>Retorno Anormal Acumulado</b>	CAR	Variável Dependente	Representa a acumulação da diferença entre o retorno real auferido por cada ação e o retorno esperado pelo mercado	Acumulação da diferença entre o retorno real de cada ação e o retorno esperado pelo mercado, nas respetivas janelas de evento a testar
<b>Matérias Relevantes de Auditoria</b>	MRA	Variável Independente	Representa o número de MRA que foram reportadas no relatório de auditoria de cada empresa	Quantidade total das MRA reportadas no relatório de auditoria de cada empresa
<b>Categorias das Matérias Relevantes de Auditoria</b>	CAT	Variável Independente	Representa o número de MRA por cada categoria de MRA, reportadas no relatório de auditoria da empresa	Quantidade de MRA reportadas em cada categoria de MRA
<b>Dimensão</b>	DIM	Variável de Controlo	Representa a dimensão da empresa	Logaritmo natural do ativo no ano $t$
<b>Mudança de Auditor</b>	MUD	Variável de Controlo	Variável <i>dummy</i> que indica se houve mudança de auditor do ano $t-1$ para $t$	Atribuído 1 se houve mudança de auditor e 0 caso contrário
<b>Endividamento</b>	END	Variável de Controlo	Verifica o grau de endividamento da empresa	$END = \frac{Passivo\ Total}{Ativo\ Total}$
<b>Analistas</b>	ANA	Variável de Controlo	Verifica o número de analistas que acompanharam a empresa no ano $t$	Quantidade de analistas que acompanharam a empresa no ano $t$
<b>Rentabilidade</b>	REN	Variável de Controlo	Verifica o retorno sobre os ativos da empresa	$ROA = \frac{Lucro\ Operacional}{Ativo\ Total}$
<b>Big4</b>	<i>Big4</i>	Variável de Controlo	Variável <i>dummy</i> que indica se é auditada por uma empresa pertencente às <i>Big4</i>	Atribuído 1 se auditada por <i>Big4</i> e 0 caso contrário
<b>Empresas pertencentes ao PSI-20</b>	PSI20	Variável de Controlo	Variável <i>dummy</i> que indica se a empresa pertence ao PSI-20	Atribuído 1 se pertence ao índice PSI-20 e 0 caso contrário